Uma Breve História do Homem: Progresso e Declínio

Para Gülçin

Sumário

Prefácio à Edição Norte Americana

Llewellyn H. Rockwell, Jr

Hans-Hermann Hoppe é um dos mais notáveis estudiosos libertário da nossa época época. Ele começou como pupilo exemplar de Jürgen Habermas, o famoso filósofo e sociólogo alemão. Habermas era e continua a ser um marxista convicto. É o líder da famosa escola de Frankfurt.

Habermas ficou muito impressionado com Hans, que, sob a tutela deste eminente marxista, tinha todos os motivos para esperar uma carreira acadêmica meteórica em sua terra natal, a Alemanha. Mas logo surgiu um problema, o qual resultou em um final feliz para todos que amam a liberdade. Hans logo percebeu que o esquerdismo e o socialismo sob qual crescera estavam falidos intelectual e moralmente. Ele descobriu sozinho as grandes obras de Ludwig Von Mises (1881-1973) e de Murray N. Rothbard (1926-1995).

A Escola Austríaca de Economia e o anarquismo de Murray não eram o que Habermas tinha em mente. Ao se tornar libertário, Hans eliminou efetivamente qualquer chance de ocupar uma cadeira em uma grande universidade alemã, ainda que seus feitos intelectuais o qualificassem para o cargo. Assim como Murray, porém,

Hans é um acadêmico de absoluta integridade intelectual. Ele não abriria mão do que veio a entender como verdade, não importando o custo para sua carreira.

Hans decidiu se mudar para os Estados Unidos para estudar com Murray, que na época lecionava em Nova York. Quando o conheci fiquei impressionado com o compromisso de Hans com os princípios rothbardianos e com sua incrível habilidade intelectual. Murray, é claro, percebeu imediatamente o potencial de Hans. Quando Murray foi nomeado professor de economia na University of Nevada, Las Vegas (UNLV), esforçou-se para conseguir um cargo no departamento de economia para Hans também. Juntos, os dois transformaram a UNLV num grande centro de estudos da Escola Austríaca de economia, e o fizeram enfrentando a posição de alguns de seus colegas de departamento.

Murray ficou particularmente intrigado com um dos principais argumentos de Hans. Habermas professor de Hans foi o pioneiro de uma abordagem ética baseada nas condições para entrar numa discussão racional. De uma forma que Habermas dificilmente aprovaria, Hans virou a ética de Habermas de cabeça para baixo. Em vez de apoiar o socialismo, a ética dialética explicada por Hans apresentava um forte apoio à autossustentabilidade e à propriedade privada. Murray aprovou e elogiou entusiasmadamente a argumentação de Hans:

> Hans Hoppe [...] deduziu uma ética de direitos anarco-lockeanos a partir de axiomas auto evidentes. Não só isso: demonstrou que, como o axioma de ação em si, é impossível negar ou discordar da ética de direitos anarcolockeana sem cair imediatamente na autocontradição e autorrefutação[1].

1 ROHTBARD, Murray N. “Beyond Is And Ought”. Liberty, Volume 2, Number 2 (November 1988): 44-45. (N. E.)

Hans revertera a ótica de Habermas; mas, sem se contentar com isso, revolucionou mais uma vez a opinião tradicional. Como Murray, Hans é um anarcocapitalista. O melhor governo é nenhum governo. Ainda sim surge a pergunta: em um mundo de nações, que tipo de governo é o menor nocivo? Quase todos dizem que é a "democracia". Infelizmente muitos libertários concordam. Hans demonstrou em seu clássico *Democracy*, the god that failed[2] [*Democracia, o deus que falhou*] que a democracia leva a gastos cada vez maiores e a politicas impulsivas. Quem está no poder sabe que vai governar por um período limitado. O comportamento dessas pessoas será "conseguir o máximo possível e consegui-lo agora". Por outro lado, um rei tenderá a ser menos explorador. Ele tentará a preservar a vida e as propriedades de seus súditos, porque não é um governante temporário e quer transmitir um reino próspero a seus herdeiros. Hans, *é* claro, não disse, que a monarquia era "uma coisa boa"; apenas que ela tende a ser melhor que a democracia. O grande pensador liberal clássico e católico austríaco Erik von Kuehnelt-Leddihn (1909-1999), que influenciou Hans, expressou isso numa reflexão brilhante[3].

"Da Aristocracia à Monarquia e à Democracia", um dos ensaios contidos em *Uma Breve História do Homem*, resume a posição de Hans. Os eleitores desta obra brilhante descobrirão que, se a monarquia é melhor que a democracia, a aristocracia é ainda melhor. Se você nunca leu Hans, vai se deleitar em poucas paginas, ele fará você questionar tudo que já leu sobre governo.

2 Em língua portuguesa o livro está disponível como: HOPPE, Hans-Hermann. *Democracia, o deus que falhou: A Economia e A Política da Monarquia, da Democracia e da Ordem Natural.* Trad. Marcelo Werlang de Assis. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014. (N. E.)

3 O autor se refere a seguinte obra: KUEHNELT-LEDDIHN, Erik von. *Liberty or Equality: The Challenge of our Time*. Front Royal: Christendom Press, 1952. (N. E.)

Ao longo de *Uma Breve História do Homem*, Hans demonstra como as lições da Escola Austríaca de Economia podem ser usadas para ajudar-nos a compreender a história. Ao fazer isso, Hans está seguindo o caminho aberto por seu grande mentor, Murray Rothbard. Assim como Murray, Hans é um acadêmico de interesses quase universais. Ele sente-se completamente à vontade com a antropologia e a sociologia, assim como com a história mundial, com a economia e a filosofia.

Usando seu conhecimento vasto e reflexões austríacas, Hans aborda duas questões: qual a origem da família e da propriedade privada? Como a Revolução Industrial teve inicio? Os leitores verão como o desenvolvimento do direito a propriedade assegurado e o livre-mercado foram essenciais para o progresso da humanidade. A pergunta a ser feita em relação ao nosso tempo é: estes conceitos continuaram a evoluir, beneficiando toda a humanidade, ou o estado será capaz de frustrar esta evolução?

Usando economia e filosofia para lançar luz sobre a história, *Uma Breve História do Homem* evoca clássicos libertários como *The State*[4] [*O Estado*], de Franz Oppenheimer (1904-1967), *Our Enemy, the State*[5] [*Nosso Inimigo, o Estado*], de Albert Jay Nock (1870-1945), e *The Rise and Fall of Society*[6] [*A Ascensão e Queda da Sociedade*], de Frank Chodorov (1887-1966). *Uma Breve História do Homem* é a introdução perfeita ao pensamento de um grande sociólogo e libertário incrível.

---

4 OPPENHEIMER, Fraz. *The State: Its History and Development Viewed Sociologically*. Trad. John M. Gitterman. New York: Vanguard, 1924. (N. E.)

5 NOCK, Albert Jay. *Our Enemy, the State*. New York: William Morrow and Company, 1935. (N. E.)

6 CHODOROV, Frank. *The Rise & Fall of Society: An Essay on the Economic Forces That Underlie Social Institutions*. New York: Devin-Adair Company, 1959. (N. E.)

Introdução: Uma Reconstrução Austrolibertária

Os estudo seguintes tentam explicar três dos principais eventos na história da humanidade.

Primeiro, explico a origem da propriedade privada, e principalmente da propriedade agrícola, da família e da unidade familiar como bases fundamentais da agricultura e da vida agrária que teve inicio há cerca de onze mil anos, com a Revolução Neolítica no Crescente Fértil do Oriente Médio, e que desde então – até praticamente o fim do século XIX – veio a moldar e deixar uma marca profunda na vida humana em todos os lugares.

Depois, explico a origem da Revolução Industrial, que teve inicio por volta de 1800, há cerca de apenas 200 anos, na Inglaterra. Até então, e durante milhares de anos, a humanidade viveu em condições malthusianas. O crescimento populacional ameaçava constantemente os meios de subsistência disponíveis. Todo aumento de produtividade era "devorado" rapidamente por uma população cada vez maior, de modo que o rendimento de maior parte da população era constantemente reduzido ao nível de subsistência. Há apenas 200 anos é que o homem tem sido capaz de *combinar* o crescimento populacional com um *aumento* no rendimento *per capita*.

Por fim, explico a origem paralela e o desenvolvimento do estado como monopólio territorial das tomadas de decisões, ou seja, uma instituição com o poder de *legislar* e de *cobrar impostos* dos habitantes de certo território, e sua transformação a partir do estado monárquico, com seus reis "absolutos", no estado democrático, com o povo "absoluto", um dos principais eventos no decorrer do século XX.

Ainda que isso bastasse com introdução e o leitor pudesse avançar diretamente para os capítulos que se seguem, alguns apontamentos adicionais talvez sejam úteis para o leitor de inclinação filosófica.

Até o inicio do século XX, os textos que se seguem seriam classificados como estudos *sociológicos*. Mas com a ascensão e a influência cada vez maior conquistada ao longo do século XX pela filosofia empírico-positivista-falseabilista, o termo *sociologia* veio a ter um significado bem diferente. De acordo com a filosofia empírica, questões normativas – questões de justiça, de "certo" e "errado" – não são em nenhum aspecto científicas – e, por consequência, a maior parte da sociologia moderna e "científica" está dogmaticamente comprometida com alguma forma de *relativismo ético* (do tipo "vale tudo"). E a filosofia empiricista exclui categoricamente a existência de quaisquer leis e axiomas não hipotéticos, não falseáveis ou sintéticos – assim, a sociologia moderna está dogmaticamente comprometida também com alguma forma de *relativismo empírico* (do tipo "tudo é possível", "não se pode ter certeza de nada" e "nada pode ser excluído inicialmente").

Meus estudos são e fazem tudo o que um "bom empiricista" não deveria ser e fazer, pois considero filosofia empiricista-positivista equivocada e não científica e julgo sua influência, sobretudo nas ciências sociais, um claro desastre intelectual.

É comprovadamente falsa a ideia de que a ética não é uma ciência, de que princípios universais de justiça não existem e de que não há um critério "verdadeiro" (não arbitrário) para distinguir o progresso do declínio moral. Da mesma forma, é comprovadamente falso dizer que não existem leis universais e invariáveis da ação e interação humanas, ou seja, que não existem leis do que é ou não possível e do que pode ou não ser realizado em questões humanas, e que não existe critério não arbitrário para julgar ações como corretas e bem-sucedidas ou incorretas e falhas para dado problema ou objetivo.

Quanto à segunda afirmação, dita "positiva", ela é contestada por todo o corpo da Economia Clássica. A Economia Clássica, reconstruída, refinada e aprofundada durante a "Revolução Marginalista", principalmente por seu ramo vienense, fundado por Carl Menger (1840-1921), com seu *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*[7] [*Princípios de Economia Política*] de 1871, e culminando com Ludwig von Mises (1881-1973) e seu insuperável *Human Action: A treatise on Economics*[8] [*Ação Humana: Um Tratado sobre Economia*] de 1949, e pelo que veio a ser conhecido como *Escola Austríaca de Economia*, fornece a base intelectual para um sistema grandioso e abrangente de leis verdadeiras e não hipotéticas da ação humana, de *praxiologia* – a lógica das ações – e de leis praxiológicas.

Qualquer explicação de eventos históricos precisa levar em conta a praxiologia – e principalmente Ludwig von Mises – e os "empiricistas" é que são insuficientemente empíricos em suas

7 Uma tradução em língua portuguesa do livro foi lançada na coleção "Os Economistas" na seguinte edição: MENGER, Carl. *Princípios de Economia Política*. Intr. F. A. Hayek; trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (N. E.)

8 Em português o tratado está disponível na seguinte edição: MISES, Ludwig von. *Ação Humana: Um Tratado de Economia*. Trad. Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 3ª Ed., 2010. (N. E.)

obras. Ao negar ou ignorar as invariáveis e as constantes praxiológicas inerentes às suas observações do mundo social, eles não conseguem distinguir a floresta das árvores.

Quanto à primeira afirmação, dita “normativa”, ela é contestada por todo o corpo do direito privado, principalmente pelas leis da propriedade e dos contratos, as quais surgiram como reação à ocorrência de conflitos interpessoais referentes a recursos escassos. Desde a antiga tradição das “leis naturais” dos estoicos, passando pelo direito romano e escolástico, até a tradição moderna e secular dos “direitos naturais”, todo um corpo de leis e de literatura erudita sobre direito emergiu no século XIX, o que deveria envergonhar qualquer relativista ético.

Sepultada por muito tempo por uma montanha de lixo legal positivista, esta tradição tem sido resgatada e fortalecida, aperfeiçoada e reconstruída com rigor na nossa época, sobretudo por Murray N. Rothbard (1926-1995), principalmente em sua *The Ethics of Liberty*[9] [*A Ética da Liberdade*] de 1982, até o sistema atual mais abrangente das leis naturais e da filosofia política do *libertarianismo.* Qualquer avaliação normativa dos eventos históricos que se pretenda ciência, ou seja, que alegue ser mais do que uma expressão arbitrária do gosto pessoal, precisa levar em conta o libertarianismo, e principalmente Murray Rothbard.

Desta forma, para indicar o *método* que orienta meus estudos sobre a história da humanidade, está o título desta introdução ao meu livreto: *Uma Reconstrução Austrolibertária.*

Os eventos da história humana que pretendo explicar não são necessários e predeterminados, e sim eventos *contingencialmente empíricos*; portanto, meus estudos não são exercícios de teoria econômica ou libertária. Eles precisarão contar a história como

---

9 Em língua portuguesa, ver: ROTHBARD, Murray N. *A Ética da Liberdade*. Intr. Hans-Hermann Hoppe; trad. Fernando Fiori Chiocca. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2ª Ed., 2010. (N. E.)

ela realmente aconteceu e levar em conta todos os fatos conhecidos. Neste aspecto não proclamo originalidade. Não revelo fatos desconhecidos nem contesto nenhuma descoberta consagrada. Conto o que outros estabeleceram como fatos conhecidos. Mas os fatos e a cronologia dos eventos não encerram em si explicações e interpretações. O que diferencia meus estudos é o fato de que explicam e interpretam a história da humanidade do ponto de vista conceitual do *austrolibertarianismo*: com o conhecimento prévio da praxiologia (economia) e do libertarianismo (ética). Eles são conduzidos tendo em mente o caráter não hipotético e apriorístico das leis da praxiologia e da ética e o fato de que tais leis impõem limitações lógicas restritivas no que diz respeito a qual explicação ou interpretação, de todas as explicações e interpretações possíveis de determinado dado histórico, pode ser considerada *possível* e *possivelmente* (*hipoteticamente*) *verdadeira* (e, portanto, cientificamente admissível), e quais podem e devem ser excluídas como *impossíveis* e *impossivelmente verdadeiras*. A história, então, é *racionalmente reconstruída,* ou seja, sabendo que toda explicação e toda interpretação empíricas possivelmente verdadeiras devem estar de acordo não apenas com os "dados", mas principalmente com as leis da praxiologia e da ética, e que toda explicação ou interpretação em desacordo com tais leis, ainda que "os dados façam sentido", não só são empiricamente falsas, mas tampouco podem ser uma explicação ou uma interpretação cientificamente admissível.

A história assim reconstruída e recontada é, em certa medida, *história revisionista,* em contraposição não apenas ao que a "linha dominante" esquerdista tem a dizer sobre o assunto, mas, levando em conta a ênfase dada nos meus estudos às desigualdades humanas e principalmente às habilidades cognitivas e à disposição psíquica desiguais, em contraposição também ao que é alardeado neste ponto por alguns círculos de "politicamente corretos" e "progressistas" ditos libertários "cosmopolitas".

Assim, o primeiro grande acontecimento na história da humanidade, a Revolução Neolítica, é reconstruído com uma realização cognitiva de grande relevância e um importante passo na evolução da inteligência humana. A instituição da propriedade agrícola privada e da família e a prática da agricultura e da criação de animais são explicadas como invenções racionais, uma solução nova e criativa para o problema enfrentado por caçadores e coletores tribais de equilibrar o crescimento populacional e a falta cada vez maior de territórios.

Da mesma forma a Revolução Industrial é reconstruída como outro grande salto no desenvolvimento da racionalidade humana. O problema do equilíbrio entre a terra e o tamanho populacional, que fora temporariamente resolvido com a invenção e a posterior disseminação e imitação mundial da agricultura, precisaria ressurgir mais cedo ou mais tarde. Conforme a população aumentava, o rendimento *per capita* só poderia aumentar na medida em que a produtividade superasse o crescimento populacional. Mas aumentos constantes de produtividade, ou seja, a invenção contínua de instrumentos novos e mais eficientes para produzir cada vez mais, requerem um nível continuamente alto de inteligência, de criatividade, de paciência e de inventividade. Em todos os lugares, desde que falte um nível alto de inteligência, o crescimento populacional levará a um menor – e não a um maior – rendimento *per capita*. A Revolução Industrial, portanto, marca o ponto em que a racionalidade humana atingiu um nível alto o bastante para tornar possível a fuga do malthusianismo. E a fuga é reconstruída como resultado da "reprodução", ao longo de muitas gerações, de uma população mais inteligente. A inteligência maior se traduzia em sucesso econômico, e sucesso econômico, combinado com diretrizes familiares e casamentos seletivos, traduzia-se em maior sucesso reprodutivo (produção de um número maior de descendentes sobreviventes). Isso, combinado com as leis da genética humana e da herança civil, pro-

duziu com o tempo uma população mais inteligente, criativa e inovadora.

Por fim, apesar de as revoluções Neolítica e Industrial serem reconstruídas como soluções acertadas e criativas para um problema persistente – o do tamanho populacional interferindo no padrão de vida – e, portanto como grandes evoluções intelectuais, o terceiro evento importante a ser explicado é a invenção do estado. O estado é um monopólio territorial da tomada de decisões, e sua transformação subsequente de estado monárquico a democrático é reconstruída como produto de uma sequência de acúmulo de erros intelectuais – morais e econômicos – e como um retrocesso no desenvolvimento da racionalidade humana e uma ameaça crescente às conquistas obtidas com a Revolução Industrial. Por definição, o estado *não pode* alcançar o que deveria. Ele deve gerir a justiça, ou seja dar suporte à lei e impô-la, mas com o poder de *legislar* o estado pode – e inevitavelmente vai – *burlar* a lei e *criar* leis a seu favor, de modo a produzir injustiça e corrupção moral. E o estado deveria proteger a propriedade de seus súditos da invasão estrangeira, mas com o poder de cobrar *impostos* dos súditos pode – e inevitavelmente vai – expropriar a propriedade desses súditos, não para protegê-los, obviamente, e sim para "proteger" a si próprio e suas expropriações contra quaisquer supostos "invasores", internos ou externos. Como "protetor expropriador da propriedade", ou seja, como instituição fundamentalmente "parasitária", o estado nunca pode estimular, mas sempre *prejudicará* a produção de riqueza, e, assim, *diminuirá* o rendimento *per capita*.

Assim, em combinação com os estudos que se seguem, pretendo dar uma pequena contribuição à velha tradição da grande teoria social e tornar o longo curso da história humana, desde seu início até o presente, mais compreensível.

Hans-Herman Hoppe
Istambul, janeiro de 2015

Sobre a Origem da Propriedade Privada e da Família

I - O Cenário: História

É razoável começar a história humana há cinco milhões de anos, quando a linha evolutiva humana se separou da de seu parente não humano mais próximo, o chimpanzé. Também é razoável marcar o início da história há 2,5 milhões de anos, com a primeira aparição do *Homo habilis*, ou há 200 mil anos, quando o primeiro representante do "homem anatomicamente moderno" apareceu; ou há 100 mil anos, quando o homem anatomicamente moderno se tornou o padrão da forma humana. Em vez disso, quero marcar o inicio há apenas 50 mil anos, quando o "homem anatomicamente moderno" se transformou no "homem comportamentalmente moderno". Este é um ponto de partida também consideravelmente mais sensato.[10]

"Homem comportamentalmente moderno" se refere à existência de caçadores e coletores, dos quais ainda hoje restam pequenos grupos. Com base em provas arqueológicas, os seres humanos

10 A respeito disso, ver: WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. New York: Penguin Press, 2006.

que viviam há cem mil anos ainda eram aparentemente incapazes de caçar. Eles certamente eram incapazes de abater animais grandes e perigosos e aparentemente não sabiam pescar. Suas ferramentas eram feitas quase que exclusivamente de pedras e de madeira e com materiais locais, o que indica ausência de viagens longas e de trocas. Em um contraste marcante, cerca de cinquenta mil anos depois, as ferramentas humanas assumiram uma aparência nova e muito mais avançada. Usavam-se outros materiais além de pedras e de madeira: ossos, galhadas, marfim, dentes e conchas, e os materiais frequentemente vinham de lugares distantes. As ferramentas, incluindo facas, agulhas, anzóis, alfinetes, brocas e lâminas, eram mais complexas e feitas com mais habilidade. A tecnologia de projéteis melhorou muito e indicava habilidades de caça altamente desenvolvidas (apesar de os arcos e flechas só terem sido inventados há vinte mil anos). Adicionalmente, o homem também sabia pescar e, aparentemente, era capaz de construir barcos. Além disso, ao lado de ferramentas simples e funcionais, surgiram nesta época aparatos puramente artísticos: ornamentos, bonecos e instrumentos musicais, como flautas feitas de ossos.

Uma das hipóteses é a de que o que tornou possível este importante desenvolvimento foi uma mudança genética que levou ao surgimento da linguagem, o que envolveu uma melhora radical na capacidade humana de aprender e de inovar. Os humanos mais arcaicos – Homo ergaster, Homo neanderthalensis, Homo erectus – não tinham controle de uma linguagem. Pode-se dizer com certeza que estes humanos arcaicos empregavam, como fazem muitos animais mais evoluídos, as duas funções inferiores de linguagem: a função expressiva ou sintomática e a função de sinalização ou ativação[11]. No entanto, eram aparentemente incapazes de empregar as

11 Sobre as funções "superiores" e "inferiores" da linguagem, ver: BUEHLER, Karl. *Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache*. Stuttgart: UTB, 1982 [1934]. Em especial, ver também: POPPER, Karl R. *Conjectures and*

duas funções mais elevadas e cognitivas da linguagem: a função descritiva e principalmente a argumentativa. Estas habilidades exclusivamente humanas – tão exclusivas que não é possível pensá-las "para além" da nossa existência sem cair em contradições internas – de formar afirmações descritivas simples (proposições) como "isso (sujeito) é 'a' (predicado)", as quais alegam ser verdadeiras, e principalmente de apresentar argumentos (encadeamentos de proposições), como "isso é 'a'; todo 'a' é 'b'; portanto, isso é 'b'", as quais aleguem ser válidas, emergiram aparentemente só há cinquenta mil anos[12]. Sem a linguagem, a coordenação humana tinha de ocorrer por meio de instintos, dos quais os humanos possuem pouco, ou por meio da manipulação e de direcionamento físicos; e o aprendizado tinha de ocorrer por meio da imitação ou de inferências internas (implícitas). Num contraste marcante com a linguagem – isto é, com as palavras: sons associados e logicamente ligados a certos objetos e conceitos (características) –, a coordenação podia ser conseguida com símbolos simples; e, assim, o aprendizado se tornou independente das impressões sensoriais (observações), e as inferências puderam ser feitas externamente (explicitamente), tornando-se assim intersubjetivamente reproduzíveis e controláveis. Isto é, por meio da linguagem, o conhecimento podia ser transmitido a lugares e a tempos distantes (já não ligados à percepção); era

Refutations. Londres: Routledge, 1963. p. 134 s. [Disponível em língua portuguesa na seguinte edição: POPPER, Karl R. *Conjecturas e Refutações*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora da UnB, 1980. (N. E.)]; POPPER, Karl R. *Objective Knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 1972. Cap. 3, p. 119-22, Cap. 6, seções 14-17 [Lançado em português como: POPPER, Karl R. *Conhecimento Objetivo*. Trad. de Milton Amado. Belo Horizonte, Editora. Itatiaia, 1975. (N. E.)].

12 Luigi Luca Cavalli-Sforza estabelece a origem da linguagem em cerca de cem mil anos atrás, mas, tendo em vista a evidência arqueológica citada acima, a data posterior, mais recente, de apenas cinquenta mil anos atrás, parece mais provável. Ver: CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, Peoples, and Languages*. Berkeley: University of California Press, 2000. p. 93.

possível comunicar-se sobre assuntos (conhecimento adquirido e acumulado) para além do tempo e do espaço. E como nosso processo de raciocínio, nossa corrente de pensamento, levando-nos a certas inferências e conclusões, tornou-se "objetificando" em forma de argumentos externos e intersubjetivos verificáveis, ele podia não apenas ser facilmente transferido ao longo do tempo e do espaço, mas também, ao mesmo tempo, publicamente criticado, melhorado e corrigido. Não é de admirar, pois, que mudanças tecnológicas revolucionárias surgiriam com a emergência da linguagem.

Há cerca de cem mil anos, estima-se que a população dos "homem modernos", nossos antecessores imediatos, fosse de aproximadamente cinquenta mil indivíduos espalhados pelo continente africano e mais ao norte pelo Oriente Médio, na região onde hoje é Israel[13]. Entre oitenta a setenta mil anos atrás, a Terra enfrentou um período de resfriamento significativo. Como consequência, os neandertais, que viviam na Europa e ao longo de vários milênios se adaptaram a climas frios, tiveram de se mudar para o sul, onde enfrentaram e aparentemente destruíram os parentes africanos em larga escala. Além disso, um período extenso de seca que teve início há cerca de sessenta mil anos tirou do "homem moderno" boa parte de sua base de subsistência, tanto que, há cinquenta mil anos, a população de "homens modernos" não passava de cinco mil indivíduos, confinados ao nordeste da África[14].

No entanto, a partir daí a ascensão dos humanos modernos foi contínua, disseminando-se pelo globo até acabar com todos os parentes arcaicos. Acredita-se que os últimos neandertais, escondidos em cavernas perto de Gibraltar, foram extintos há 25 mil anos.

---

13 Idem. *Ibidem*., p. 92.

14 WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. *Op.* cit., p. 8, 58. A estimativa de Cavalli-Sforza é consideravelmente maior: cinquenta mil. Ver: CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, Peoples, and Languages*. *Op.* cit., p. 50.

Os últimos exemplares de *Homo erectus*, encontrados na ilha indonésia de Flores, remontam há cerca de treze mil anos.

Os "humanos modernos" viviam como caçadores e coletores nômades. As sociedades eram compostas por grupos pequenos de dez a trinta pessoas, os quais se encontravam ocasionalmente e formavam um agrupamento genético de cerca de 150 pessoas, o qual podia chegar até quinhentas pessoas (tamanho que os geneticistas consideram o necessário para evitar efeitos disgênicos)[15]. A divisão do trabalho era limitada, ocorrendo principalmente entre mulheres – agindo em geral como coletoras – e homens – agindo sobretudo como caçadores. Apesar de a posse privada de instrumentos ser conhecida e reconhecida, a vida nômade permitia poucas posses, e, portanto, as sociedades caçadoras e coletoras eram comparativamente igualitárias[16]. Apesar disso, inicialmente, a vida

---

15 Idem. *Ibidem*., p. 30.

16 O igualitarismo das sociedades caçadoras e coletoras não deve, no entanto, ser excessivamente enfatizado ou idealizado. Estas sociedades também se caracterizavam por aspectos hierárquicos profundos. Semelhantemente ao que se conhece do reino animal, os homens ocupavam uma posição superior às mulheres e as dominavam. Frequentemente, as mulheres eram "tomadas" e tratadas pelos homens da mesma maneira que mercadorias do mundo "externo" são tomadas e tratadas: apropriadas, roubadas, usadas, abusadas e comercializadas. As crianças ocupavam uma posição inferior à dos adultos. Além disso, existiam hierarquias tanto entre os membros da sociedade do sexo masculino quanto do feminino, dos machos e fêmeas alfa dominante até os membros inferiores da sociedade. Ocorriam disputas por *status*, e aquele que não aceitasse a ordem estabelecida sofria punições severas. Os perdedores nesta disputa por *status* mais elevado corriam o risco de serem feridos e até de morrer, ou, na melhor das hipóteses, de serem expulsos da tribo. Em suma: ainda que a vida tribal proporcionasse um padrão de vida confortável em termos de comida e de lazer abundantes, estava longe de ser confortável nos termos da tão desejada "autonomia individual" dos dias de hoje. Pelo contrário, a vida no domicílio tribal implicava disciplina, ordem e submissão.

parece ter sido boa para nossos ancestrais[17]. Poucas horas de trabalho permitiam que se tivesse uma vida confortável, com boa nutrição (altamente proteica) e muito tempo livre. Na verdade, fósseis (esqueletos e dentes) parecem indicar que nossos ancestrais caçadores e coletores tinham uma expectativa de vida que excedia os trinta anos, algo que só foi conquistado novamente no decorrer do século XIX[18]. Contrariando Thomas Hobbes (1588-1679), a vida deles não era nada[19] "*solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta*"[20].

No entanto, a vida dos caçadores e coletores enfrentava um desafio fundamental e praticamente insolúvel. As sociedades caçadoras e coletoras tinham vida essencialmente parasitárias. Isto é, não acrescentavam nada ao suprimento natural de bens. Apenas esgotavam os suprimentos. Não produziam (salvo algumas ferramentas), apenas consumiam. Não cultivavam nem criavam, e precisavam esperar que a natureza se regenerasse e reabastecesse. Na melhor das hipóteses, conseguiam não caçar nem coletar demais, a fim de que o processo natural de regeneração não fosse abalado nem

17 Ver: LEE, Richard & DE VORE, I. (Ed.). *Man the Hunter*. Chicago: Aldine, 1968; HARRIS, Marvin. *Cannibals and Kings: The Origins of Cultures*. New York: Vintage Books, 1977. Cap. Esp. 2.

18 HARRIS, Marvin. *Cannibals and Kings*. p. 19 ss.

19 Esta afirmação, no entanto, refere-se apenas à vida de caçadores e coletores durante períodos de paz. Sobre a alta incidência de guerras e causas de morte não naturais, ver: HARRIS, Marvin. *Cannibals and Kings*. p. 27 ss.

20 Nas palavras do próprio Thomas Hobbes no original em inglês: "*solitary, poor, nasty, brutish, and short*". Ver: HOBBES, Thomas. *Leviathan: Or, the Matter, Form, and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civil*. Edited by Sir William Molesworth. London: John Bohn, 1839. Book I, Chapter XIII, p. 113. Utilizamos aqui o trecho equivalente da seguinte edição em língua portuguesa: HOBBES, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Livro I, capítulo XIII, p. 80. (N. E.)

completamente paralisado. De qualquer modo, esta forma de parasitismo obviamente envolvia o insolúvel problema do crescimento populacional. A fim de permitir a vida confortável descrita acima, a densidade populacional tinha de permanecer extremamente baixa. Estima-se que eram necessários 1,6km quadrados de território para sustentar confortavelmente uma ou duas pessoas, e em regiões menos férteis eram necessários territórios ainda maiores[21]. Então, o que se fazia quando a população excedia estes limites mais ou menos rígidos?

As pessoas podiam, é claro, tentar evitar o surgimento de tal pressão populacional, e na verdade as sociedades caçadoras e coletoras se esforçavam ao máximo neste sentido. Elas provocavam abortos, cometiam infanticídio, principalmente infanticídio feminino, e reduziam a quantidade de gestações promovendo longos períodos de amamentação (que, em combinação com a baixa gordura corporal característica da mobilidade constante, reduz a fertilidade feminina). Embora isso aliviasse o problema, não o solucionava. A população continuava aumentando.

Como o tamanho da população não podia ser mantido estável, só havia três alternativas para o "excesso" populacional que emergia continuamente. Podia-se *lutar* pelos suprimentos limitados de comida, podia-se *migrar* ou podia-se adotar um modo de organização social novo e tecnologicamente avançado que permitisse que uma população maior sobrevivesse no mesmo território determinado.

Quanto à primeira opção, ou seja, lutar, algumas observações devem bastar. Na literatura, os homens primitivos são geralmente descritos como seres pacíficos, vivendo em harmonia com a

21 Assim, por exemplo, escreve Marvin Harris (1927-2001): "Em toda a França durante o fim da Idade da Pedra, provavelmente não existiam mais que vinte mil e talvez apenas 1.600 seres humanos". Ver: HARRIS, Marvin. *Cannibals and Kings*. p. 18.

natureza. Neste sentido, o retrato mais famoso é o do “bom selvagem”[22] de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). As agressões e a guerra, diz-se com frequência, são resultado da civilização criada a partir da instituição da sociedade privada. Na verdade, a situação é praticamente o oposto[23]. Sim, a violência das guerras modernas produziu uma carnificina sem precedentes. Tanto a Primeira Guerra Mundial quanto a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, resultaram em dezenas de milhões de mortos e deixaram países inteiros em ruínas. Ainda assim, como provas antropológicas deixaram bem claro neste meio-tempo, o homem primitivo foi muito mais belicoso do que o homem moderno. Estima-se que, em média, 30% de todos os homens nas sociedades caçadoras e coletoras morreram de causas não naturais (violentas), muito mais do que se vê nas socie-

22 Na obra *Discours sur l’origine et les fondements de l’inégalité parmi les hommes* [*Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*] publicada originalmente em 1755, o pensador suíço defende que “o homem é naturalmente bom”, tendo sido pervertido pela sociedade em consequência dos progressos realizados e dos conhecimentos adquiridos (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Intr. e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado; trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo, Abril Cultural, 1973. p. 297). A temática se repete no capítulo I do livro I em *Du Contrat Social* [*Do Contrato Social*], de 1762, a principal obra deste autor, que, dentre outras edições, se encontra disponível como: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Intr. e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado; trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Ver, também: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou Da Educação*. Intr. Michel Launay; Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo, Martins Fontes, 1991, p. 310. (N. E.)

23 Ver: WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. *Op.* cit., Cap. 8 e p. 150-54. Ver, também: KEELEY, Lawrence H. *War Before Civilization*. New York: Oxford University Press, 1996 [Em língua portuguesa a obra está disponível na seguinte edição: KEELEY, Lawrence H. *A Guerra Antes da Civilização: O Mito do Bom Selvagem*. Trad. Fabio Faria. São Paulo: É Realizações, 2011. (N. E.)].

dades modernas[24]. De acordo com as estimativas de Lawrence H. Keeley (1948-2007), uma sociedade tribal perdia em média 0,5% de sua população em combates todos os anos[25]. Aplicada à população do século XX, esta média representaria uma taxa de mortalidade de algo em torno de dois bilhões de pessoas, em vez das "meras" centenas de milhões atuais. É claro que a guerra primitiva era muito diferente da guerra moderna. Não era realizada com exércitos tradicionais em campos de batalha, e sim com saques, tocaias e ataques surpresa. Mas todos os ataques eram caracterizados pela brutalidade extrema, executados sem misericórdia e sempre com resultados fatais; e apesar de a quantidade de pessoas mortas nos ataques ser reduzida, o caráter incessante deste encontros agressivos tornava a morte violenta um perigo constante para o homem comum (e sequestro e estupro para todas as mulheres)[26]. Além disso, há cada vez mais provas da prática disseminada de canibalismo. Na verdade, parece que o canibalismo já foi uma prática quase universal[27].

---

24 CHAGNON, Napoleon. "Life Histories, Blood Revenge, and Warfare in a Tribal Population". *Science*, Volume 239, Issue 4843 (26 February 1988): 985-92.

25 KEELEY, Lawrence H. *War Before Civilization*. *Op.* cit., p. 33; WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. *Op.*, cit. p. 151ss.

26 Ver também: LeBLANC, Steven. *Constant Battles*. New York: St. Martin's Press, 2003.

27 Ver: WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. *Op.* cit., p. 154-58. Ao contrastar a ferocidade dos homens primitivos com os modernos, Wade, seguindo Keeley, observa: "Quando guerreiros primitivos deparavam com as tropas de sociedades civilizadas em combate aberto, frequentemente as derrotavam, apesar da imensa diferença entre os armamentos utilizados. Nas guerras contra os indígenas, o exército dos Estados Unidos 'costumava sofrer derrotas severas' quando os enfrentava em terreno aberto, como ocorreu contra os seminoles em 1834, bem como na Batalha de Little Bighorn. Em 1879, o Exército Britânico na África do Sul, equipado com artilharia e metralhadoras Gatling, foi derrotado com contundência por zulus armados em sua maior parte com lanças e escudos de pele de boi nas batalhas de Isandlwana, de Myer's Drift e de Hlobane. Os franceses foram repelidos pelos tuaregues do Saara

Mais importante, estas descobertas referentes à belicosidade do homem primitivo não são apenas curiosidades antropológicas, ou seja, traços que podem ser considerados intrínsecos à natureza das sociedades caçadoras e coletoras. Ao contrário, existem importantes motivos teóricos para o fato de tais sociedades se caracterizarem pela guerra incessante que explicam por que as relações pacíficas eram quase impossíveis, principalmente se a ideia de se ignorarem mutuamente fosse impossibilitada pela ocupação de todo o território que cercava os grupos conflitantes. Neste caso, era inevitável que membros de diferentes tribos caçadoras e coletoras se encontrassem com alguma regularidade em suas expedições em busca de plantas e de animais. Na verdade, à medida que a população aumentava, tais encontros se tornavam mais frequentes. E como caçadores e coletores não acrescentavam nada ao suprimento natural, apenas consumindo o que a natureza lhes dava, a competição entre eles por comida era antagonista por natureza: ou eu colho a fruta e caço determinado animal, ou você o faz. Praticamente não existiam trocas ou comércio entre membros de tribos diferentes, já que o membro de uma tribo estava envolvido com as mesmas atividades que os membros de outra tribo e já que ninguém acumulava bens que pudessem ser trocados como excedente. Havia apenas conflitos impossíveis de erradicar, e mais conflitos à medida que a população da tribo excedia o tamanho ideal. Nesta situação, na qual tudo apropriado por uma pessoa (ou tribo) era imediatamente consumido e o suprimento total era estritamente limitado pelas forças naturais, somente o antagonismo mortal podia existir entre os homens. Nas palavras de Ludwig von Mises, os homens se tornaram "inimigos mortais uns dos outros, rivais inconciliáveis nos seus esforços para

na década de 1890. Os exércitos destes estados só conseguiram prevalecer, ao fim, devido a um número maior de soldados e de campanhas de desgaste, e não devido a uma habilidade superior em combate" (WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. *Op.* cit., p. 152).

assegurar uma parte dos escassos recursos que a natureza fornece como meio de subsistência. Cada homem seria forçado a ver todos os outros como seus inimigos; seu intenso desejo de satisfazer seus próprios apetites o conduziria a um conflito implacável com seus vizinhos. Nenhum sentimento de simpatia poderia florescer em tais condições"[28]. Somente a morte do rival poderia servir como solução para o desejo de sobrevivência. Na verdade, poupar a vida de outro homem permitiria que o inimigo gerasse um número ainda maior de herdeiros, o que reduziria ainda mais a chance de sobrevivência[29].

---

28 MISES, Ludwig von. *Human Action: A Treatise on Economics*. Chicago: Regnery, 1966. p. 144. [Substituímos a citação pela passagem equivalente da tradução para o português. Ver: MISES, Ludwig von. *Ação Humana*. *Op.* cit., p. 184. (N. E.)].

29 Indiretamente, esta observação do antagonismo irreconciliável entre os membros de diferentes tribos dentro da estrutura das sociedades caçadoras e coletoras também proporciona um primeiro indicador acerca do que é necessário para a cooperação pacífica entre os homens. Para que os membros de diferentes tribos não se vejam como inimigos, mas como colaboradores em potencial, deve existir uma *produção* genuína de bens de consumo (além da mera apropriação dos bens de consumo fornecidos pela natureza). O pré-requisito mínimo é que exista uma produção de bens de consumo no sentido do armazenamento de excedentes (que estejam sendo poupados para o consumo futuro). Pois somente se o homem *acrescentar*, desta maneira, algo à natureza – algo que, sem seu esforço deliberado, não existiria – pode existir um motivo para que um homem poupe a vida de outro para seu próprio bem (por seus próprios motivos egoístas e para sua própria vantagem). Como os proponentes da tese de que a civilização gera a guerra gostam de apontar, o próprio fato de que um homem acrescentou algo à oferta de bens fornecidos pela natureza também serve como motivo para que outro homem cometa um ato de agressão para roubá-lo de seu produto. Mas certamente existem menos razões para matar este homem do que para matar um homem que não acrescentou nada e apenas apropria e consome aquilo que lhe é dado (e assim reduzindo, inevitavelmente, o que está disponível para os outros). Além disso, na medida em que um homem acrescenta algo ao total da oferta de bens disponíveis, também existe uma razão para que outro homem *não* inter-

A segunda possibilidade de lidar com o problema cada vez maior do excesso populacional era a migração. Apesar de custosa – afinal, tinha-se de abandonar territórios conhecidos em busca de territórios desconhecidos –, a migração (em comparação com as guerras) deve ter sido evocada frequentemente como a opção menos prejudicial, principalmente se existisse uma fronteira por explorar. Assim, a partir de sua terra natal no leste da África, o mundo todo acabou conquistado por grupos de pessoas que se afastavam dos parentes a fim de formar novas sociedades em regiões até então desocupadas por humanos.

Parece que este processo teve início há cerca de cinquenta mil anos, pouco depois do surgimento do homem comportamentalmente moderno e da habilidade de construir barcos. Desta época até doze ou onze mil anos atrás, as temperaturas mundiais aos poucos diminuíram (desde então estamos num período de aquecimento interglacial) e os níveis dos mares também diminuíram[30]. As pesso-

---

fira com suas atividades, mas, em vez disso, deixe-o prosseguir e se beneficie dele e de sua atividade ao realizar com ele trocas comerciais mutuamente benéficas e, por consequência, desenvolver sentimentos solidários com este seu semelhante. Deste modo, embora a civilização não elimine os impulsos agressivos do homem, pode diminui-los e atenuá-los e de fato o faz.

30 Na realidade, o último grande período de aquecimento, também chamado de período interglacial, já havia terminado havia cerca de 120.000 anos. Durante este período, isto é, há mais de 120.000 anos, hipopótamos habitavam a região do Reno, e o Tâmisa e o norte da Europa tinham uma espécie de "aparência africana". A partir de então, as geleiras avançaram progressivamente para o sul, e o nível do mar acabou recuando em mais de cem metros. O Tâmisa e o Elba tornaram-se afluentes do Reno, antes que este desaguasse no Mar do Norte, e, de lá, no Atlântico. Ver: REICHHOLF, Josef H. *Eine kurze Naturgeschichte des letzten Jahrtausends*. Frankfurt: Fischer, 2007. p. 15ss. Quando este período terminou, de maneira muito repentina, há doze mil anos, as geleiras é que recuaram rapidamente e o nível do mar subiu, não em milímetros por ano, mas muito rapidamente, de maneira semelhante a uma enchente. Dentro de um período de tempo muito curto, a Inglaterra e a Irlanda, que estavam até então ligadas ao continente europeu, tornaram-se ilhas.

as cruzaram o Mar Vermelho pelo Portão das Lágrimas, que então era um mero curso estreito d'água pontuado por ilhas, a fim de chegar à península arábica (que tinha um período de chuvas comparativamente maior na época). A partir daí, preferindo permanecer em zonas tropicais às quais se ajustaram, os migrantes – um grupo de talvez não mais de 150 pessoas – continuaram rumando para o leste. Viajavam principalmente em barco, porque até seis mil anos atrás, quando o homem aprendeu a domar cavalos, aquele tipo de transporte era mais rápido e conveniente do que viajar a pé. Portanto, a migração ocorreu ao longo da costa – e a partir daí avançou para o interior, adentrando os vales fluviais –, primeiramente até a Índia. A partir daí, como provas genéticas parecem indicar, o movimento populacional se dividiu em duas direções. Um grupo percorreu a península indiana rumo ao sudeste da Ásia e Indonésia (que estava ligada ao continente asiático) e finalmente ao recém-descoberto continente de Sahul (composto por Austrália, Nova Guiné e Tasmânia, que estavam unidas até oito mil anos atrás), que até então se separava do continente asiático por um canal de apenas 96 quilômetros pontuados por ilhas, o que permitia a travessia de curta distância de uma ilha a outra, e também rumo ao norte pela costa da China e até o Japão. Por outro lado, o processo migratório a partir da Índia seguiu para noroeste, através do Afeganistão, do Irã, da Turquia e, por fim, da Europa. Este grupo se subdividiu, indo para o nordeste até o sul da Sibéria. Migrações posteriores, provavelmente em três ondas, a primeira delas há cerca de onze ou doze mil anos, atravessaram o Estreito de Bering – na época (há cerca de doze mil anos) uma ponte terrestre – até o continente americano, aparentemente chegando à Patagônia somente cerca de mil anos depois (descobertas arqueológicas de restos humanos no sul do Chile

---

O Mar Báltico e boa parte do atual Mar do Norte surgiram. Da mesma forma, boa parte do Golfo Pérsico atual data deste período. Ver: Idem. *Ibidem*., p. 49ss.

têm 12,5 mil anos). A última rota migratória partiu de Taiwan, que foi ocupada há cinco mil anos, cruzando o Pacífico e chegando às ilhas polinésias e, finalmente, há cerca de apenas oitocentos anos, à Nova Zelândia[31].

O processo era essencialmente sempre o mesmo: um grupo invadia um território, a pressão populacional aumentava, algumas pessoas permaneciam ali, um subgrupo avançava geração a geração pelo litoral, seguindo rios e a caça e evitando desertos e montanhas. A migração da África para a Austrália pode ter levado de quatro a cinco mil anos, e a migração até a Europa sete mil anos (os artefatos mais antigos relacionados aos seres humanos modernos na Europa, encontrados na Bulgária, remontam a 43 mil anos) e mais sete mil anos para chegar ao oeste da Espanha[32]. Uma vez espalhadas, praticamente não havia contato entre as várias sociedades caçadoras e coletoras. Consequentemente, apesar da relações íntimas de parentesco entre as sociedades, elas formaram agrupamentos genéticos distintos que, confrontados com ambientes diferentes e como resultado da interação de mutações e derivações genéticas com a seleção natural, ao longo do tempo assumiram aparências distintas. Em geral, as diferenças genéticas entre as várias sociedades aumentavam com a distância entre elas e a duração do isolamento[33]. Etnias diferentes surgiram e, depois, também raças humanas diferentes. Estas diferenças genéticas emergentes diziam respeito à cor da pele, ao biótipo e à força, à resistência ao frio e a vá-

---

31 Para maiores detalhes, ver: WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. *Op.* cit., cap. 5. Ver, também: DIAMOND, Jared. *Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies*. New York: Norton, 1997. cap. 1 [Em língua portuguesa a obra está disponível na seguinte edição: DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço: Os Destinos das Sociedades Humanas*. Trad. Silvia de Souza Costa, Cynthia Cortes e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 19ª ed., 2017. (N. E.)].

32 Ver: WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. *Op.* cit., p. 96-99.

33 Idem. *Ibidem*., p. 20-25.

rias doenças, e à tolerância em relação a algumas substâncias. Mas também diziam respeito a questões cognitivas. Portanto, existem provas genéticas de duas evoluções posteriores relacionadas ao tamanho e ao poder de cognição do cérebro humano. Uma destas evoluções ocorreu há cerca de 37 mil anos e afetou boa parte da população da Europa e do leste da Ásia (mas deixaram poucos resquícios na África), e a outra ocorreu há cerca de seis mil anos e afetou principalmente populações do Oriente Médio e da Europa (mas teve menos impacto no leste asiático e quase nenhum na África subsaariana)[34].

Além disso, lado a lado com as diferenciações geográficas e as diferenciações genéticas humanas correlacionadas, ocorreu uma diferenciação linguística. Concordando e usando provas genéticas (biológicas), alguns linguistas, principalmente Merritt Ruhlen[35], dando sequência à obra pioneira de Joseph Greenberg (1915-2001), defenderam o argumento plausível da existência de uma única protolinguagem humana a partir da qual todas as línguas derivaram como parentes mais ou menos distantes. Obviamente, os emigrantes originais da África, há cerca de cinquenta mil anos, teriam falado o mesmo idioma, e assim parece pouco surpreendente que o movimento populacional mencionado acima e a divisão dos grupos em diferentes agrupamentos genéticos, mais ou menos separados no tempo e espaço uns dos outros, deveriam se refletir intimamente em uma diferenciação idiomática, no agrupamento de diferentes línguas em ramificações linguísticas e no agrupamento destes ramos em troncos[36]. Da mesma forma, o processo de proliferação de

---

34 Ver: CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, Peoples, and Languages*. *Op.* cit., p. 94.

35 RUHLEN, Merritt. *The Origin of Language: Tracing the Evolution of the Mother Tongue*. New York: Wiley, 1994.

36 Para uma tabela que mostra a correlação entre as famílias genéticas e linguísticas e as árvores de suas descendentes, ver: CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, Peoples, and Languages*. *Op.* cit., cap. 5, em especial a p. 144.

línguas parece ter seguido um padrão previsível. Primeiro, com a dispersão dos seres humanos pelo mundo como caçadores e coletores e com a proliferação concomitante de agrupamentos genéticos distintos, um número cada vez maior de línguas surgiu. Assim, por exemplo, das seis mil línguas hoje faladas, cerca de 1.200 são faladas na Nova Guiné, uma das regiões mais "primitivas" do mundo; metade das quais não tem mais que o número "mágico" de quinhentos falantes e nenhuma mais de cem mil. Mas com o início da fixação humana, há cerca de onze mil anos, e a consequente transição para a agricultura e a expansão e intensificação da divisão do trabalho (mais sobre isso adiante), uma tendência até contrária parece ter surgido: à medida que os agrupamentos genéticos aumentaram, as línguas faladas diminuíram.

II – O Problema: Teoria

Há cerca de 35 mil anos, ou seja, quinze mil anos depois do êxodo inicial da África, praticamente toda a Europa, toda a Ásia, a Austrália e, é claro, a própria África foram ocupadas por nossos ancestrais, os humanos modernos, e os humanos arcaicos – *Homo neanderthalensis* e *Homo erectus* – estavam à beira da extinção. Há cerca de doze mil anos, os seres humanos também tinham se dispersado por todas as Américas. Fora as ilhas polinésias, portanto, todas as porções terrestres e todos os suprimentos naturais de bens econômicos, de plantas e de animais, foram apossado por seres humanos, e, levando em conta o estilo de vida parasitário dos caçadores e coletores, os humanos não *acrescentavam* nada a esta terra e

Ver também: CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca & CAVALLI-SFORZA, Francesco. *The Great Human Diasporas: The History of Diversity and Evolution*. Cambridge: Perseus Books, 1995. cap. 7; WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. *Op.* cit., cap. 10, p. 102ss.

ao suprimento natural de bens, apenas reagindo às *mudanças* naturais.

Estas mudanças foram às vezes bastante drásticas. Mudanças climáticas globais, por exemplo, podiam afetar significativamente a disponibilidade de terras habitáveis, a vegetação natural e a população animal. No período em estudo, nos mais de vinte mil anos entre trinta e cinco mil anos e onze mil anos atrás, ocorreram mudanças drásticas nas condições naturais. Há vinte mil anos, por exemplo, durante um período chamado último máximo glacial, as temperaturas caíram acentuadamente e a maior parte do norte da Europa e da Sibéria se tornou inabitável. A Grã-Bretanha e toda a Escandinávia foram cobertas por geleiras, a maioria da Sibéria se transformou num deserto polar, e a tundra chegava até o Mediterrâneo, o Mar Negro e o Mar Cáspio. Depois de cinco mil anos, há cerca de quinze mil anos, as geleiras começaram a retroceder, permitindo que pessoas, animais e plantas reocupassem regiões anteriormente desérticas. Dois mil e quinhentos anos depois, contudo, em apenas uma década, as temperaturas novamente caíram até quase as mesmas condições gélidas de antes; e, mil anos depois, há cerca de onze mil e quinhentos anos, de novo abruptamente, as temperaturas sofreram um aumento considerável e a Terra entrou no período de chamado *Holoceno*, o mais recente e ainda duradouro período de aquecimento interglacial[37]. (O Saara começou a se transformar no

37 Durante o período atual, o *Holoceno*, no entanto, as temperaturas continuam a mostrar variações significativas. Há cerca de dez mil anos, depois de um período de aquecimento de milhares de anos, as temperaturas atingiram o patamar atual. Por diversas vezes, desde então, as temperaturas aumentaram consideravelmente acima deste patamar (em até dois graus Celsius): de 8.000 a 6.800 anos atrás, de 6.000 a 5.500 anos atrás, de 5.000 a 4.000 anos atrás, de 2.500 a 2.000 anos atrás, bem como do século X ao XIV, durante o chamado período de aquecimento medieval. Da mesma forma, ocorreram diversos períodos com temperaturas significativamente mais baixas que as atuais: de 9.000 a 8.000 anos atrás, de 6.800 a 6.000 anos atrás, de 4.000 a 2.500 anos atrás, do século II ao VIII e, ainda, do século XIV a meados do

deserto atual, extremamente quente, há apenas três mil anos. No período pré-romano, o Saara – e também os desertos da Ásia central – era ainda uma savana verdejante com muita vida. O poder e a atração de Cartago, por exemplo, deviam-se principalmente à fertilidade de seu interior como centro de produção de trigo; este era um importante motivo para Roma querer destruir Cartago e controlar os territórios do norte da África)[38].

De qualquer forma, e independentemente de todos os detalhes complexos e mudanças que pesquisas empíricas futuras sem dúvida revelarão sobre a narrativa histórica prévia, em algum momento o território disponível para ajudar a satisfazer as necessidades humanas já não podia ser ampliado. No jargão econômico, a oferta do fator produção "terra" tornou-se fixa, e todo aumento da população humana tinha de ser sustentado com a mesma e inalterável quantidade de terra. Das três opções anteriores disponíveis para lidar com a pressão populacional – migração, guerras ou invenção –, somente as últimas duas ainda faziam sentido. O que fazer diante deste desafio?

Para ilustrar ainda mais o problema enfrentado, é útil analisar com cuidado a divisão do trabalho limitada dentro da sociedade caçadora e coletora.

Até aqui o antagonismo entre os membros de grupos *diferentes* ou clãs foi explicado ao mesmo tempo que se tomou como certo o fato de que, *dentro* de um grupo ou clã, a colaboração – a cooperação pacífica – existe. Mas por que deveria ser assim? A cooperação intragrupal é quase universalmente tida como óbvia. Ainda assim, requer uma explicação, pois um mundo sem esta cooperação limitada certamente é inconcebível. Deixando claro: há base biológica para *algumas* formas de cooperação humana. "A mútua

século XIX, a chamada Pequena Era do Gelo. Ver: REICHHOLF, Josef H. *Eine kurze Naturgeschichte des letzten Jahrtausends*. *Op.* cit., p. 27.

38 Idem. *Ibidem*., p. 23ss

atração sexual entre macho e fêmea", escreve Mises, "é inerente à natureza animal do ser humano e independe de qualquer raciocínio ou teorização. Podemos qualificá-la de original, vegetativa, instintiva ou misteriosa"[39]. O mesmo se pode dizer da relação entre mãe e filho. Se as mães não tomassem conta de seus filhos por um período prolongado, eles morreriam instantaneamente e a humanidade estaria condenada. Mas essa cooperação necessária e de certa forma biologicamente determinada é algo muito diferente do que se observa nas sociedades caçadoras e coletoras. Assim, Mises continua:

> […] nem a coabitação nem o que a precede ou sucede geram cooperação social e os modos de vida em sociedade. Os animais também se juntam pra cruzar, mas não desenvolveram relações sociais. A vida em família não é apenas um produto da relação sexual. Não é, de modo algum, nem natural, nem necessário que pais e filhos vivam juntos como se faz em uma família. A relação sexual não resulta necessariamente na formação da família. A família humana é resultado do pensamento, do planejamento e da ação. É este o fato que a distingue radicalmente dos grupos animais que, por analogia, chamamos de famílias animais[40].

Por que, por exemplo, os homens e as mulheres, depois de deixarem a infância, não caçavam e coletavam sozinhos apenas para fazer sexo causal? Por que não ocorreu o que já foi descrito como tendo ocorrido para *grupos* de humanos *já no plano individual*: uma pessoa, diante de um suprimento limitado de recursos naturais, afastando-se de outra a fim de evitar conflitos até que toda a terra seja explorada, e depois uma guerra de todos contra todos (e não

39 MISES, Ludwig von. *Ação Humana*. *Op.* cit., p. 209.

40 Idem, *Ibidem*. p. 209.

uma guerra de membros de um grupo contra membros de outro grupo) irrompe? A resposta é: por causa do reconhecimento de que a cooperação é mais produtiva do que a ação autossuficiente e isolada. A divisão do trabalho e a cooperação com base nesta divisão aumentaram a produtividade do trabalho humano.

Há três motivos para isso. Primeiro, há tarefas que excedem o poder de um só homem e exigem o esforço combinado de vários homens a fim de serem executadas. Certos animais, por exemplo, talvez sejam grandes ou perigosos demais para ser caçados por um só indivíduo, exigindo a cooperação de muitos. Ou existem tarefas que poderiam, em princípio, ser executados por um indivíduo, mas cuja execução levaria tanto tempo para um ator isolado que o resultado final parece não valer o esforço. Somente a ação coordenada pode realizar tais tarefas em um tempo suficientemente curto a ponto de valerem a pena. Procurar plantas ou animais comestíveis, por exemplo, é algo cheio de incertezas. Num dia alguém poderia deparar com plantas e animais comestíveis rapidamente, mas às vezes alguém poderia procurar alimentos em vão por muito tempo. Mas, se alguém dividir o risco, ou seja, se vários coletores ou caçadores começarem suas buscas separadamente, chamando uns aos outros quando alguém tiver sorte, então a coleta e a caça talvez se revelem empreitadas rotineiramente bem-sucedidas para cada participante.

Em segundo lugar, apesar de o ambiente natural enfrentado por todas as pessoas ser mais ou menos o mesmo, cada indivíduo (até gêmeos idênticos) é diferente um do outro. Os homens, por exemplo, são significativamente diferentes em suas habilidades em relação às mulheres. Por natureza, os homens são tipicamente melhores caçadores, e as mulheres melhores coletoras. Os adultos são significativamente diferente em suas habilidades em relação às crianças. Algumas pessoas são fisicamente fortes, e outras demonstram grande habilidade. Algumas são altas, outras rápidas. Algumas têm boa visão, outras possuem ótimo olfato. Levando em conta tais

diferenças, é obviamente vantajoso dividir as tarefas necessárias para garantir uma vida confortável de modo que cada pessoa se especialize nas atividades nas quais leva vantagens sobre outras. As mulheres coletam, e os homens caçam. Os indivíduos altos pegam frutas das árvores, e os mais baixos se especializam em colher cogumelos. Corredores transmitem mensagens. Os indivíduos com boa visão podem observar acontecimentos distantes. As crianças são usadas na exploração de tocas pequenas e estreitas. As pessoas com grande habilidade manual produzem instrumentos. As mais fortes se especializarão em matar etc.

Em terceiro lugar, mesmo que os membros de uma tribo sejam tão diferentes um do outro do modo que uma pessoa seja mais eficiente em qualquer trabalho imaginável do que outra, a divisão do trabalho ainda é em geral mais produtiva do que o trabalho isolado. Um adulto pode ser melhor em qualquer atividade do que uma criança, por exemplo. Levando em conta o inegável fato da escassez de tempo, contudo, mesmo no pior cenário possível isso faz sentido econômico – isto é, leva a uma quantidade maior de bens produzidos por unidade de trabalho – se o adulto se especializa nas atividades em que demonstra maior eficiência (em comparação com uma criança) e deixa para a criança as atividades em que a eficiência geral menor dela é comparativamente inferior. Apesar de o adulto ser mais eficiente do que a criança em coletar lenha, por exemplo, a superioridade maior do adulto na caça de grandes animais torna a coleta de lenha uma perda de tempo. Assim, ele preferiria que a criança pegasse lenha e usaria seu tempo precioso para realizar a atividade em que é mais eficiente, isto é, a caça de grandes animais.

Ainda assim, e apesar de estas vantagens criadas pela divisão do trabalho explicarem a cooperação intratribal (em lugar das guerras) e, com base na colaboração talvez inicialmente motivada puramente por “interesses próprios”, o desenvolvimento gradual de

sentimentos de solidariedade (boa vontade) em relação ao companheiro, sentimentos que vão além de qualquer tendência *biológica* que possa existir para a relação especial e mais que amigável entre parentes, esta explicação ainda é incompleta. Levando em conta o caráter peculiar e parasitário das sociedades caçadoras e coletoras e presumindo que o território seja fixo, invariavelmente surge um momento em que o número de pessoas excede o tamanho máximo do grupo e o padrão médio de vida diminuirá, ameaçando a solidariedade intragrupal previamente estabelecida[41].

Esta situação é compreendida e explicada pela *lei dos rendimentos*.

A lei dos rendimentos, popularmente, mas de alguma forma também equivocadamente chamada de *lei dos rendimentos decrescentes*, afirma que para qualquer combinação de dois ou mais fatores de produção existe uma combinação ideal (de tal forma que qualquer desvio envolve desperdício de material ou perda de eficiência)[42]. Aplicada aos dois fatores de produção, trabalho e terra

41 Empiricamente, parece que o "número mágico", isto é, o número ideal para o tamanho populacional de uma sociedade caçadora e coletora, era algo entre cinquenta e cem pessoas por um território de cerca de cinquenta a cem milhas quadradas (uma pessoa por milha quadrada). Por volta deste ponto específico, todas as vantagens oferecidas pela divisão do trabalho são exauridas. Se o tamanho populacional excedesse este número "mágico", os padrões médios de vida seriam cada vez mais ameaçados, e esta ameaça aumentava ainda mais se tribos vizinhas, devido a seu próprio crescimento populacional interno, aumentassem suas incursões territoriais, diminuindo assim ainda mais a oferta de bens fornecidos pela natureza disponíveis para os membros da primeira tribo. A pressão populacional interna, assim como a externa, passa então a exigir uma solução para um problema cada vez mais urgente: a própria sobrevivência.

42 Ver: MISES, Ludwig von. *Ação Humana*. *Op.* cit., p. 163-67. Anteriormente a temática foi abordada da mesma forma pelo autor em: MISES, Ludwig von. *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*. Indianapolis: Liberty Classics, 1981. p. 174-75. Ver, também: HOPPE, Hans-Hermann. *Kritik der sozialwissenschaftlichen Sozialforschung: Untersuchungen zur*

(bens naturais), a lei implica que, se houver aumento na quantidade de trabalho (população) enquanto que a quantidade de terra e a tecnologia disponível (caça e coleta) permanecem as mesmas, eventualmente se chegará ao ponto em que a produção física por unidade de trabalho alcança seu ponto máximo. Este ponto determina a população ideal. Se não há mais terra e a tecnologia permanece fixa em determinado nível, qualquer aumento populacional para além do ideal levará a um declínio progressivo no rendimento *per capita*. O padrão de vida, em média, diminuirá. Um ponto de superpopulação (absoluta) foi alcançado. Esta é, como Mises a chamou, a *lei populacional malthusiana*.

Por causa da importância da *lei populacional malthusiana*, e a fim de evitar qualquer equívoco, é aconselhável deixar explícito o que a lei *não* afirma. A lei não determina onde exatamente está o ponto ideal de combinação – em tantas pessoas por quilômetro quadrado, por exemplo –, somente *que* este ponto existe. De outro modo, se a quantidade de produção pudesse ser gerada aumentando apenas um dos fatores (trabalho), deixando o outro (terra) inalterado, a terra deixaria de ser escassa – e, assim, um bem econômico – e seria possível aumentar ilimitadamente o retorno de qualquer porção de terra simplesmente aumentado o trabalho aplicado a estas terras sem ter de considerar a expansão do tamanho da terra. A lei tampouco diz que *todo* aumento de um fator (trabalho) aplicado a uma quantidade fixa de outro (terra) deve gerar um aumento menos do que proporcional da produção. Na verdade, à medida que se aproxima da combinação ideal, um aumento do trabalho aplicado a determinada porção de terra pode levar a um aumento mais do que proporcional na produção (rendimentos crescentes). Um homem adicional, por exemplo, pode permitir que uma espécie animal seja caçada, espécie que não pode ser caçada sem este caçador extra. A

Grundlegung von Soziologie und Oekonomie. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1985. p. 59-64.

lei dos retornos apenas afirma que isto não pode ocorrer sem limites definidos. Ela tampouco afirma que o ponto de combinação ideal não pode ser alterado para cima ou para baixo. Na verdade, como será explicado a seguir, devido aos avanços tecnológicos, a combinação ideal pode ser modificada, permitindo que uma população maior tenha um padrão de vida melhor com a mesma quantidade de terra. O que a lei dos rendimentos diz é que somente *considerando* um estado de desenvolvimento tecnológico (modo de produção) e um grau correspondente de especialização, existe uma combinação ideal para além da qual um aumento na oferta de trabalho necessariamente levará a um aumento menos do que proporcional de produção, ou a nenhum aumento.

Realmente, para as sociedades caçadoras e coletoras, as dificuldades de fugir da armadilha malthusiana de superpopulação absoluta eram mais graves do que estes aspectos da lei dos rendimentos podem indicar. Pois apesar de tais qualificações poderem dar a impressão de que "só" se precisa de inovação tecnológica para escapar desta armadilha, esta não é a verdade completa. Não é qualquer inovação tecnológica que serve. Como as sociedades caçadoras e coletoras são, como já foi dito, sociedades "parasitárias", que não acrescentam nada ao suprimento de bens naturais e apenas apropriam e consomem o que a natureza lhes dá, qualquer aumento de produtividade *dentro* do cenário deste meio de produção não (ou apenas insignificantemente) resulta numa produção maior de bens (ou plantas coletadas e animais caçados), mas apenas (e em grande parte) numa redução do tempo necessário para produzir uma quantidade praticamente inalterada de bens. A invenção do arco e flecha, que parece ter ocorrido há vinte mil anos, por exemplo, não levará a uma quantidade maior de carne animal a ser consumida, o que permitiria que mais pessoas alcançassem ou superassem determinado nível de consumo, e sim ao mesmo número de pessoas tendo mais tempo livre com um padrão de vida inalterado em termos de

consumo de carne (ou seja, se a população aumenta, o ganho de mais tempo livre terá de ser compensado por uma redução no consumo *per capita* de carne). Na verdade, para os caçadores e coletores, os ganhos de produtividade alcançados por avanços tecnológicos como a invenção do arco e flecha podem se revelar nada benéficos ou benéficos apenas a curto prazo. A facilidade maior de caçar, portanto, pode levar a uma abundância de caça, aumentando a oferta de carne *per capita* a curto prazo, mas diminuindo ou possivelmente eliminando a oferta de caça a longo prazo ao reduzir a taxa natural de reprodução dos animais ou ao provocar a extinção dos animais, amplificando, assim, o problema malthusiano sem nenhum aumento na população[43].

III – A Solução: Teoria e História

A invenção tecnológica, então, que resolveu (ao menos temporariamente)[44] o problema de um "excesso" populacional constan-

43 Na verdade, a caça excessiva e a extinção animal desempenharam um papel decisivo, especialmente nas Américas, que só foram ocupadas após a invenção do arco e flecha. Embora as Américas apresentassem originalmente quase a mesma fauna que o continente eurasiano – afinal, por milhares de anos os animais puderam se deslocar de um continente para outro através da ponte terrestre da Beríngia –, na altura da redescoberta europeia da América, há cerca de quinhentos anos, todos os grandes mamíferos domesticáveis (com exceção da lhama na América do Sul) já haviam sido caçados até sua extinção. Da mesma forma, agora se suspeita que toda a megafauna que habitou a Austrália teria sido caçada até sua extinção (com exceção do canguru-vermelho). Este evento teria ocorrido há cerca de quarenta mil anos, alguns poucos milhares de anos depois da chegada do homem à Austrália, e sem o auxílio do arco e flecha, somente com armas muito primitivas e com o uso do fogo, utilizado para aprisionar os animais. Sobre este assunto, ver: DIAMOND, Jared. *Guns, Germs, and Steel*. *Op.* cit., p. 42ss.

44 Embora as mudanças implementadas pela "Revolução Neolítica" tenham permitido o sustento de uma população maior, o problema malthusiano esta-

temente emergente e de uma queda correspondente no padrão de vida médio, foi uma mudança revolucionária em todo o modo de produção. Ela envolveu a mudança de um estilo de vida parasitário para uma vida verdadeiramente produtiva. Em vez de apenas apropriar e consumir o que a natureza provia, os bens de consumo agora eram ativamente produzidos e a natureza era incrementada. Esta alteração revolucionária no modo de produção humana é geralmente chamada de "Revolução Neolítica", a transição da produção de alimentos por meio da caça e da coleta para a produção de alimentos a partir do cultivo de plantas e da criação de animais[45]. Tudo começou há cerca de onze mil anos, no Oriente Médio, região geralmente chamada de "Crescente Fértil". A mesma invenção surgiu, aparentemente de forma independente, menos de dois mil anos depois, na China central, e novamente alguns milhares de anos depois (há cerca de cinco mil anos) no hemisfério ocidental: na Mesoamérica, na América do Sul e na porção oriental dos Estados Unidos atuais. A partir destes centros de inovação, a nova tecnologia se disseminou para conquistar praticamente todo o planeta.

A nova tecnologia representou um marco cognitivo fundamental e se refletiu e se expressou em duas inovações institucionais interrelacionadas que, a partir daí e até hoje, se tornaram um traço dominante da vida humana: a apropriação e o emprego da terra como propriedade privada e o estabelecimento da família e do ambiente doméstico.

---

va fadado a surgir novamente, e a solução aparentemente derradeira para o problema só foi alcançada com a chamada "Revolução Industrial", iniciada na Europa no fim do século XVII. Sobre este assunto, ver o capítulo seguinte, "Da Armadilha Malthusiana à Revolução Industrial: Reflexões sobre a Evolução Social".

45 Ver, também: HART, Michael H. *Understanding Human History*. Augusta: Washington Summit Publishers, 2007. p. 139ss.

Para entender estas inovações institucionais e o marco cognitivo por trás delas, é preciso antes analisar o tratamento do fator de produção "terra" pelas sociedades caçadoras e coletoras.

Pode-se presumir com segurança que a propriedade privada existia no ambiente tribal. A propriedade privada certamente existia em relação a coisas pessoais, como roupas, ferramentas, instrumentos e ornamentos. Como tais itens eram produzidos por indivíduos específicos e adquiridos por outros usando presentes ou escambo, eram considerados propriedade individual. Por outro lado, como estes bens eram resultado de algum esforço orquestrado ou conjunto, eram também considerados bens comuns. Isso se aplicava principalmente aos meios de subsistência: às frutas colhidas e ao animal caçado como resultado da divisão de trabalho intratribal, Sem dúvida, portanto, a propriedade comum tinha um papel importante nas sociedades caçadoras e coletoras, e é por isso que o termo "comunismo primitivo" tem sido empregado para descrever economias primitivas e tribais: cada indivíduo contribui para a sobrevivência da casa "de acordo com suas habilidades", e cada um deles recebe da comunidade "de acordo com suas necessidades" (necessidades determinadas pela hierarquia dentro do grupo) – algo parecido com o "comunismo" nos lares "modernos".

Mas e quanto à terra onde todas as atividades humanas eram realizadas? Pode-se com segurança excluir a ideia de que a terra era considerada propriedade privada nas sociedades caçadoras e coletoras. Mas era propriedade coletiva? Em geral é o que se presume, quase como uma obviedade. Mas a questão é, na verdade, mais complexa, porque existe uma terceira opção: a terra não era privada nem coletiva; constituía parte do *ambiente*, ou, sendo mais específico, parte das *condições gerais* da ação, ou o que também foi chamado de "propriedade comum" ou "pública"[46].

46 Sobre esta distinção, ver: ROTHBARD, Murray N. *Man, Economy, and State*. Los Angeles: Nash, 1970. cap. 1.

A fim de esclarecer esta questão, a pesquisa antropológica tradicional ajuda pouco ou nada. Para esclarecê-la, um pouco de teoria econômica elementar e fundamental, incluindo algumas definições precisas, é necessário. O mundo externo em que as ações humanas se realizam pode ser dividido em duas partes categoricamente distintas. Por um lado, há aquelas coisas consideradas *meio* – ou *bens econômicos*; e, por outro lado, há coisas consideradas *ambiente* – também chamadas às vezes, ainda que de alguma forma equivocadamente, de *bens livres*. Os requisitos para um elemento do mundo externo ser classificado como meio ou bem econômico foram identificados com precisão por Carl Menger[47]. Os requisitos são três. Primeiro, para que algo se torne um bem econômico (ou simplesmente um bem), deve haver uma necessidade humana (um final inalcançado ou um desejo ou vontade humana não realizados). Em segundo lugar, deve haver a percepção humana de algo que se acredite ter propriedades ou características conectadas (estabelecendo uma conexão causal), capazes de evocar a satisfação da necessidade. Em terceiro lugar, e o mais importante no contexto, um elemento do mundo externo assim percebido deve estar sob *controle* humano, de tal forma que possa ser empregado (usado ativa e deliberadamente) para satisfazer determinada necessidade (alcançar o fim procurado). Escreve Mises: "Uma coisa só se torna um meio quando a razão humana percebe a possibilidade de empregá-la para atingir um determinado fim e realmente a emprega com este propósito"[48]. Somente se uma coisa é analisada dentro de uma conexão causal entre a necessidade humana *e* esta coisa está sob controle humano é que se pode dizer que tal entidade foi apropriada – tornou-se um bem – e, assim, é propriedade de alguém (privada ou coletiva). Se, por outro lado, um elemento do mundo externo estabe-

47 MENGER, Carl. *Principles of Economics*. Grove City: Libertarian Press, 1994. p. 52.

48 MISES, Ludwig von. *Ação Humana*. *Op.* cit., p. 125.

lece uma conexão causal com uma necessidade humana, mas ninguém pode (ou acredita que pode) controlar ou interferir neste elemento (devendo deixá-lo inalterado, entregue aos próprios recursos e efeitos naturais), então tal elemento deve ser considerado parte de um ambiente *des*apropriado, isto é, que não é propriedade de ninguém. Assim, por exemplo, o sol ou a chuva, a pressão atmosférica ou as forças gravitacionais podem ter um efeito causal sobre certos fins desejados ou indesejados, mas, na medida em que o homem se acha incapaz de interferir em tais elementos, são apenas *condições* da ação, não parte de nenhuma ação. Por exemplo, a água da chuva pode estar relacionada ao cultivo de cogumelos comestíveis, e esta conexão causal pode ser conhecida. Mas, se nada é feito quanto à água da chuva, então a água não é propriedade de ninguém; ela pode ser um fator que contribui para a produção, mas não é, estritamente falando, um fator de produção. Somente se houver uma interferência real na chuva natural, se a água for coletada num balde ou cisterna, por exemplo, é que ela pode ser considerada propriedade de alguém e, assim, se torna um fator de produção.

Tendo como pano de fundo estas considerações, pode-se agora tratar da questão referente à condição da terra numa sociedade caçadora e coletora[49]. Certamente, as frutas colhidas de um arbusto são propriedade; mas e quanto ao arbusto, que está causalmente associado às frutas colhidas? O arbusto só perde sua posição original de condição ambiental de ação e mero fator contribuinte de satisfação das necessidades humanas e ganha *status* de fator de produção depois que é apropriado, isto é, depois que o homem interferiu propositalmente no processo causal natural conectando arbusto e frutas ao, por exemplo, aguar ou podar o arbusto a fim de alcançar certo resultado (um aumento na colheita de frutas para além do

49 Ver também: HOPPE, Hans-Hermann. *Eigentum, Anarchie und Staat: Studien zur Theorie des Kapitalismus*. Leipzig: Manuscriptum, 2005. cap. 4, em especial p. 106ss.

nível obtido naturalmente). Assim, uma vez que o arbusto se torna propriedade quando alguém cuida dele, também as frutas *futuras* se tornam propriedade, quando antes apenas as frutas colhidas eram propriedade de alguém; além do mais, quando o arbusto é elevado de seu estado natural, no qual não é propriedade de ninguém, por meio da irrigação para aumentar a futura colheita de frutas, por exemplo, também a terra que sustenta o arbusto se torna propriedade.

Da mesma forma, não se questiona que um animal caçado fosse propriedade, mas e quanto ao rebanho ou o bando de que o animal fazia parte? Com base nas considerações anteriores, o rebanho deve ser considerado natureza sem proprietário desde que o homem não fizesse *nada* que pudesse ser interpretado (e que não estivesse em sua mente) como algo causalmente relacionado à satisfação de uma necessidade percebida. O rebanho tornou-se propriedade só depois que a exigência de *interferir* na cadeia natural de eventos a fim de gerar um resultado desejado foi satisfeita. Este teria sido o caso, por exemplo, assim que o homem se propôs a *arrebanhar* animais, isto é, desde que ele tentou ativamente controlar os movimentos do rebanho. O pastor então não só era dono do rebanho, mas também se tornava dono de todos os filhotes gerados naturalmente por ele.

Mas e quanto à terra sobre a qual o movimento controlado do rebanho foi realizado? De acordo com nossas definições, o pastor não poderia ser considerado proprietário da terra, pelo menos não automaticamente, sem satisfazer um requisito posterior. Pois os pastores como convencionalmente definidos apenas seguiam os movimentos naturais do rebanho e a interferência deles na natureza se restringia a manter os animais juntos a fim de ter um acesso mais fácil a um dos membros se houvesse necessidade de obter carne. Os pastores não interferiam na terra em si, no entanto. Não interferiam na terra a fim de controlar os movimentos do rebanho; só interferi-

am nos movimentos dos membros do rebanho. A terra só se tornou propriedade depois que os pastores abandonaram o mero pastoreio e se voltaram para a criação, ou seja, depois que trataram a terra como um meio (escasso) a fim de controlar os movimentos dos animais controlando a terra. Isso só ocorreu quando a terra foi de alguma forma delimitada, cercando-a ou construindo obstáculos (como trincheiras) que restringiam o fluxo natural e livre dos animais. Em vez de ser apenas um fator adicional na produção de animais, a terra se tornou um fator de produção genuíno.

Estas considerações demonstram que é errado pensar na terra como propriedade coletiva nas sociedades caçadoras e coletoras. Os caçadores não eram pastores e muito menos se envolviam com a criação de animais; e os coletores não tinham hortas nem eram agricultores. Eles não exerciam controle sobre a fauna e a flora dadas pela natureza cuidando delas ou criando-as. Apenas pegavam porções da natureza. A terra, para eles, não era nada além de uma condição para suas atividades, e não sua propriedade.

Na melhor das hipóteses, porções bem pequenas de terra foram apropriadas (e assim transformadas em propriedade coletiva) por caçadores e por coletores, a fim de serem usadas como lugares de *armazenamento* permanente para o excesso de bens por usar no futuro e como abrigos, ao mesmo tempo que as cercanias continuavam tratadas como condições sem proprietário de suas existências.

Pode-se dizer, portanto, que o passo decisivo para a solução (temporária) da armadilha malthusiana enfrentada por sociedades caçadoras e coletoras foi o estabelecimento da propriedade da terra que ia além do estabelecimento de meros lugares de armazenamento e de abrigo. Sob a pressão da queda no padrão de vida como resultado da superpopulação absoluta, os membros da tribo (separada ou coletivamente) foram se apropriando mais e mais da natureza anteriormente sem proprietário (terra). E motivando e reforçando esta apropriação da terra – e transformando antigos lugares de ar-

mazenamento e de abrigo em centros residenciais de agricultura e de pecuária – estava um importante marco intelectual. Como observou Michael Hart:

> A ideia de plantar colheitas, cuidar delas e eventualmente colhê-las não é óbvia ou trivial e requer um grau considerável de inteligência para conceber tal noção. Nenhum primata jamais teve esta ideia, nem o *Australopithecus*, o *Homo habilis*, o *Homo erectus* ou mesmo o Homo sapiens mais arcaico[50].

Nenhum deles tampouco concebeu a ideia ainda mais complexa de cuidar de animais, domá-los e criá-los.

Antes, todos os bens de consumo eram apropriados da forma mais direta e rápida possível: por meio da extração, ou seja, "colhendo" tais bens quando aparecessem. Com a agricultura e a pecuária, ao contrário, os bens de consumo eram obtidos de forma indireta e cíclica: produzindo-os por meio do controle deliberado da terra. Isto se baseava na descoberta de que os bens de consumo (plantas e animais) não eram apenas "dados" para ser colhidos, e sim que eram causas naturais que afetavam a oferta *e* que estas causas naturais podiam ser manipuladas com o controle da terra. O novo modo de produção requeria mais tempo a fim de alcançar o objetivo do consumo de alimentos (e, assim, envolvia menos tempo livre) mas interpor a terra como fator real de produção, era mais produtivo e levava a uma produção total maior de bens (comida), permitindo, assim, que uma população maior fosse sustentada com a mesma quantidade de terra[51].

---

50 HART, Michael H. *Understanding Human History*. *Op.* cit., p. 162.

51 Estima-se que com a apropriação de terras e a mudança consequente de uma existência caçadora e coletora para a de agricultores e horticultores e criadores de animais tornou possível o sustento de uma população de dez a cem vezes maior que a que podia ser sustentada anteriormente num mesmo espaço

Mais especificamente em relação às plantas: sementes e frutas com valor nutricional não eram mais apenas colhidas (e possivelmente armazenadas), mas as plantas silvestres que as forneciam eram ativamente cultivadas. Para além do sabor, sementes e frutas eram escolhidas pelo tamanho, pela durabilidade (armazenabilidade) e pela facilidade de cultivo e de germinação, e eram não apenas consumidas, mas também usadas como base para a produção *futura* de bens de consumo, levando, no intervalo relativamente curto de vinte a trinta anos, a novas e domesticadas variedades de plantas com safras significativamente maiores por unidade de terra. Entre as primeiras plantas domesticadas no Oriente Próximo e no Médio, estavam o trigo, a espelta (trigo vermelho), o centeio, a cevada, ervilhas e azeitonas. Na China, foram o arroz e o painço; depois, na Mesoamérica, o milho, o feijão e a abóbora; na América do Sul, batatas e a mandioca; no nordeste da América, girassóis e quenopodiáceas; e, na África, o sorgo, o arroz, o inhame e a palmeira[52].

O processo da domesticação dos animais foi semelhante, e a esse respeito é possível usar a experiência da primeira domesticação e criação de cães, o que aconteceu há dezesseis mil anos, ou seja, ainda nas sociedades caçadoras e coletoras, em algum lugar da Sibéria[53].

Os cães são descendentes dos lobos. Os lobos são caçadores excelentes. Mas também comem carniça, e foi plausivelmente defendido que, como carniceiros, os lobos regularmente rondavam acampamentos humanos em busca de restos. Como carniceiros, os lobos que tinham menos medo dos humanos e demonstravam um comportamento mais amigável obviamente gozavam de uma vantagem evolutiva. Era mais provável para estes lobos semidomesticados que seus filhotes fossem adotados pelos lares tribais como ani-

---

de terra.

52 DIAMOND, Jared. *Guns, Germs, and Steel*. *Op.* cit., p. 100, 167.

53 WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. *Op.* cit., p. 109-13.

mais de estimação, e depois se descobriu que estes animais podiam ser treinados para vários objetivos. Podiam ser usados para caçar outros animais, podiam ser usados como tração, podiam aquecer as pessoas durante as noites frias e até serviam como fonte de carne em situações emergenciais. Mais importante, contudo, descobriu-se que os cães conseguiam latir (os lobos raramente latem) e podiam ser selecionados e criados de acordo com sua capacidade de latir e, assim, realizar a valiosa tarefa de alertar e proteger seus donos de estranhos e de invasores. Foi por esse serviço, sobretudo, que, depois da "invenção" dos cães, este hábito se disseminou rapidamente por toda a Sibéria e pelo restante do mundo. Todos, em todos os lugares, queriam ter um filhote destes incríveis animais, porque, numa era de constantes conflitos intertribais, ter cães provou ser uma grande vantagem[54].

Depois que os cães chegaram à região do Oriente Próximo, primeiro centro da civilização humana, devem ter dado considerável impulso ao "experimento" humano de vida produtiva e seu sucesso. Por um tempo, um cão usado como vigia era valioso para os caçadores e para os coletores em movimento e era ainda mais valioso para os assentados estacionários. O motivo para isso é simples: porque nas sociedades sedentárias havia simplesmente *mais* coisas a se proteger. Em sociedades caçadoras e coletoras, tinha-se de temer pela vida, fosse por agressão interna ou externa. Mas, como nenhum membro da sociedade possuía muita coisa, havia pouca ou nenhuma razão para roubar. No entanto, a situação era diferente numa sociedade fixa. Desde seu início, a vida sedentária foi marcada pelo surgimento de diferenças importantes na propriedade e nas

54 Incidentalmente, análises genéticas revelaram que todos os cães atuais, incluindo os das Américas, provavelmente se originaram de uma única ninhada localizada em algum lugar da Ásia oriental. Ou seja, parece que a domesticação do cão não ocorreu de maneira independente, em diversos lugares, mas em um único lugar, a partir do qual se expandiu para, por fim, abranger todo o globo.

riquezas de diferentes membros da sociedade; assim, na medida em que a inveja existia em todas as formas (como se pode presumir com segurança)[55], cada membro (cada lar distinto) também enfrentava a ameaça de roubo ou de destruição de sua propriedade por outros, principalmente pelos membros de sua própria tribo. Os cães eram auxiliares valiosos na luta contra este problema, principalmente porque os cães, devido a um fator biológico, se apegam a *"donos" individuais,* e não às pessoas em geral ou, como gatos, por exemplo, a lugares específicos[56]. Assim, representavam um exemplo clássico de propriedade *privada,* e não coletiva. Isto é, são uma "refutação natural" de qualquer tabu que pudesse existir nas sociedades primitivas contra a propriedade privada. Além disso, e ainda mais importante, como os cães são inquestionavelmente propriedade de indivíduos, provaram-se também singularmente úteis na proteção da propriedade de seus donos da invasão de qualquer tipo de "forasteiro" invasor[57].

Os animais, até mais do que as plantas, eram valiosos para os seres humanos por vários motivos: como fontes de carne, de leite, de couro, de pele e de lã, e também como meios potenciais de transporte, de força e de tração, por exemplo. Mas, em termos biológicos, a maioria dos animais se revelou indomesticável[58] o primeiro e principal critério de seleção, portanto, na "produção" de animais como criação ou como bichos de estimação era a percepção da espécie em termos de domabilidade e controlabilidade. Para

55 Ver: SCHOECK, Helmut. *Envy: A Theory of Social Behavior*. New York: Harcourt, Brace & World, 1970.

56 Ver: LORENZ, Konrad. *Man Meets Dog*. New York: Routledge, 2002. (Edição alemã original de 1954).

57 Notavelmente, até nos dias de hoje, com a disponibilidade de sistemas de alarmes eletrônicos altamente sofisticados, o latido dos cães é o que oferece proteção mais eficaz contra roubos.

58 Ver: DIAMOND, Jared. *Guns, Germs, and Steel*. *Op.* cit., cap. 9, em especial p. 168-75.

testar a hipótese de alguém, o primeiro passo era ver se o animal era ou não suscetível ao pastoreio. Se sim, testava-se se um grupo de animais selvagens podia ser enclausurado. Caso pudesse, por consequência, selecionava-se os animais mais mansos como pais da geração seguinte – mas nem todos os animais se reproduzem em cativeiro! – e assim por diante. Por fim, selecionava-se entre a variedade de animal domesticado mais adequada de acordo com características desejáveis, como tamanho, força etc., podendo, assim, criar uma nova espécie domesticada. Entre os primeiros mamíferos grandes assim domesticados no Oriente Próximo e no Médio (há cerca de dez mil anos), estavam a ovelha, a cabra e os porcos (descendentes de javalis), depois o gado (descendente de auroques). Os bovinos também foram domesticados, ao que tudo indica independentemente, na Índia (há cerca de oito mil anos). Aproximadamente na mesma época em que isso aconteceu no Oriente Médio e no Próximo, as ovelhas, as cabras e os porcos também foram domesticados independentemente na China, e a China também contribuiu com a domesticação do búfalo (há seis mil anos). A Ásia Central e a Arábia contribuíram com a domesticação do camelo asiático e do africano, respectivamente e (há 4,5 mil anos). E as Américas, mais precisamente a região dos Andes, na América do Sul, contribuíram com a domesticação do porquinho-da-índia (há cerca de sete mil anos) da lhama e da alpaca (há cerca de cinco mil anos). Por fim , uma "invenção" com consequências importantes foi a domesticação do cavalo, que ocorreu há cerca de seis mil anos, na região onde hoje é a Rússia e a Ucrânia. Esta conquista deu início a uma verdadeira revolução no transporte terrestre. Até então, em terra, o homem tinha de caminhar de um lugar para outro e a maneira mais fácil de cobrir grandes distâncias era usar um barco. Isso mudou drasticamente com a chegada dos cavalos domesticados, que, até o século XIX, com a invenção da locomotiva e dos carros, eram o meio de transporte terrestre mais rápido. Da mesma forma, e não

muito diferentemente da “invenção” do cão, há cerca de dezesseis mil anos, a “invenção” do cavalo se disseminou rapidamente. No entanto, surgida cerca de dez mil anos depois, a “invenção” dos cavalos não podia mais ser difundida com a mesma facilidade que a “invenção” dos cães. Enquanto os cães alcançaram praticamente todos os cantos do mundo, as mudanças climáticas – aquecimento global – que aconteceram neste meio-tempo tornaram impossível que o mesmo sucesso se repetisse no caso dos cavalos. Neste meio-tempo, a Eurásia tinha se separado das Américas e da Indonésia, da Nova Guiné e da Austrália por corpos d’água grandes demais para serem transpostos. Assim, somente milhares de anos depois, após a *re*descoberta das Américas pelos europeus, por exemplo, é que o cavalo finalmente foi introduzido ali. (Aparentemente, havia cavalos selvagens no continente americano, mas eles foram caçados até a extinção, impossibilitando qualquer domesticação independente.)

A apropriação da terra como propriedade e base da agricultura e da criação de animais foi apenas metade da solução para o problema imposto pela pressão populacional cada vez maior. Graças à apropriação da terra, passou-se a usar a terra de forma mais eficiente, o que permitiu que uma população maior fosse sustentada. Mas a criação da propriedade agrícola em si não enfrentava o outro lado do problema: a reprodução contínua e cada vez maior. Este aspecto do problema também exigia uma solução. Era preciso inventar uma instituição social que controlasse essa proliferação. A instituição criada para tal é a família, que surgiu, não por coincidência, juntamente com a propriedade agrícola. Na verdade, como disse Thomas Malthus (1766-1834), a fim de resolver o problema da superpopulação, juntamente com a invenção da propriedade pri-

vada, o "comércio entre sexos" teve de passar também por algumas mudanças fundamentais[59].

Como era o comércio entre os sexos antes e qual foi a inovação institucional provocada, neste sentido, pela família? Uma resposta precisa à primeira pergunta é notadamente difícil, mas é possível identificar a principal mudança estrutural. Em termos de teoria econômica, a mudança pode ser descrita como de uma situação em que tanto os benefícios da reprodução - pela criação de *produtores* em potencial – e principalmente os custos da reprodução – pela criação de *consumidores* adicionais – foram socializados. Isto é, colhidos e pagos pela sociedade como um todo e não pelos "produtores" das crias, a tal ponto que os benefícios e os custos envolvidos na reprodução eram internalizados e economicamente devolvidos aos indivíduos responsáveis pelas novas crias.

Quaisquer que tenham sido os detalhes, parece que a instituição de uma relação monogâmica estável e também poligâmica entre homens e mulheres que hoje em dia está relacionada com o termo família é consideravelmente nova na história da humanidade e durante muito tempo foi precedida por uma instituição que pode ser definida amplamente como relação sexual "irrestrita" ou "descontrolada" ou como "casamento grupal"[60]. O comércio entre os sexos durante este estágio da história humana não excluía a existência de relações temporárias entre um homem e uma mulher. Mas, em

59 MALTHUS, Thomas R. *An Essay on the Principle of Population*. London: J. Johnson, 2ª Ed., 1803. cap. 10. [A obra está disponível em português na seguinte edição: MALTHUS, Thomas. *Ensaio sobre a População*. Apres. Ernane Galvêas; Trad. Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo & Antonio Alves Cury. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (N. E.)].

60 Sobre este tema, ver: ENGELS, Friedrich. *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staates*. In: *Marx-Engels-Werke*: Band 21. Berling: Dietz Verlag, 1884. [Dentre outras edições, o livro pode ser encontrado na seguinte tradução em português: ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 9ª ed., 1984. (N. E.)]

princípio, toda mulher era considerada parceira sexual em potencial para todos os homens, e vice-versa. Seguindo as pesquisas de Lewis Henry Morgan (1818-1881), em *Ancient Society* [*Sociedade Antiga*], de 1871, na obra *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats* [*A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*], de 1884, Friedrich Engels (1820-1895) afirmou:

> Os homens viviam em poligamia, e suas mulheres, simultaneamente, em poliandria, e seus filhos eram considerados como pertencentes a todos. [...] Toda mulher pertencia a todo homem, e todo homem a toda mulher[61].

61 ENGELS, Friedrich. *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staates*. *Op.* cit., p. 38 ss.
Incidentalmente, autores socialistas como Friedrich Engels não só se limitavam a descrever esta instituição, mas a glorificavam, assim como glorificavam a já mencionada instituição do "comunismo primitivo". De fato, os socialistas costumavam reconhecer, com muita correção, a emergência conjunta da propriedade privada e da instituição da família, e acreditavam (e esperavam) que as duas instituições – a propriedade privada dos meios de produção, incluindo a terra, e a família (monógama) – acabariam por desaparecer novamente com o estabelecimento de uma futura sociedade socialista, caracterizada pela abundância de riqueza e pelo amor livre. Assim, após um desvio histórico árduo, ainda que necessário, caracterizado pela miséria, pela exploração e pela dominação sexual do sexo masculino, a humanidade finalmente retornaria – em um plano superior – às mesmas instituições características de sua "era de ouro" pré-histórica. Sob o socialismo, o casamento monogâmico desapareceria, juntamente com a propriedade privada. As escolhas amorosas novamente se tornariam livres. Homens e mulheres se uniriam e se separariam como bem entendessem. E, em meio a isso tudo, como escreveu o socialista August Bebel (1840-1913) em seu livro imensamente popular (nas décadas de 1880 e de 1890) *Die Frau und der Sozialismus* [*A Mulher e o Socialismo*], o socialismo não criaria algo de novo, mas apenas "*recriaria, num nível superior de cultura e sob novas formas sociais, o que era válido universalmente num nível cultural mais primitivo, antes de a propriedade privada ter dominado a sociedade*" (BEBEL, August. *Die Frau und der Sozialismus*. Stuttgart: Dietz, 1879. p. 343). Ver também: MISES,

No entanto, o que Friedrich Engels e incontáveis socialistas posteriores não conseguiram perceber em sua descrição elogiosa da pretérita – e supostamente também futura – instituição do "amor livre", é o simples fato de que esta instituição tem efeito direto e claro na reprodução. Como Ludwig von Mises comentou: "é certo que, *mesmo que uma comunidade socialista traga o 'amor livre', ela não tem de maneira alguma como trazer 'nascimentos livres'*"[62]. O que Mises quis dizer com esta afirmação, e o que socialistas como Engels e Bebel aparentemente ignoravam, é que, certamente, na era anterior à disponibilidade de meios eficientes de contracepção, o amor livre tem consequências, isto é, gestações e bebês, e que nascimentos trazem benefícios e custos. Isso não importa desde que os benefícios sejam maiores do que os custos, ou seja, desde que um membro adicional da sociedade acrescente mais a ela como produtor de bens do que tira como consumidor – e isso pode se dar durante um tempo. Mas a lei dos rendimentos determina que esta situação não pode durar para sempre, sem limites. Inevitavelmente, deve-se chegar a um ponto em que o custo de mais descendentes exceda os benefícios. Então, qualquer procriação deve ser impedida – deve-se exercer o comedimento moral –, a não ser que se queira vivenciar uma queda progressiva dos padrões de vida médios. No entanto, se as crianças são consideradas de todos ou de ninguém, porque todos se relacionam sexualmente com todos, então o incentivo para refrear a procriação desaparece ou é significativamente diminuído. Instintivamente, por causa da natureza biológica do homem, toda mulher e todo homem são levados a disseminar seus genes para as gerações futuras. Quanto mais descendentes alguém gerar, melhor, porque mais genes sobreviverão. Sem dúvida, este instinto humano pode ser controlado pela deliberação

Ludwig von. *Socialism. Op.* cit., p. 87.

62 MISES, Ludwig von. *Socialism*. *Op.* cit., p. 175.

racional. Mas se nenhum ou pouco sacrifício econômico deve ser feito simplesmente por seguir os instintos animais de alguém, porque todas as crianças são mantidas pela sociedade como um todo, então nenhum ou pouco incentivo existe para empregar a razão em questões sexuais, ou seja, para exercitar o comedimento moral.

Do ponto de vista puramente econômico, então, a solução para o problema da superpopulação deveria ser imediatamente aparente. A propriedade das crianças, ou mais corretamente, a administração das crianças, deve ser privatizada. Em vez de considerar as crianças como bens coletivos ou confiadas à "sociedade" ou ver os nascimentos como um evento natural incontrolável e, assim, considerar as crianças como responsabilidade de ninguém (como meras "alterações ambientais" favoráveis ou desfavoráveis), as crianças devem ser consideradas entes privadamente gerados e confiadas ao cuidado privado. Como Thomas Malthus foi o primeiro a observar perspicazmente, isto, em essência, é o que se conseguiu com a instituição da família:

> [...] o desafio mais natural e óbvio (da população) parecia ser fazer com que todos os homens sustentassem seus filhos; que isso funcionaria de certo modo como medida e orientação no aumento populacional, já que seria de esperar que nenhum homem gerasse descendentes que não pudesse sustentar; ainda que este fosse o caso, parecia necessário, como exemplo para os outros, que a desgraça e a inconveniência de agir assim recaísse sobre o indivíduo, que deste modo teria mergulhado seus filhos na miséria e na necessidade. A instituição do casamento, ou ao menos de alguma obrigação implícita ou expressa de todo homem sustentar seus filhos, pare-

ce ser resultado natural deste raciocínio numa comunidade com as dificuldades que supúnhamos[63].

Finalmente: com a formação das famílias mono e poligâmicas, surgiu outra inovação decisiva. Antes, os membros de uma tribo formavam um único lar unificado, e a divisão intratribal do trabalho era essencialmente uma divisão de trabalho intradoméstico. Com a formação das famílias, houve uma ruptura do lar unificado em vários lares independentes, e também a formação de "várias" terras privadas. Isto é, a apropriação anteriormente descrita da terra não era apenas uma transição de uma situação em que algo que não tinha dono agora tinha dono, mas mais precisamente de algo antes sem dono e que agora tinha como donos lares distintos (permitindo, assim, o surgimento da divisão de trabalho interdoméstico).

Consequentemente, então, o rendimento social maior possibilitado pela propriedade da terra já não se distribuía como antes: a cada membro da sociedade "de acordo com suas necessidades". Em vez disso, a porção de cada lar distinto no rendimento social total depende do produto economicamente atribuído a ele, isto é, a seu trabalho e à propriedade investidos na produção. Em outras palavras, o antes pervasivo "comunismo" podia ainda continuar *dentro* de cada lar, mas o comunismo desapareceu das relações entre os membros de lares diferentes. Os rendimentos de lares diferentes eram distintos, dependendo da quantidade e da qualidade do trabalho e da propriedade investidos, e ninguém podia requerer o bem produzido pelos membros de outro lar que não fosse o seu. Portanto, "aproveitar" os esforços alheios se tornou, em grande parte, se não totalmente, impossível. Quem
não trabalhava não podia mais esperar continuar a comer[64].

---

63 MALTHUS, Thomas R. *An Essay on the Principle of Population*. *Op.* cit., cap. 10.

64 Por mais racionalmente motivada que fosse a instituição da família, a transição de um regime de "amor livre" para outro de vida familiar não se deu sem nenhum custo, e os benefícios e custos associados a ela foram diferentes para os homens e para as mulheres.

Sem dúvida, do ponto de vista do homem, era vantajoso ter todas as mulheres disponíveis para sua gratificação sexual. Além do mais, isto ampliava enormemente suas chances de sucesso reprodutivo. Ao ter filhos com o maior número possível de mulheres, a probabilidade de seus genes serem transmitidos a gerações futuras aumentava. E isto era realizado aparentemente sem nenhum ônus para ele, uma vez que a responsabilidade de criar as crianças até a maturidade podia ser transferida para a sociedade como um todo. Por outro lado, se o acesso sexual fosse restrito a apenas uma mulher (no caso da monogamia) ou a algumas poucas mulheres (no caso da poligamia), suas chances de gratificação sexual e de sucesso reprodutivo eram reduzidas. Além disso, os homens passaram a ter de pesar e de comparar os prós (benefícios) e os contras (custos) do sexo e da procriação – algo que até então não tinham que fazer. Por outro lado, os homens primitivos também não podiam deixar de notar, ainda que ocasionalmente, que até num regime de amor livre as chances de gratificação sexual e de sucesso reprodutivo não eram, de modo iguais. Alguns homens – os machos-alfa mais fortes e atraentes – tinham muito mais chances do que outros. De fato, como qualquer criador de animais sabe, basta apenas um macho para manter todas as fêmeas constantemente prenhas. Assim, o amor livre significava, na prática, que alguns poucos homens "tinham" a maior parte das mulheres, especialmente as mulheres mais atraentes e com maior apelo reprodutivo, e eram pais da maior parte dos descendentes, enquanto a maioria dos homens tinha a obrigação questionável de ajudar a criar os filhos de outros homens. Seguramente, a mais tênue constatação deste fato deve ter se apresentado como uma ameaça permanente a qualquer solidariedade intratribal, e, em especial, a qualquer solidari-

edade entre os homens necessária para, por exemplo, defender-se de tribos rivais; e esta ameaça deve ter se intensificado à medida que a população ultrapassava seu tamanho ideal. Em contrapartida, a instituição de uma família monogâmica e, em menor escala, de uma família poligâmica ofereceu a cada homem uma chance mais justa de sucesso reprodutivo, criando assim um incentivo bem maior para que cada homem se envolvesse com o comportamento cooperativo e investisse nele.

A questão muda significativamente do ponto de vista feminino. Afinal, são as mulheres que sofrem o risco da gravidez associado à relação sexual; são elas que ficam especialmente vulneráveis durante a gravidez e após o parto. Além do mais, são as mulheres que têm um laço natural único com os filhos; pois, embora sempre possa existir alguma dúvida quanto à paternidade, nenhuma dúvida é possível no que diz respeito à maternidade. Toda mulher sabe quem são seus filhos e quem são os filhos de *outras* mulheres. À luz destes fatos naturais, a principal vantagem de um regime de amor livre, do ponto de vista feminino, torna-se aparente. Devido ao maior risco e ao investimento associado ao sexo para as mulheres, elas tendem a ser mais seletivas no que diz respeito ao seu parceiro sexual. Logo, para aumentar a probabilidade de seu próprio sucesso reprodutivo, elas demonstram forte preferência por parceiros sexuais que pareçam saudáveis, fortes, atraentes, inteligentes etc., isto é, em suma: por machos-alfa. E, como os homens são menos criteriosos em sua seleção de objetos sexuais, sob um sistema de amor livre até as mulheres menos atraentes podem ter uma expectativa realista de conseguir acasalar ocasionalmente com alguns dos homens mais atraentes e, por consequência, ter possibilidade de passar os genes "superiores" destes homens para seus próprios descendentes. Obviamente, esta vantagem desaparece assim que a instituição da família substitui um regime de amor livre. Cada mulher agora tem obrigação de tentar sua sorte reprodutiva com apenas um ou talvez alguns poucos grupos de genes masculinos, e, na maior parte dos ca-

sos, estes genes não figuram entre os melhores. O que as mulheres obtêm de vantajoso a partir do casamento, então? Muito pouco, pareceria, desde que a população se mantivesse em torno de seu tamanho ideal e a vida da tribo caçadora e coletora se caracterizasse por conforto e abundância. Isto mudava, no entanto, assim que a população ultrapassava este ponto ideal. Quanto mais a população superava o tamanho ideal, mais intensa se tornava a competição pelas ofertas limitadas de alimento. Qualquer solidariedade entre as mulheres que existisse antes acabava então por ser enfraquecida. Naturalmente, cada mulher tinha interesse em assegurar seu próprio sucesso reprodutivo e ajudar seus filhos a atingir a maturidade, entrando assim em conflito com todas as outras mulheres e seus filhos. Até matar o filho de outra mulher, para melhorar a perspectiva de sobrevivência de seus próprios filhos, passava cada vez mais a ser uma opção a ser considerada, nesta situação. (A propósito, o mesmo tipo de competição entre mulheres por sucesso reprodutivo ainda prevalece, até certo ponto, dentro da estrutura das relações poligâmicas, e explica algumas das tensões e instabilidades peculiares inerentes a essas relações). Nesta situação, cada mulher (e seus filhos) tem necessidade crescente de proteção pessoal. Mas quem estaria disposto a fornecer esta proteção? A maior parte das crianças tem o mesmo pai – entre os poucos machos-alfa com chances de procriação maiores que a média –, mas tem mães diferentes. Por consequência, não se pode esperar que a proteção de uma mulher e de seus filhos em relação a outra mulher venha do pai das crianças, porque muitas vezes o pai de crianças de mães diferentes é o mesmo. Tampouco se pode esperar que venha de outro homem; pois por que um homem ofereceria proteção e apoio pessoal a uma mulher que manteve relações sexuais com outros homens e cujas crianças são filhas de outros homens, especialmente se os descendentes destes outros homens representassem uma ameaça ao seu próprio padrão de vida? Uma mulher só poderia obter proteção pessoal de um homem ao abrir mão de todas as vantagens do amor livre

e se comprometer a conceder seus favores sexuais exclusivamente a esse homem, conseguindo assim garantir que os filhos gerados por ela também fossem seus.

Perspectivas distintamente masculinas e femininas não existem apenas no que diz respeito ao próprio estabelecimento da instituição da família, mas também quanto à importância da fidelidade marital na manutenção de sua estabilidade. A diferença entre o raciocínio masculino e o feminino neste ponto tem origem no fato natural de que, ao menos até o desenvolvimento recente de testes genéticos confiáveis de paternidade, a identidade da mãe de uma criança sempre era conhecida com um grau de certeza que era indisponível e inatingível para a do seu pai. Como diz a sabedoria popular: bebê da mãe, talvez do pai (*"mother's baby, father's maybe"*). Este fato fez com que mais uma vez, de maneira um tanto "natural", fossem geradas expectativas significativamente diferentes – assimétricas – quanto à conduta conjugal apropriada (e inapropriada) masculina e feminina. Obviamente, para que a estabilidade da instituição da família fosse garantida, qualquer forma de infidelidade conjugal tinha de ser reprovada socialmente; mas a reprovação tinha de ser mais acentuada, e suas sanções muito mais severas, no caso da infidelidade feminina, em comparação com a infidelidade masculina. Embora isto possa parecer "injusto", era, na realidade, algo muito racional e de acordo com a "natureza das coisas", já que a infidelidade feminina envolvia um risco muito maior para os maridos traídos do que a infidelidade masculina envolvia para as esposas traídas. A infidelidade de uma esposa pode ser o primeiro passo para o divórcio de seu marido, assim como a infidelidade de um marido pode ser o primeiro passo para o divórcio de sua esposa; neste ponto, a situação é a mesma (simétrica) em ambos os casos, e o "pecado" cometido é igualmente grave. No entanto, se e na medida em que a infidelidade conjugal *não* leve ao divórcio, o "pecado" cometido por uma mulher deve ser considerado muito mais grave que o cometido por um homem; porque re-

Assim, numa reação à pressão populacional crescente, surgiu um novo modelo de organização social, substituindo o estilo de vida caçador-coletor que caracterizara boa parte da história humana. Como Ludwig von Mises resumiu a questão:

> A propriedade privada dos meios de produção é o princípio regulador que, dentro da sociedade, equilibra os meios de subsistência limitados à disposição da sociedade com a habilidade menos limitada de aumentar os consumidores. Ao fazer a parcela do produto social que recai sobre cada membro da sociedade depender do produto economicamente atribuído a ele, isto é, ao seu trabalho e à sua propriedade, a eliminação do excedente humano que começa pela luta pela existência, como se vê no reino animal e no vegetal, é substituída por uma redução na taxa de natalidade como resultado de forças sociais. O "comedimento moral", as limitações à repro-

---

lações sexuais extraconjugais podem levar a uma gravidez, e, caso uma mulher que engravidou de uma destas relações permaneça com seu marido, surge o perigo real de que ela possa sucumbir à tentação de apresentar este filho ilegítimo a seu marido como se fosse dele próprio, enganando-o assim e fazendo com que ele sustente o filho de outro. Não existe o mesmo perigo na situação inversa; nenhum homem pode tentar impingir seus filhos ilegítimos à sua esposa sem que ela saiba a verdade do ocorrido. Vem daí o maior estigma social associado à infidelidade feminina, quando comparada à masculina. (Incidentalmente – e, da mesma forma, racionalmente – no caso da infidelidade masculina faz-se uma distinção semelhante: a ofensa é considerada mais grave se o um homem tiver uma relação extraconjugal com uma mulher casada do que se ele o fizer com uma mulher solteira; pois, no primeiro caso, ele está se tornando cúmplice em potencial de um ato de traição por parte da mulher, enquanto no segundo isto não ocorre. Da mesma forma, como maneira de reconhecer esta instituição, e para se conformar ao impulso sexual um tanto indiscriminado masculino, a prostituição se tornou uma instituição social quase universal).

dução impostas por posições sociais, substitui a luta pela existência[65].

Depois de estabelecer o armazenamento permanente e os abrigos e, passo a passo, apropriar cada vez mais território como base da produção agrícola e da criação de animais e transformar centros provisórios de armazenamento e de abrigo em colônias compostas por casas e aldeias ocupadas por residências familiares distintas, o novo estilo de vida das pessoas do Oriente Próximo e do Médio e de outras regiões de assentamentos humanos originais começou a se disseminar lenta e definitivamente[66]. A princípio, cogita-se que tal disseminação possa ter ocorrido de duas formas. Ou os colonos originais aos poucos deslocaram as tribos nômades próximas em busca de terras por cultivar (difusão endêmica), ou as tribos imitaram e adotaram o novo estilo de vida por iniciativa própria (difusão cultural). Há até pouco tempo, em geral se acreditava que predominou a primeira forma de difusão[67]. Mas, com base em novas descobertas genéticas, esta visão parece questionável, pelo menos quanto à disseminação do novo estilo de vida sedentário do Oriente Próximo até a Europa. Se os atuais europeus fossem descendentes do povo do Oriente Próximo na época da Revolução Neolítica, traços genéticos disso seriam descobertos. Mas, na verdade, poucos destes traços podem ser encontrados entre os europeus atuais. Assim, parece mais provável que a disseminação da vida seden-

65 MISES, Ludwig von. *Socialism*. Op. cit., p. 282.

66 Com base em registros arqueológicos, a velocidade deste processo de difusão foi estimada em cerca de um quilômetro por ano em terra (e um pouco mais rápido ao longo dos litorais e vales de rios). Ver: CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, Peoples, and Languages*. *Op.* cit., p. 102.

67 Ver por exemplo: CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, Peoples, and Languages*. *Op.* cit., p. 101-13; CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca & CAVALLI-SFORZA, Francesco. *The Great Human Diasporas*. *Op.* cit., cap. 6, em especial p. 144ss.

tária se deu em grande medida, se não exclusivamente, pela segunda rota mencionada, apesar de o papel nesse processo exercido pelos primeiros povos fixos do Oriente Próximo ter sido menor. Talvez alguns destes colonizadores tenham ido para o norte e para o oeste, onde foram absorvidos pelos povos das redondezas adotando o novo e bem-sucedido estilo de vida, tanto que a própria marca genética se diluiu, afastando-se ainda mais da origem no Oriente Próximo.

De qualquer forma, com a Revolução Neolítica, o antigo estilo de vida de caçador-coletor em essência desapareceu ou foi relegado a áreas remotas da civilização. Sem dúvidas as recém-formadas comunidades agrícolas eram alvos atraentes para saqueadores nômades e, devido à sua grande mobilidade, estas tribos nômades próximas impuseram durante muito tempo uma ameaça séria aos colonos agrícolas. Mas, por fim, os nômades não eram páreo para eles, que eram mais numerosos. Mais especificamente, foi a organização de grandes quantidades de pessoas em comunidades de lares – a localização de lares distintos próximos uns dos outros – a responsável pela superioridade militar. A vida comunitária não só diminuiu os custos das transações das trocas intratribais. A vida comunitária também deu a vantagem do esforço coordenado fácil e rápido no caso de uma agressão externa. Além da força da população maior, a colonização agrícola permitiu também uma divisão do trabalho maior e mais intensa e maiores economias, o que facilitou o desenvolvimento de armas superiores a tudo aquilo de que dispunham os grupos de nômades[68].

68 Há mais de dez mil anos, alguns assentamentos do início do Neolítico, tais como Çatal Höyük, na atual Turquia, por exemplo, já haviam alcançado uma população estimada entre quatro mil e cinco mil habitantes. Entre as descobertas feitas em sítios arqueológicos como este, estão santuários no estilo de Stonehenge (alguns mais de seis mil anos mais antigos!), espaçosas residências feitas de pedra e com elaboradas pinturas em suas paredes, colunas megalíticas com relevos de animais, esculturas, entalhes com símbolos seme-

Há cinquenta mil anos, estima-se que a população humana fosse de cinco a cinquenta mil pessoas. No início da Revolução Neolítica, há cerca onze mil anos, quando essencialmente o mundo todo foi conquistado por tribos de caçadores e coletores que se espalharam ao longo de milhares de anos a partir de algum lugar na África Oriental, estima-se que a população mundial tenha alcançado quatro milhões de pessoas[69]. Desde então, lenta, mas constantemente, o novo modo de produção – o da agricultura e da pecuária com base na propriedade privada (ou coletiva) da terra e organizado em torno de lares distintos – sucessivamente substituiu o modo caçador-coletor. Consequentemente, no início da era cristã, a população mundial pulou para 170 milhões e, em 1800, que marca o início da chamada Revolução Industrial (tema do próximo capítulo) e o fim da chamada Era Agrícola – ou, como também foi chamada, "antiga ordem biológica" – a população chegou a 720 milhões (a população mundial de hoje é superior a sete bilhões!). Durante a Era Agrícola, o tamanho das cidades às vezes alcançava e superava um milhão de habitantes, mas, no final dela, menos de 2% da população mundial vivia em grandes cidades, e até nos países mais desenvolvidos de 80% a 90% da população se ocupava da produção agrícola (apesar de esse número ter caído para menos de 5% hoje).

---

lhantes a escritos, ornamentos, recipientes de pedra com decorações elaboradas, punhais de pedra, espelhos feitos de obsidiana (uma pedra vulcânica), agulhas feitas de osso, pontas de flechas, pedras de moer, jarras e vasos feitos de pedra e de argila, anéis e correntes feitos de pedras coloridas, e até os princípios da metalurgia.

69 Ver: McEVEDY, Colin & JONES, Richard. *Atlas of World Population History*. Harmondsworth: Penguin Books, 1978.

Da Armadilha Malthusiana à Revolução Industrial: Reflexos Sobre a Evolução Social

I – Teoria Econômica

Para a teoria econômica, a questão de como aumentar a riqueza tem uma resposta muito simples.

Ela tem três componentes: você fica mais rico (a) por meio da acumulação de capital, ou seja, da construção dos bens intermediários de "produção" ou de "capital", que podem produzir mais bens de consumo por unidade de tempo do que é possível produzi-los sem eles ou bens que não podem ser produzidos apenas com a terra e o trabalho (e a acumulação de capital, por sua vez, tem algo a ver com a baixa preferência temporal); (b) por meio da participação e integração na divisão do trabalho; e (c) por meio do controle populacional, ou seja, mantendo o tamanho ideal da população.

O personagem Robinson Crusoé, do romance homônimo, escrito por Daniel Defoe (1660-1731), sozinho em sua ilha, tinha apenas seu "trabalho" e a "terra" (natureza) à sua disposição. Ele é tão rico (ou pobre) quanto a natureza o faz. Talvez ele seja capaz de

satisfazer imediatamente algumas de suas necessidades mais urgentes, equipado apenas com as mãos. Ao menos ele pode sempre satisfazer seu desejo de tempo livre assim: imediatamente. Mas a satisfação da maior parte de suas necessidades exige muito mais do que as mãos e a natureza, ou seja, algum método de produção indireto – e demorado. Acima de tudo, quase todos os bens e formas relacionadas de satisfação requerem a ajuda de algumas ferramentas úteis: bens de produção ou de capital. Com a ajuda dos bens de produção é possível produzir mais por unidade de tempo de todos os bens que também podem ser produzidos com as mãos (como o tempo livre) ou para produzir bens que não podem ser produzidos só com a terra e o trabalho. A fim de pescar mais peixes do que conseguiria apenas com as mãos, Crusoé faz uma rede ou, a fim de construir um abrigo que não pode ser construído apenas com as mãos, ele precisa fazer um machado.

Mas fazer a rede e o machado requer um sacrifício (economia). Para deixar claro, espera-se que a produção com a ajuda de bens de produção seja maior do que sem eles; Crusoé não perderia tempo fazendo uma rede de pesca se não esperasse pegar mais peixes por unidade de tempo com a rede do que sem ela. Ainda assim, produzir um bem de produção envolve um sacrifício, porque leva tempo para criar um bem de produção e o mesmo tempo não pode ser usado para lazer ou para uso de outros bens de consumo disponíveis imediatamente. Ao decidir se constrói ou não a rede que aumentará a produtividade, Crusoé deve comparar e ponderar dois estados esperados de satisfação: a satisfação que ele pode ter agora, sem nenhuma espera adicional, e a satisfação que pode ter mais tarde, após um tempo maior de espera. Ao optar por construir a rede, Crusoé pondera assim o sacrifício: o valor abdicado de um consumo maior agora, no presente, é inferior à recompensa: o valor do consumo maior depois, no futuro. Por outro lado, se ele ponderasse isso de outro modo, abster-se-ia de fazer a rede de pesca.

Esta ponderação e a possível troca dos bens presentes pelos bens futuros e pelos prazeres a eles associados são determinadas pela preferência temporal. Os bens presentes são invariavelmente mais valiosos do que os futuros, e só trocamos os primeiros pelos segundos com alguma vantagem. Mas a noção diante da qual os bens presentes são preferidos aos futuros, ou a disposição para trocar o consumo presente possível pelo consumo futuro maior, ou seja, a disposição para economizar, é diferente de pessoa para pessoa e de um momento no tempo para outro. Dependendo do peso de suas preferências temporais, Crusoé economizará e investirá mais ou menos e seu padrão de vida será maior ou menor. Quanto menor sua preferência temporal, ou seja, quanto mais fácil for para Crusoé adiar a gratificação atual em troca por uma satisfação maior esperada no futuro, mais bens de capital Crusoé acumulará e maior será seu padrão de vida.

Em segundo lugar, as pessoas podem aumentar a riqueza por meio da participação na divisão de trabalho. Presumimos que Crusoé se juntou ao nativo Sexta-Feira. Por causa das diferenças naturais, físicas e mentais ou das diferenças do "terreno" (natureza) que enfrentam, vantagens absolutas e comparativas na produção de vários bens emergem quase automaticamente. Crusoé é mais bem preparado para produzir um bem, e Sexta-Feira outro. Se eles se especializarem no que cada um é mais bem preparado para produzir, a produção total dos bens será maior do que se não se especializarem e permanecerem numa posição de produtores isolados e autossuficientes. Por outro lado, se Crusoé ou Sexta-Feira são produtores melhores de todos os bens, o melhor produtor geral se especializará nas atividades em que sua vantagem é maior, e o produtor inferior deve se especializar nas atividades nas quais sua desvantagem é comparativamente menor. Assim, portanto, a produção geral de

bens produzidos também será maior do que se todos permanecerem em isolamento autossuficiente.

Por fim, a riqueza na sociedade depende do tamanho populacional, ou seja, se a população mantém ou não seu tamanho ideal. Esta riqueza que depende do tamanho populacional segue as "leis dos rendimentos" e a "lei populacional malthusiana", que Ludwig von Mises considerava:

> [...] uma das maiores conquistas do pensamento. Juntamente com o princípio da divisão do trabalho, estabeleceu as bases da moderna biologia e da teoria da evolução; a importância desses dois teoremas fundamentais das ciências da ação humana só não supera a da descoberta da regularidade no entrelaçamento e na sequência dos fenômenos de mercado e de seu inevitável condicionamento aos dados do mercado. As objeções levantadas contra a lei de Malthus assim como contra a lei dos rendimentos são inúteis e triviais. Estas duas leis são, ambas, inquestionáveis[70].

Em sua forma mais geral e abstrata, a lei dos rendimentos decrescentes afirma que qualquer combinação de dois ou mais fatores de produção existem sob uma combinação ideal (de tal forma que qualquer desvio implica em desperdício ou "perdas de eficiência"). Aplicada aos dois fatores de produção originais, trabalho e terra (bens naturais), a lei implica que, se há aumento contínuo na quantidade de trabalho (população) enquanto a quantidade de terra (e de tecnologia disponível) permanece fixa e inalterada, chegará um momento em que a produção física por unidade de trabalho alcançará seu limite. Este ponto marca o tamanho populacional ideal. Se a população cresce para além deste limite, o rendimento *per ca-*

70 MISES, Ludwig von. *Ação Humana*. *Op.* cit., p. 761.

pita diminui; da mesma forma, o rendimento *per capita* será menor se a população for inferior ao ideal (a divisão do trabalho diminuiria, o que seria acompanhado por uma perda de eficiência). A fim de manter o nível ideal de rendimento *per capita*, então, a população não deve crescer mais, e sim se manter estacionária. Só existe uma forma de uma sociedade estacionária aumentar o rendimento real *per capita* ou crescer de tamanho sem perder o rendimento *per capita*: por meio da inovação tecnológica, ou seja, empregando ferramentas melhores e mais eficientes, criadas pela economia gerada por meio da abstenção do tempo livre ou de outros consumos imediatos. Se não há inovação tecnológica (tecnologia estagnada), a única forma de a população crescer sem uma queda concomitante no rendimento *per capita* é colocar em uso mais (e possivelmente melhor) terra. Se não há terra adicional disponível e a tecnologia está estagnada em determinado nível, contudo, então qualquer crescimento populacional para além do ideal levará a um declínio progressivo no rendimento *per capita*. Esta última situação é chamada de “armadilha malthusiana”. Ludwig von Mises a descreveu assim:

> O ajuste consciente da taxa de natalidade à disponibilidade de bens é uma condição indispensável da vida humana e da ação, da civilização e de qualquer melhoria de saúde e bem-estar. [...]
>
> Os que se opõem ao controle da natalidade querem eliminar um procedimento indispensável à preservação da cooperação pacífica entre os homens, assim como à divisão social do trabalho. Onde quer que o padrão médio de vida seja prejudicado pelo aumento excessivo da população, surgem conflitos de interesses irreconciliáveis. Cada indivíduo torna-se novamente um rival de todos os outros indivíduos na luta pela sobrevi-

> vência. A aniquilação dos rivais passa a ser o único meio de aumentar o seu próprio bem-estar. [...] Os meios necessários à melhoria das condições de vida e à própria sobrevivência são limitados; as condições naturais, sendo como são, reservam unicamente ao homem a possibilidade de escolher a guerra sem trégua contra todos os seus semelhantes ou a cooperação social. Mas a cooperação social torna-se impossível, se as pessoas cederem sem restrições ao impulso natural de proliferação[71].

Já foi descrito e explicado (no capítulo anterior) como tudo isso funcionava nas sociedades caçadoras e coletoras. É concebível que a humanidade jamais tivesse abandonado o aparentemente confortável estilo de vida caçador-coletor. Isso teria sido possível se a humanidade tivesse sido capaz de conter o crescimento populacional para além do tamanho ideal para o grupo caçador-coletor (de algumas dúzia de membros). Neste caso, ainda viveríamos como nossos antecessores diretos viveram por dezenas de milhares de anos, há até cerca de onze ou doze mil anos. Na verdade, contudo, a humanidade não conseguiu isso. A população cresceu, e territórios cada vez maiores precisaram ser ocupados, até que a terra adicional acabou. Mais importante, avanços tecnológicos dentro das sociedades caçadoras e coletoras (como a invenção do arco e fecha, há cerca de vinte mil anos, por exemplo) aumentaram (ao invés de diminuir) a velocidade deste expansionismo. Como os caçadores e os coletores (como todos os animais não humanos) apenas esgotavam (consumiam) os bens naturais, sem produzir e assim acrescentar a este suprimento, as ferramentas melhores em suas mãos apressaram (ao invés de atrasar) o processo de expansão territorial.

71 Idem. *Ibidem*., p. 765-66.

A Revolução Neolítica, que teve início há cerca de onze mil anos, trouxe um alívio temporário. A invenção da agricultura e da pecuária permitiu que muitas pessoas sobrevivessem com a mesma e inalterada quantidade de terra, e a instituição da família, ao privatizar (internalizar) os benefícios e os custos da geração de descendentes, criou um novo e desconhecido controle do crescimento populacional. Mas nenhuma destas inovações solucionou permanentemente o problema do excesso populacional. Os homens ainda não conseguiam manter as calças fechadas, e a maior produtividade gerada pelo novo modo de produção não parasitário representado pela agricultura e pela pecuária foi rapidamente exaurida pelo crescimento populacional. Um número significativamente maior de pessoas podia ser sustentado no mundo agora, mas a humanidade ainda não escapara da armadilha malthusiana – há até duzentos anos, com o início da chamada Revolução Industrial.

II – História Econômica: O Problema

O problema por explicar aqui foi abordado em dois gráficos que retratam o crescimento da população mundial e o desenvolvimento da renda *per capita* (padrão de vida médio).

O primeiro gráfico, apresentado por Colin McEvedy (1930-2005) e por Richard Jones[72], mostra o crescimento populacional de 400 a.C. até o presente (2000 AD). A população era de aproximadamente quatro milhões no início da Revolução Neolítica. Mas há até cerca de sete mil anos (5000 a.C.) a área cultivada (primeiro apenas na região do Crescente Fértil e depois também no norte da China)

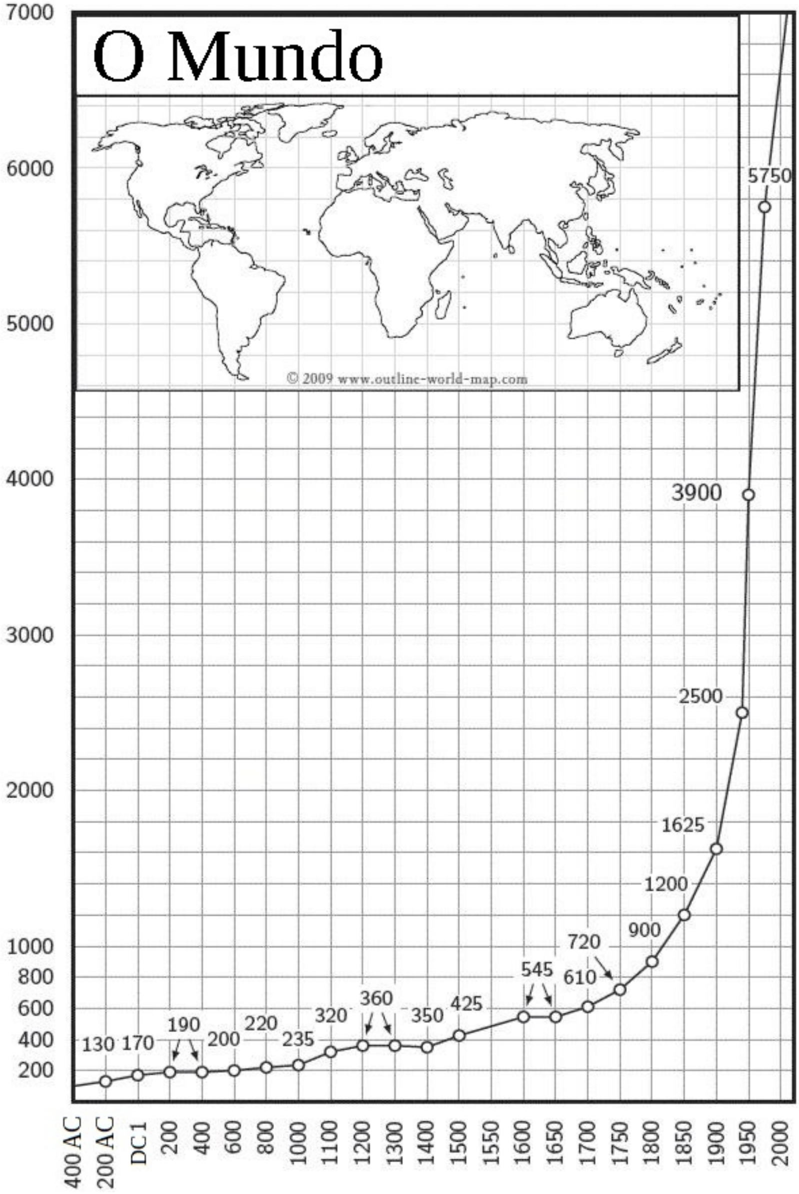
72 McEVEDY, Colin & JONES, Richard. *Atlas of World Population History*. *Op.* cit., p. 342.

era pequena demais para ter efeito sobre a população mundial. Até então, a população cresceu para cerca de cinco milhões. Mas, desde então, a população cresceu rapidamente: dois mil anos depois (3000 a.C.), tinha quase triplicado para quatorze milhões, há três mil anos (1000 a.C.) tinha alcançado cinquenta milhões[73], e cerca de apenas quinhentos anos depois, quando o gráfico tem início, a população mundial era de cerca de cem milhões de pessoas. Desde então, como indica o gráfico, a população continuou a crescer lentamente, mas mais ou menos constantemente, até 1800 (para cerca de 720 milhões de pessoas), quando uma ruptura importante ocorreu e a população cresceu bruscamente até apenas duzentos anos depois, ao alcançar hoje sete bilhões de pessoas.

---

73 Idem. *Ibidem*., p. 344.

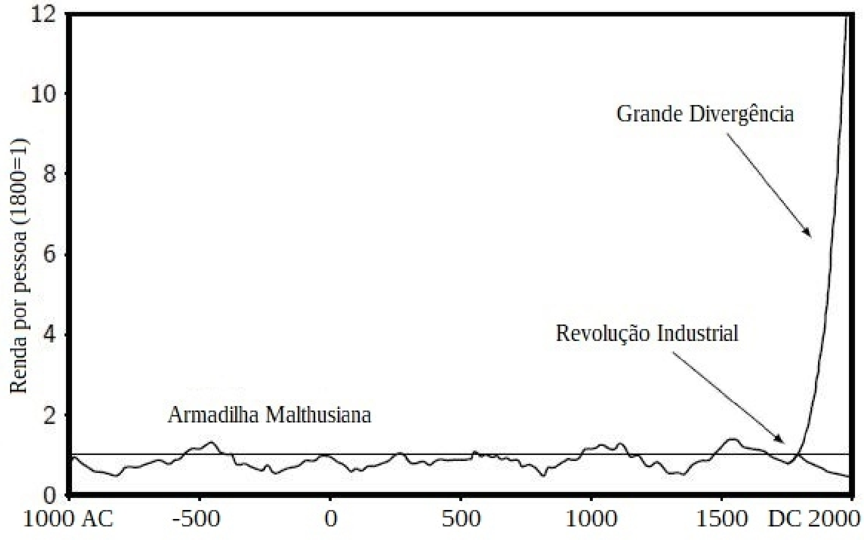
IMAGEM I
População Mundial Total (milhões)
Unidades – medidas em milhões de pessoas



O segundo gráfico, feito por Gregory Clark[74], mostra o, desenvolvimento da renda *per capita* desde o início da história humana registrada até o presente. Ele também mostra uma ruptura importante ocorrida por volta de 1800. Até então, ou seja, durante a maior parte da história humana registrada, a renda *per capita* real (em termos de comida, habitação, vestuário, aquecimento e iluminação) não aumentou. Isto é, o padrão de vida médio na Inglaterra do século XIX não era muito maior do que o da antiga Babilônia, onde foram encontrados os registros mais antigos dos valores dos salários e dos preços de diversos bens de consumo. Naturalmente, com a vida sedentária e a propriedade privada da terra, surgiram diferenças de riqueza e rendimento. Havia grandes proprietários (senhores) que viviam um padrão de vida luxuoso, mesmo para os padrões atuais, desde o princípio da vida sedentária. Os padrões de vida médios nem sempre e em nem todos os lugares eram igualmente baixos. Havia profundas diferenças regionais entre, por exemplo, a Inglaterra, a Índia e a África ocidental em 1800. E, é claro, no que diz respeito às comparações temporais, muitas tecnologias existiam na Inglaterra de 1800 que eram desconhecidas na Roma, na Grécia, na China e na Babilônia antigas. De qualquer forma, em todos os lugares e tempos, a imensa maioria da população, a massa de pequenos proprietários e da maioria dos trabalhadores, vivia próxima e apenas um pouco acima do nível de subsistência. Havia altos e baixos na renda, devido a vários eventos externos, mas em nenhum lugar houve uma tendência contínua de crescimento da renda *per capita* discernível até 1800.

74 CLARK, Gregory. *Farewell to Alms: A Brief Economic History of the World*. Princeton: Princeton University Press, 2007. p. 2.

IMAGEM II
História Econômica Mundial em Uma Imagem
O Rendimento Cresceu em Muitos Países Depois de 1800,
mas Diminuiu em Outros.



Combinados, os dois gráficos expressam a importância histórica e mundial da chamada Revolução Industrial, que ocorreu há cerca de duzentos anos, assim como a importância – e principalmente a duração – do estágio anterior, malthusiano, do desenvolvimento humano. Há até 1800. aproximadamente, existiam poucas diferenças entre a economia de animais humanos e não humanos. Para os animais (e as plantas) é sempre e invariavelmente verdade que um aumento no número de indivíduos ameaçará os meios de subsistência disponíveis e levará á superpopulação, a “espécies supernumerosas”, como Mises as chamou, que devem ser “podadas” por falta de sustentação. Hoje sabemos que, pelo menos no que diz respeito aos humanos, isto *não deve* ser assim: não existe nenhuma espécie supernumerosa que, portanto, seja podada na sociedade oci-

dental moderna. Mas na maior parte da vida humana, este foi realmente o caso.

Deixando claro, a população pôde crescer, principalmente porque mais terra era apropriada para a agricultura, e em parte por causa da tecnologia mais avançada incorporada a bens de produção e à maior e mais intensa divisão do trabalho. Mas todos esses "ganhos" econômicos eram consumidos rapidamente pela população crescente, que novamente ameaçava os meios de subsistência e levava à superpopulação e ao surgimento da "espécie supernumerosa" para a qual não havia espaço na divisão do trabalho e que consequentemente tinha de morrer silenciosamente ou se transformava numa ameaça (um "mal" econômico) na forma de mendigos, vadios, saqueadores, bandidos e mercenários. Ao longo da maior parte da história humana, então, a lei de ferro dos salários prevaleceu. A renda era mantida no nível de subsistência devido à substancial classe de espécies supernumerosas.

III – História Explicada

Por que demorou tanto para a humanidade sair da armadilha malthusiana, e o que aconteceu para que finalmente fôssemos bem-sucedidos? Por que demorou tanto para finalmente desistirmos da vida de caçadores-coletores em favor de uma vida agrícola fixa? E por que, mesmo depois da invenção da agricultura e da pecuária, demorou mais de dez mil anos até que a humanidade finalmente escapasse da armadilha malthusiana? A teoria econômica, ou o que eu disse a respeito dela, não responde nem é capaz de responder a estas perguntas.

A resposta-padrão entre entre os economistas, principalmente entre os economistas libertários, é que deve ter havido impedi-

mentos institucionais, sobretudo uma proteção insuficiente aos direitos da propriedade privada, que evitaram um desenvolvimento mais rápido, e esses impedimentos desapareceram apenas recentemente (em torno de 1800). Esta, em essência, é também a explicação de Ludwig von Mises[75]. Murray N. Rothbard tem ideias semelhantes[76]. Quero argumentar que essa explicação é equivocada ou pelo menos insuficiente e traçar os contornos de uma explicação alternativa (hipotética).

Primeiro, os caçadores e os coletores, pelo que sabemos, tinham muito tempo livre disponível para inventar a agricultura e a pecuária. Várias vezes e em incontáveis lugares, sofreram por causa do excesso populacional e da consequente queda de renda; ainda assim, apesar do custo de abdicar do tempo livre ser baixo, ninguém, em nenhum lugar, durante dezenas de milhares de anos, pensou na agricultura e na pecuária como uma escapatória (ao menos temporária) para as condições malthusianas. Em vez disso, até há cerca de onze mil anos, tribos caçadoras e coletoras enfrentavam o desafio recorrente da superpopulação sempre por meio da migração, ou seja, usando mais terra (até que finalmente ficassem sem terra disponível) ou lutando uns contra os outros até a morte, até que a população fosse reduzida o bastante para evitar quedas na renda real.

Além disso, os direitos à propriedade nas sociedades sedentárias eram bem protegidos em muitos lugares e épocas. A ideia da propriedade privada e a proteção bem-sucedida da propriedade privada não são invenções ou instituições do passado recente; são co-

---

75 MISES, Ludwig von. *Ação Humana*. *Op.* cit., p. 617-23.

76 ROTHBARD, Murray N. “Left and Right”. In: *Egalitarianism as a Revolt Against Nature and Other Essays*. Auburn: Mises Institute, 2000. [Em língua portuguesa, ver: ROTHBARD, Murray N. *Esquerda e Direita: Perspectivas para a Liberdade*. Apres. Arthur A. Erich, Jr.; trad. Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 3a ed., 2010. (N. E.)]

nhecidas há muito tempo e praticadas desde quase o início da vida sedentária. Pelo que sabemos, por exemplo, os direitos à propriedade na Inglaterra em 1200 e em boa parte da Europa feudal eram mais bem protegidos do que na Inglaterra e na Europa contemporâneas. Isto é, todos os incentivos institucionais favoráveis à acumulação de capital e à divisão de trabalho existiam – e ainda assim em nenhum lugar, até 1800, a humanidade conseguiu se livrar da armadilha malthusiana do excesso populacional e da estagnação da renda *per capita*. Assim, a instituição da proteção à propriedade privada pode e deveria ser considerada apenas como uma condição necessária, e não também como suficiente, do crescimento econômico (aumento da renda *per capita*).

Deve haver algo mais – algum outro fator ausente da teoria econômica – que explique tudo isso.

Parte da resposta é óbvia: a humanidade não se livrou da armadilha malthusiana porque, como dito antes, os homens não conseguiam manter as calças fechadas. Se tivessem feito isso, não haveria excesso de população. Isso, contudo, pode ser apenas parte da resposta. Porque o controle populacional pode evitar a queda da renda real, mas não faz aumentar a renda[77]. Algum outro fator "em-

---

77 Quando o Taiti foi redescoberto por europeus em 1767, cerca de mil ou, possivelmente, dois mil anos depois de ele ter sido inicialmente colonizado por fazendeiros austronésios, sua população era estimada em 50.000 habitantes (atualmente é de 180.000). De acordo com todos os relatos, os taitianos levavam uma existência paradisíaca. A renda *per capita* real era elevada, e um dos motivos eram as condições climáticas altamente favoráveis nas ilhas polinésias. Os homens taitianos tampouco conseguiam conter seus ímpetos sexuais, mas, para manterem seu alto padrão de vida, os taitianos praticavam uma forma impiedosa e rigorosíssima de controle populacional, que envolvia o infanticídio e guerras sanguinárias. O local era paradisíaco, mas um paraíso reservado aos que conseguiam permanecer vivos. No entanto, os taitianos continuavam a viver na Idade da Pedra; suas ferramentas permaneceram essencialmente inalteradas desde que chegaram à(s) ilha(s) pela primeira vez. Não houve nenhuma acumulação de capital, e a renda *per capita* real, ainda

pírico" que não aparece na teoria econômica pura (apriorística) deve explicar a extensão da era malthusiana e como finalmente saímos dela. O fator ausente é a *variável* histórica da inteligência humana, e a resposta simples a todas as questões acima, portanto (a ser elaborada no texto seguinte), é: porque durante boa parte da história a humanidade simplesmente não tinha inteligência o bastante – e leva tempo para cultivar a inteligência[78].

Há até cerca de onze mil anos, a humanidade não era inteligente o bastante, tanto que nem os membros mais brilhantes foram capazes de ter a ideia da produção indireta de bens de consumo que baseia a agricultura e a pecuária. A ideia de plantar sementes primeiro e depois cuidar e finalmente colher não é óbvia ou trivial. A ideia de domar, arrebanhar e reproduzir animais tampouco é óbvia ou trivial. É necessário um grau considerável de inteligência para conceber tais ideias. Foram necessárias dezenas de milhares de anos de seleção natural nas condições caçadoras e coletoras para finalmente gerar inteligência suficiente para tornar possíveis tais realizações cognitivas.

Da mesma forma, foram necessários milhares de anos de seleção natural nas condições agrícolas para alcançar um limiar no desenvolvimento da inteligência humana (ou, mais precisamente, de baixa preferência temporal correlacionada com alta inteligência) de modo que o crescimento na produtividade continuamente superasse o crescimento populacional. Desde o inicio da Revolução Neolítica até 1800, muitas invenções (melhorias tecnológicas) foram feitas por pessoas brilhantes (e imitadas por pessoas com inteligência menor), invenções responsáveis (além de mais terra cultivada) por um aumento significativo na população mundial: de cerca de

---

que elevada, devido a circunstâncias externas favoráveis, havia permanecido estagnada.

78 Ver: HART, Michael H. *Understanding Human History*. *Op.* cit.

quatro para 720 milhões (hoje, sete bilhões). Mas durante todo o período a taxa de progresso tecnológico nunca foi suficiente para permitir o crescimento populacional *combinado* com um aumento da renda *per capita*.

Hoje, desprezamos o fato de que é apenas a nossa indisposição de consumir menos e economizar mais que impõe limites ao crescimento econômico. Temos um suprimento aparentemente infinito de recursos naturais e de receitas de como produzir bens mais abundantes, melhores e diferentes, e é apenas nossa economia limitada que evita que empreguemos tais recursos e implementemos tais receitas. Mas esse fenômeno é bastante recente. Durante boa parte da história humana, as economias eram travadas pela falta de ideias sobre como investi-las produtivamente, ou seja, como converter a economia simples (armazenagem) em economia produtiva (geração de bens de produção). Para Crusoé, por exemplo, não era suficiente ter baixa preferência temporal e economizar. Crusoé também tinha de conceber a ideia de uma rede de pesca e saber como fazê-la do zero. A maioria das pessoas não é inteligente o bastante para inventar e implementar nada de novo, sendo capazes apenas de imitar, mais ou menos com perfeição, que pessoas mais inteligentes inventaram para elas. Mas, se ninguém é capaz de fazer isso ou de imitar o que outros inventaram antes, então nem mesmo os direitos de propriedade mais seguro farão diferença. Todo incentivo precisa de um receptor e, se falta um receptor ou se ele é insuficientemente sensível, estruturas de incentivo diferentes não importam. Assim, a instituição da proteção à propriedade privada deve ser considerada como uma condição apenas necessária (mas não suficiente) de crescimento econômico (aumento da renda *per capita*). Da mesma forma, é necessário ter inteligência para reconhecer a maior produtividade física da divisão do trabalho, e é necessário ter inteligência para reconhecer as leis da reprodução humana e, assim, con-

ceber qualquer forma de controle populacional intencional, e ainda mais um controle eficiente e de custo baixo.

O mecanismo por meio do qual a inteligência humana maior (combinada com uma baixa preferência temporal) foi cultivada com o tempo é simples. Como o homem é fisicamente fraco e está mal equipado para lidar com a natureza bruta, foi vantajoso para ele desenvolver esta inteligência[79]. Uma inteligência maior se traduziu em sucesso econômico, e sucesso econômico se traduziu em sucesso reprodutivo (produzindo mais descendentes que sobrevivem). Para a existência de tais relações, estão disponíveis muitas provas empíricas[80].

Não há dúvidas de que a vida caçadora e coletora exige inteligência: a capacidade de classificar vários objetos externos como bons ou ruins, a capacidade de reconhecer uma multiplicidade de causas e efeitos, de estimar distâncias, tempo e velocidade, de avaliar e estudar o terreno, de localizar várias coisas (boas e ruins) e de lembrar a posição delas em relação uma à outra etc.; mais importante, a capacidade de se comunicar com os outros usando a linguagem, o que facilitou a coordenação. Nem todos os membros do grupo eram igualmente capazes de tais habilidades. Alguns eram mais inteligentes do que os outros. Essas diferenças nos talentos intelectuais levaram a uma diferenciação visível de *status* dentro da tribo – entre "excelentes" e "péssimos" caçadores, coletores e comunicadores –, e essa diferença resultaria em diferenças no sucesso reprodutivo de vários membros da tribo, especialmente levando em conta a moral sexual "frouxa" que prevalecia entre os caçadores e coletores. Isto é, membros "excelentes" da tribo gerariam mais descen-

---

79 Ver: GEHLEN, Arnold. *Man*. New York: Columbia University Press, 1988.

80 Ver: HART, Michael H. *Understanding Human History*. *Op.* cit.; CLARK, Gregory. *Farewell to Alms*. *Op.* cit., cap. 6; LYNN, Richard. *Dysgenics: Genetic Deterioration in Modern Populations*. Ulster: Ulster Institute for Social Research, 2011. cap. 2.

dentes e, assim, transmitiriam seus genes com mais sucesso às gerações seguintes do que os "péssimos". Consequentemente, se a inteligência humana tem alguma base genética (o que parece inegável à luz da evolução de toda a espécie), as condições caçadoras e coletoras com o tempo produziriam (selecionariam) uma população de inteligência média maior e ao mesmo tempo um nível cada vez maior de inteligência "excepcional".

A competição dentro das tribos e entre elas e a seleção e criação de uma inteligência maior por meio de taxas diferentes de sucesso reprodutivo não cessaram depois que a vida caçadora e coletora foi substituída pela agricultura e pela pecuária. Mas as exigências intelectuais do sucesso econômico se tornaram de alguma forma diferentes nas condições sedentárias.

A invenção da agricultura e da pecuária foi em si uma incrível realização cognitiva. Ela exigia um planejamento de longo prazo. Exigia provisões maiores e mais profundas e ideias e visão de maior alcance sobre as cadeias de causa e efeito. E exigia mais trabalho, mais paciência e mais resistência do que nas condições da vida caçadora e coletora. Além disso, era fundamental para o sucesso de um agricultor que se tivesse algum grau de conhecimento matemático para contar e medir. Exigia inteligência para reconhecer as vantagens da divisão do trabalho entre lares e para abandonar a autossuficiência. Exigia a capacidade de ler e escrever para compor contrato e estabelecer relações contratuais. E exigia habilidade de cálculo monetário e contabilidade para sucesso econômico. Nem todo agricultor estava igualmente apto nestas habilidades e tinha o mesmo grau de preferência temporal. Ao contrário, na vida agrícola, cada lar era responsável por sua própria produção de bens de consumo e de descendentes e já não havia a "gratuidade" da vida caçadora e coletora, e a desigualdade natural dos homens e a consequente diferenciação social entre os membros mais ou menos bem-sucedidos da tribo se tornou cada vez mais aparente (principalmen-

te no tamanho das propriedades). Consequentemente, a tradução do sucesso econômico (produtivo) e de *status* em sucesso reprodutivo, ou seja, a geração de uma quantidade maior de descendentes por parte dos economicamente bem-sucedidos, tornou-se ainda mais direta e evidente.

Essa tendência a selecionar a inteligência maior ficaria especialmente evidente em condições externas mais "duras". Se o ambiente é mais constante e mais "ameno" – como nos trópicos sem estações, onde um dia é parecido com o outro o ano todo –, a inteligência maior e excepcional oferece uma vantagem menor do que num ambiente hostil com variações sazonais maiores. Quanto mais desafiador o ambiente, maior a recompensa pela inteligência como uma exigência de sucesso econômico e, consequentemente, reprodutivo. Assim, o crescimento da inteligência humana seria mais evidente em regiões mais difíceis da habitação humana (historicamente, geralmente ao norte).

Os seres humanos vivem à base de – consomem – animais e plantas, e animais vivem à base de outros animais e plantas. As plantas, portanto, estão na base da cadeia alimentar humana. O cultivo das plantas, por sua vez, depende da presença (ou ausência) de quatro fatores: dióxido de carbono (que está igualmente distribuído pelo mundo e, portanto, não interessa aqui), energia solar, água e, muito importante, minerais (como potássio, fosfatos etc.)[81].

No equador, onde (nas proximidades) os primeiros humanos modernos viveram, encontravam-se duas das três condições para o crescimento biológico. Havia abundância de luz solar e de chuva. A chuva caía previsivelmente quase todos os dias. Os dias e as noites tinham a mesma duração, e as temperaturas eram agradavelmente

81 Sobre este assunto, ver Josef H. Reichholf (1945), *Stabile Ungleichgewichte: Die Ökologie der Zukunft* (Frankfurt: Suhrkamp, 2008); também Carroll Quigley (1910-1977), *The Evolution of Civilizations: An Introduction to Historical Analysis* (Indianapolis: Liberty Classics, 1979), cap. 6.

altas o ano todo, com pouca ou nenhuma diferença de temperatura entre dia e noite, verão e inverno. Na floresta úmida tropical, as temperaturas raramente superam os trinta graus Celsius e raramente caem abaixo dos vinte graus Celsius. Os ventos são geralmente calmos, interrompidos apenas por tempestades repentinas e curtas. As condições para a habitação humana, portanto, parecem bastante atraentes; ainda assim, a densidade populacional nos trópicos é e sempre foi extremamente baixa em comparação com regiões mais ao norte (e ao sul), sendo às vezes, como na floresta amazônica, quase tão baixa quanto a dos desertos e das regiões árticas. O motivo para isso é a escassez extrema de minerais no solo tropical.

O solo dos trópicos é, geologicamente falando, velho (em comparação com o das regiões afetadas pela sequência histórica mundial dos períodos glaciais e interglaciais) e quase totalmente desprovido de minerais (excetuadas as regiões equatoriais com atividade vulcânica – que produz minerais – como em algumas ilhas indonésias como Java, por exemplo, onde a densidade populacional sempre foi significativamente maior). Como resultado, a enorme biomassa característica dos trópicos não gera crescimento novo, adicional ou excessivo. O cultivo agrícola ocorre ao longo do ano todo, mas é lento, e isso não leva a um aumento na biomassa total. Depois de crescida, a floresta tropical somente se recicla. Mais importante, a maior proporção desta biomassa existe na forma de árvores de madeira dura e crescimento lento, ou seja, matéria morta; e as folhas da maior parte das plantas tropicais, devido à necessidade especial de proteção (resfriamento) contra o sol intenso do equador, não são apenas duras e resistentes, mas geralmente venenosas ou no mínimo desagradáveis para humanos e para herbívoros como o gado ou os cervos. Esta falta de excedente e a química especial das plantas tropicais explicam por que, ao contrário do que se imagina, os trópicos abrigam um número impressionantemente reduzido de animais, em sua maioria pequenos. Na verdade, Os únicos

animais que existem em abundância são formigas e cupins. Uma biomassa tropical (principalmente de madeira) de mais de mil toneladas por hectare produz não mais que duzentos quilos de carne (massa animal), ou seja, cinco milésimos da massa vegetal. (Em comparação, na savana da África oriental, apenas cinquenta toneladas de plantas por quilômetro quadrado [cem hectares] produzem vinte toneladas de massa animal: elefantes, búfalos, zebras, gnus, antílopes e gazelas). Mas onde há tão poucos animais, todos de pequeno porte, poucos humanos podem ser sustentados. (Na verdade, a maioria das pessoas que viviam nos trópicos moravam perto de rios e sobreviviam à base da pesca, e não da caça e da coleta).

Em seu lugar de origem, então, os humanos chegaram muito rapidamente ao ponto em que tiveram de deixar o ambiente paradisíaco, quente, estável e previsível dos trópicos e adentrar outras regiões em busca de comida. As regiões ao norte (e ao sul) do equador eram regiões sazonais, no entanto. Isto é, tinham chuvas menores e menos constantes do que os trópicos, e as temperaturas caíam e variavam mais ao se avançar para o norte (ou para o sul). Nas regiões do norte, as temperaturas facilmente variam mais de 4,5 graus por dia e mais de 26 graus de uma estação para outra. A biomassa total produzida em tais condições era significativamente menor do que nos trópicos. Mas longe do equador o solo tinha (frequentemente) minerais mais variados e suficientes para compensar as desvantagens climáticas e criar condições ideais para o cultivo da vegetação mais adequada ao consumo animal e humano: plantas que cresciam rapidamente e, em períodos curtos, produziam grandes excedentes sazonais de biomassa fresca – principalmente gramíneas (incluindo grãos) – que podem sustentar muitos animais de tamanho considerável.

Durante a última Era do Gelo, que terminou há cerca de dez mil anos, as regiões que tinham estas condições climáticas menos

do que paradisíacas, mas um suprimento superior de comida, incluíam (concentrando-me, aqui, no Hemisfério Norte, onde a maior parte do desenvolvimento aconteceu) toda a África supraequatorial – incluindo o Saara – e a maior parte da massa eurasiana (exceto o norte europeu ártico e a Sibéria). Desde então, e essencialmente continuando até hoje, um cinturão norte de desertos que se estendem ao leste passou a separar a zona de regiões sazonais numa região meridional de regiões subequatoriais e uma região setentrional que inclui a maior parte do norte da Europa e a Sibéria. Essencialmente, desde o estágio caçador-coletor do desenvolvimento humano até hoje, portanto, a maior densidade populacional era encontrada nestas regiões "temperadas" (imagem depois modificada apenas pelas altitudes).

No entanto, é importante perceber, neste contexto, que passamos a considerar como regiões "temperadas" da habitação humana lugares que na verdade tinham condições de vida bastante difíceis, e em latitudes mais altas ao norte até condições extremamente adversas, em comparação com os trópicos constantemente quentes, condições às quais os primeiros humanos se adaptaram. Em contraste com o ambiente inalterado e estável dos trópicos, as regiões temperadas apresentavam mudanças cada vez maiores e, portanto, impunham desafios intelectuais cada vez mais difíceis para os caçadores e os coletores. Eles não tiveram só de aprender a lidar com animais maiores, que não existem nos trópicos (exceto em partes vulcânicas da Indonésia), e com seus movimentos. Mais importante, fora das regiões equatoriais, as mudanças sazonais e as flutuações no ambiente humano exerciam um papel cada vez maior, e se tornou mais e mais importante antecipar-se aos efeitos disso no suprimento de comida futuro (de plantas e de animais). Os que conseguiam fazer isso com sucesso e fizeram preparações e ajustes adequados tiveram mais chance de sobreviver e de se proliferar do que aqueles que não conseguiam.

Fora da floresta úmida equatoriana, ao norte (e ao sul), havia grandes chuvas sazonais que precisavam ser levadas em conta. Chovia durante o verão e era seco durante o inverno. Além disso, o crescimento e a distribuição de plantas e de animais eram afetados pelos ventos setentrionais (ou, no Hemisfério Sul, austrais). Nas regiões ainda mais ao norte (ou mais ao sul), cada vez mais separadas desde o fim da última Era do Gelo das regiões subequatoriais por um cinturão de desertos (ao norte e ao sul), o regime de chuvas mudou, com chuva no inverno e seca no verão. Os ventos que afetavam as chuvas vinham principalmente do oeste. Os verões eram quentes e secos, enquanto as temperaturas no inverno, mesmo em altitudes mais baixas, podiam facilmente alcançar níveis de congelamento "fatais", ainda que por períodos curtos. Consequentemente, as estações de cultivo eram limitadas. Por fim, nas regiões mais ao norte da habitação humana, ou seja, ao norte das latitudes mediterrâneas, as chuvas caíam irregularmente ao longo do ano, e, com ventos vindos do oeste, chovia mais no oeste (norte da Europa) do que no leste (norte da Ásia). Fora isso, no entanto, as mudanças e as flutuações sazonais nesta zona da habitação humana eram extremas. A duração dos dias (luz) e das noites (escuridão) variava muito ao longo do ano. Nas regiões extremas ao norte, um dia de verão iluminado e um dia de inverno escuro podiam durar mais de um mês. Mais importante, toda a região (principalmente quando se avançava para o norte) vivia períodos extensos de condições extremas e congelantes durante o inverno. Durante estes períodos, que duravam de muitos meses a quase o ano inteiro, todas as plantas essencialmente deixavam de crescer. As plantas morriam ou adormeciam. A natureza cessava o suprimento de alimentos, e os seres humanos (e animais) eram ameaçados pela fome e pelo perigo de morrer de frio. As estações de cultivo, durante as quais o suprimento de comida e de abrigo podia compensar estes problemas, eram

também curtas. Além disso, as diferenças extremas entre os invernos longos e difíceis e os verões curtos e amenos ou quentes afetavam as migrações dos animais. A não ser que se adaptassem completamente às condições árticas e pudessem passar por uma espécie de hibernação durante as estações "mortas", os animais tinham que migrar de estação a estação, geralmente por grandes distâncias. E, como os animais eram parte importante da alimentação humana, os caçadores e os coletores também tinham de migrar regularmente por longas distâncias.

Diante do pano de fundo desta imagem dura da ecologia e da geografia humanas, ainda mais modificadas e complicadas, é claro, pela existência de cordilheiras, de rios e de corpos d'água, fica evidente por que a seleção natural em favor de uma inteligência maior entre os caçadores e os coletores seria mais pronunciada à medida que se avançava para o norte (ou para o sul), rumo às regiões mais frias da habitação humana. Sem dúvida, era necessária uma inteligência significativa para que os humanos vivessem com sucesso nos trópicos. Mas a constância dos trópicos agia como um freio natural para o desenvolvimento da inteligência humana. Como um dia era parecido com o outro nos trópicos, havia pouca ou nenhuma necessidade de que alguém pensasse em algo além do que o terreno que o cercava ou plantasse algo para além do futuro imediato. Em contraste marcante, a sazonalidade cada vez maior das regiões afastadas dos trópicos se traduzia num ambiente mais desafiador para a inteligência.

A existência de mudanças e de flutuações sazonais – de chuva e de seca, de verão e de inverno, de calor insuportável e de frio congelante, de ventos e de calmarias – exigia que mais fatores remotos, entre os quais o sol, a lua e as estrelas, e tempos maiores fossem levados em consideração se alguém quisesse agir com sucesso e sobreviver e procriar. Mais cadeias de causa e efeito tinham de ser reconhecidas, com cadeias argumentativas mais extensas. O

planejamento tinha de ser de longo prazo. Era preciso agir agora, a fim de ter sucesso muito depois. Tanto o período de produção – a lacuna de tempo entre um esforço produtivo e sua conclusão – quanto o período de provisão – tempo futuro para o qual era preciso fazer economia (armazenagem) – precisaram ser aumentados. Nas regiões mais ao norte, com invernos mortais e longos, provisões de comida, de roupas, de abrigos e de aquecimento tinham de ser feitas para durar quase o ano todo ou mais. O planejamento tinha de ser em termos de anos, e não dias ou meses. Da mesma forma, na busca de animais migratórios, tinham de ser atravessados territórios mais extensos, o que exigia habilidades incríveis de orientação e de navegação. Somente grupos inteligentes o bastante em média para gerar líderes excepcionais com habilidades intelectuais superiores eram recompensados com o sucesso – sobrevivência e procriação. Os grupos e os líderes, por outro lado, incapazes de tais realizações eram punidos com o fracasso, ou seja, a extinção.

O maior progresso rumo à invenção da agricultura e da pecuária, há cerca de onze mil anos, deve, portanto, ter ocorrido nas regiões mais ao norte da habitação humana. Ali, a competição dentro e entre grupos de caçadores e coletores deve ter gerado, com o tempo, a população mais inteligente – precavida e com visão de longo prazo. E realmente, durante dezenas de milhares de anos até cerca de onze mil anos atrás, todo avanço tecnológico importante se originou nas regiões ao norte: principalmente na Europa ou, no caso das cerâmicas, no Japão. Por outro lado, durante o mesmo período, as ferramentas usadas nos trópicos permaneceram as mesmas.

Mas o poder explanatório do desenho da evolução social acima vai além. A teoria admitidamente hipotética aqui apresentada pode explicar por que se levou tanto tempo para escapar da armadilha malthusiana, e como tal feito foi possível e não permanecemos

presos à armadilha malthusiana para sempre: a humanidade simplesmente não era inteligente o bastante para alcançar os aumentos de produtividade necessários para compensar continuamente o crescimento populacional. Certo limiar de inteligência média e extraordinária teve de ser alcançado para tornar isso possível, e foi preciso tempo (até cerca de 1800) para "cultivar" tal nível de inteligência. A teoria pode explicar o corroborado e aceito (ainda que persistentemente ignorado pelo "politicamente correto") fato da pesquisa sobre a inteligência: que o QI médio dos países diminui gradativamente quando se viaja do norte para o sul (de cem ou mais pontos quando nos países mais ao norte para cerca de setenta na África subsaariana)[82]. Mais especificamente a teoria pode, assim, explicar por que a Revolução Industrial teve início e depois prevaleceu em algumas regiões – geralmente setentrionais –, mas não em outras, por que sempre houve diferenças regionais persistentes de renda e por que essas diferenças poderiam ter aumentado (e não diminuído) desde a época da Revolução Industrial.

A teoria também explica algo que a princípio pode parecer anômalo: que não foi nas regiões mais ao norte que a Revolução Neolítica aconteceu, há cerca de onze mil anos, conquistando aos poucos e sucessivamente o mundo, mas sim em regiões muito mais ao sul – ainda assim bem ao norte dos trópicos: no Oriente Médio, na China central (vale do rio Yang-Tsé) e na Mesoamérica. O motivo para esta aparente anomalia é fácil de detectar, contudo. A fim de inventar a agricultura e a pecuária, eram necessários dois fatores: inteligência suficiente e circunstâncias naturais favoráveis para aplicar tal inteligência. O segundo fator era o que faltava nas regi-

82 Ver Richard Lynn (1930) e Tatu Vanhanen (1929-2015), *IQ and Global Inequality* (Augusta, Ga.: Washington Summit Publishers, 2006); Richard Lynn, *The Global Bell Curve: Race, IQ and Inequality Worldwide* (Augusta, Ga.: Washington Summit Publishers, 2008); *idem*, *Race Differences in Intelligence: An Evolutionary Analysis* (Augusta Ga.: Washington Summit Publishers, 2008).

ões ao norte, o que evitou que seus habitantes fizessem a invenção revolucionária. As condições congelantes extremas e a extrema brevidade da estação de cultivo praticamente impossibilitavam a agricultura e a pecuária, mesmo que a ideia tivesse sido concebida. O necessário para realmente implementar a ideia eram as circunstâncias naturais favoráveis à vida sedentária: uma estação de cultivo longa e quente (além de culturas adequadas e de animais domesticáveis)[83]. Tais condições climáticas existiam nas mencionadas regiões "temperadas". Ali, o desenvolvimento competitivo da inteligência humana entre caçadores e coletores fez progresso suficiente (mesmo que ficasse para trás do desenvolvimento mais ao norte), tanto que, combinada com circunstâncias naturais favoráveis, a ideia da agricultura e da pecuária pôde ser implementada. Desde o fim da última Era do Gelo, há cerca de dez mil anos, a zona de climas temperados se expandiu para o norte, para latitudes maiores, tornando a agricultura e a pecuária cada vez mais possíveis ali. Deparando-se com pessoas ainda mais inteligentes, as novas e revolucionárias técnicas de produção não foram apenas rapidamente imitadas e adotadas; técnicas melhores tiveram origem aqui. Ao sul dos centros da invenção original, a nova técnica também seria adotada aos poucos (com exceção dos trópicos) – afinal, é mais fácil imitar que inventar. Deparando-se com pessoas menos inteligentes ali, contudo, pouca ou nenhuma contribuição ao desenvolvimento de práticas mais eficientes de agricultura e pecuária surgiria. Todos os ganhos posteriores de eficiência nestas regiões viriam da imitação de técnicas inventadas em outros lugares, em regiões mais ao norte.

83 A maior escassez deste tipo de safras e de animais no continente americano é provavelmente o motivo da invenção relativamente tardia da agricultura e do pastoreio na Mesoamérica.

IV – Implicações e Visão Geral

Há várias implicações e sugestões a partir disso. Primeiro, a teoria da evolução social aqui mostrada expressa uma crítica fundamental ao rampante igualitarismo de dentro das ciências sociais em geral, mas também entre muitos libertários. Sim, os economistas aceitam "diferenças" humanas na forma de diferentes produtividades laborais. Mas essas diferenças são geralmente interpretadas como resultado de condições externas distintas, ou seja, de diferentes dons e educação. Só raramente características internas, biológicas, são admitidas como fontes possíveis das diferenças humanas. Ainda assim, mesmo quando os economistas admitem o óbvio – que as diferenças humanas têm fontes biológicas e internas também, como Mises e Rothbard admitem –, eles geralmente ignoram que essas diferenças são em si resultado de um processo longo de seleção natural em favor das características humanas e das disposições (físicas e mentais) determinantes do sucesso econômico e, mais ou menos grande e positivamente correlacionado com o sucesso econômico e sucesso reprodutivo. Isto é, ainda se ignora que nós, homens modernos, somos muito diferentes dos nossos antepassados de centenas e milhares de anos atrás.

Em segundo lugar, uma vez que se percebe que a Revolução Industrial foi resultado do crescimento evolucionário da inteligência humana (e não apenas da remoção de barreiras institucionais ao crescimento), o papel do estado pode ser considerado como algo fundamentalmente diferente em condições malthusianas e pós-malthusianas. Em condições malthusianas, o estado não importa muito, pelo menos não no que diz respeito aos macroefeitos. Um estado mais explorador simplesmente levará a uma população menor (como a peste negra faria), mas isso não afeta a renda *per capita*. Na verdade, ao diminuir a densidade populacional, a renda *per capita* pode até aumentar, como aconteceu depois da Grande Peste em

meados do século XIV. Reversamente, um estado "bom" e menos explorador permitirá o crescimento da população, mas a renda *per capita* não aumentará e poderá até diminuir, porque a terra *per capita* diminui. Tudo mudou com a Revolução Industrial. Porque, se os ganhos de produtividade superam continuamente o crescimento populacional e permitem um aumento constante da renda *per capita*, então uma instituição exploradora como o estado pode crescer sem diminuir a renda *per capita* e reduzir a população. O estado, então, torna-se um freio permanente à economia e à renda *per capita*.

Por fim, em condições malthusianas prevalecem os efeitos eugênicos positivos: os bem-sucedidos economicamente produzem mais descendentes, e a população é aos poucos aprimorada (cognitivamente). Em condições pós-malthusianas, a existência e o crescimento do estado geram um efeito disgênico duplo principalmente em condições de um estado democrático de bem-estar social[84]. Primeiro, os "economicamente deficientes", como principais "clientes" do estado de bem-estar social, produzem mais descendentes, e os economicamente bem-sucedidos, menos. Depois, o crescimento constante do estado parasitário, possível pelo crescimento da economia basal, afeta sistematicamente as exigências para o sucesso econômico. O sucesso econômico torna-se cada vez mais dependente da política e do talento político, ou seja, o talento de usar o estado para enriquecer à custa dos outros. De qualquer forma, a população piora (no que diz respeito às exigências cognitivas para a prosperidade e o crescimento econômico), em vez de melhorar.

Por fim, é importante notar na conclusão que, assim como a Revolução Industrial e a consequente fuga da armadilha malthusiana não foram de forma alguma um desenvolvimento necessário na história humana, seu sucesso e suas realizações tampouco são irreversíveis.

84 LYNN, Richard. *Dysgenics*. *Op.* cit.

Da Aristocracia à Monarquia e à Democracia

Neste texto, quero descrever brevemente um enigma histórico que tentarei então resolver e solucionar com algum detalhamento.

Mas, antes disso, é necessário fazer algumas breves observações teóricas gerais.

Os homens não vivem em perfeita harmonia uns com os outros. Ao contrário, cada vez mais há conflitos entre eles. E a fonte destes conflitos é sempre a mesma: a escassez dos bens. Eu quero fazer *X* com determinado bem *G*, e você quer fazer ao mesmo tempo *Y* com o mesmo bem. Como é impossível para você e para mim fazermos simultaneamente *X* e *Y* com *G*, você e eu devemos entrar em disputa. Se houvesse uma superabundância de bens, ou seja, se, por exemplo, *G* estivesse infinitamente disponível, nossos conflitos seriam evitados. Poderíamos simultaneamente fazer "nossas coisas" com *G*. Mas a maioria dos bens não é superabundante. Desde quando a humanidade deixou o Jardim do Éden, sempre houve e sempre haverá escassez ao nosso redor.

Sem a harmonia perfeita de todos os interesses humanos e levando em conta a permanente condição de escassez, os conflitos

interpessoais são parte inevitável da vida humana e uma ameaça constante à paz.

Confrontada com conflitos relacionados à escassez de bens, mas também dotada de razão e, mais precisamente, da habilidade para se comunicar, discutir e argumentar como a própria manifestação da razão humana, a humanidade sempre enfrentou e continuará enfrentando a questão de como evitar tais conflitos e de como resolvê-los pacificamente quando ocorrem[85].

Suponha agora um grupo de pessoas cientes da realidade dos conflitos interpessoais e em busca de uma forma de escapar a este revés. E suponha que eu proponha o seguinte como solução: em todos os casos de conflito, incluindo conflitos em que eu mesmo estou envolvido, terei sempre a última palavra. Serei o juiz final a determinar quem é dono do quê e quando e quem está consequentemente certo ou errado em qualquer disputa relacionada à escassez de bens. Assim, todos os conflitos podem ser evitados ou facilmente resolvidos.

---

85 Teoricamente, todos os conflitos relacionados à utilização de qualquer bem podem ser evitados, se cada um destes bens pertencer perpétua e continuamente à propriedade privada, isto é, se sua posse for controlada com exclusividade por um ou mais indivíduo(s) específico(s), e se sempre ficar claro qual é o objeto possuído, por quem ele é possuído, e qual não é. Os interesses e ideias de indivíduos diferentes podem então ser os mais diferentes possíveis, e, ainda assim, nenhum conflito surgirá, na medida em que seus interesses e ideias estejam relacionados sempre e exclusivamente à sua própria propriedade. Os conflitos, portanto, sempre serão conflitos que dizem respeito à resposta da pergunta de quem é ou não o proprietário privado (exclusivo) de algum bem determinado em algum tempo específico. E, visando evitar todo tipo de conflito, a partir do ínicio da humanidade, sempre foi necessário que se deixasse claro como a propriedade privada é originalmente estabelecida (e, neste caso, a resposta óbvia é: através da apropriação original e, por consequência, incontestável, de recursos até então sem dono), e como a propriedade pode ou não ser transferida de uma pessoa para a outra (obviamente: através de um consenso mútuo e do comércio, e não do roubo unilateral).

Quais seriam minhas chances de fazer você ou qualquer outra pessoa concordar com esta proposta?

Eu diria que minhas chances seriam praticamente nulas. Na verdade, você e a maioria das pessoas dirão que tal proposta é ridícula e provavelmente me considerarão um louco, um caso de tratamento psiquiátrico. Você perceberá imediatamente que, sob tal proposta, deverá literalmente temer por sua vida e por sua propriedade. Porque esta solução me permitirá provocar um conflito com você e decidir este mesmo conflito em meu favor. Na verdade, sob tal proposta você em essência abdicará de seu direito à vida e à propriedade e até à pretensão de tal direito. Você só tem vida e propriedade na medida em que eu *concedo* tal direito, ou seja, desde que eu decida deixá-lo viver e manter o que quer que você considere seu. Em última análise, só eu tenho direito à vida e sou o dono de todas as coisas.

Ainda assim – e eis o enigma –, esta solução obviamente louca é a *realidade*. Para onde quer que você olhe, ela tem sido aplicada na forma da instituição de um estado. O estado é o juiz final em todos os casos de conflito. Não há apelo para além de seu veredicto. Se você entra em conflito com o estado, com seus agentes, são o estado e seus agentes que decidirão quem tem ou razão. O estado tem o direito de *taxá-lo*. Portanto é o estado que determina o quanto de sua propriedade você tem direito de manter – isto é, sua propriedade é apenas “transitória”. E o estado pode fazer leis, legislar – isto é, toda a sua vida está à mercê do estado. Ele pode até mesmo mandar matá-lo – não em defesa de sua vida ou propriedade, e sim em defesa do estado ou do que quer que o estado considere “defesa” ou “propriedade estatal”.

Como, então, e esta é a pergunta a que pretendo responder extensivamente agora, uma instituição tão louca e malévola pôde existir? Obviamente, ela não nasceu *ab ovo*, espontaneamente, como resultado da deliberação racional humana. Na verdade, histo-

ricamente, levou séculos para isso acontecer. No texto seguinte quero reconstruir este desenvolvimento passo a passo: desde o início de uma ordem social aristocrata natural, da maneira que foi instituída, apesar de ainda repleta de imperfeições, durante a baixa Idade Média europeia dos reis e dos senhores feudais, até sua substituição primeiro por reis absolutistas e depois por reis constitucionais e monarquias clássicas, o que aconteceu a partir do século XVII até o início do século XX, e por fim até a subsequente substituição da monarquia clássica pelas democracias (repúblicas parlamentares ou monarquias), tendo início com a Revolução Francesa, em 1789, e chegando ao auge com o fim da Primeira Guerra Mundial, a partir de 1918.

Apesar de termos aprendido na escola a encarar todo esse desenvolvimento como progresso – o que não é de admirar, pois a história sempre é escrita pelos vencedores –, reconstruirei isso aqui como uma sequência histórica de loucura e decadência progressivas. E, para responder imediatamente a uma questão que inevitavelmente surgirá diante deste meu relato revisionista: sim, o mundo atual é mais rico do que na Idade Média e na posterior era monárquica. Mas isso não prova que o mundo é mais rico *por causa* destes acontecimentos. Na verdade, como vou demonstrar indiretamente no texto seguinte, o aumento da riqueza social e dos padrões gerais de vida que a humanidade tem vivido neste tempo ocorreram *apesar* desses acontecimentos, e o aumento da riqueza e dos padrões de vida teriam sido maiores se a situação em questão *não* tivesse acontecido. Portanto, repito: como pessoas pacíficas, racionais e reais resolveram o problema dos conflitos sociais? E deixem-me dar ênfase à palavra "reais" aqui. As pessoas que tenho em mente e que ponderam sobre esta questão não são zumbis. Não existem por trás do "véu da ignorância", *à la* John Rawls (1921-2002), ilimitadas pela escassez e pelo tempo (não é de admirar que Rawls tenha chegado às conclusões mais perversas a partir de tal

premissa!). Elas se encontram no meio da vida, por assim dizer, quando começam com suas ponderações. Conhecem bem o fato inquestionável da escassez e do tempo limitado. Já trabalham e produzem. Interagem com outros trabalhadores e outros produtores e têm bens apropriados sob seu controle, ou seja, bens de que têm posse. Na verdade, suas disputas invariavelmente são disputas quanto a posses antes sem disputa: se a posse deve ser respeitada ou se quem possui deve ser considerado o proprietário de direito ou não.

O que, portanto, as pessoas provavelmente aceitariam como solução ao que sugiro é isto: todos são, a princípio, supostos proprietários – dotados do direito de controle exclusivo – de todos os bens que já controlam e possuem e com respeito aos quais não há disputa. Este é o ponto de partida. Como proprietário, cada um tem, *a priori*, uma defesa maior das coisas em questão do que os que não controlam ou não possuem tais bens – e, consequentemente, se alguém interfere no controle que o proprietário exerce sobre tais bens, então esta pessoa está *a priori* do lado errado e o ônus da prova, isto é, demonstrar o contrário, lhe cabe. Mas, como esta última caracterização já demonstra, a posse presente não é o bastante para estar do lado certo. Há uma presunção em favor do primeiro e atual proprietário, e a demonstração de quem tem controle atual ou de quem assumiu o controle de algo primeiro está sempre no início de uma tentativa de resolução de conflito (porque, para reiterar, todo conflito é um conflito entre alguém que já controla algo e alguém que quer controlá-lo). Mas há exceções a essa regra. O proprietário atual de um bem não é seu dono de direito se alguém demonstrar que o bem em questão foi antes controlado por ele e foi tirado dele contra sua vontade e consentimento – isto é, foi roubado ou furtado dele – pelo proprietário atual. Se ele puder demonstrar isso, então a propriedade lhe é devolvida e no conflito entre ele e o proprietário atual ele é considerado o certo. E o proprietário atual de alguma

coisa não é o proprietário se apenas alugou a coisa em questão de alguém por algum tempo e em determinadas condições e a outra pessoa pode demonstrar isso apresentando, por exemplo, um contrato ou acordo de aluguel. E o proprietário atual de uma coisa tampouco é seu proprietário de direito se trabalhou em nome de outra pessoa, como seu empregado, a fim de utilizar ou produzir o bem em questão, e o empregador pode demonstrar isso apresentando, por exemplo, um contrato de emprego[86].

Os critérios, os princípios empregados na decisão de um conflito entre o controlador e proprietário atual de algo e as reclamações rivais de outra pessoa para controlar a mesma coisa são claros e pode se supor com segurança que um consenso universal em relação a eles pode e será alcançado pelas pessoas reais. O que os conflitos atuais carecem, então, não é a ausência da lei, e sim a ausência de consenso em relação aos fatos. E a necessidade de juízes e de árbitros de conflitos não é uma necessidade de legislação, e sim uma necessidade de encontrar a verdade e de aplicar determinada lei a casos individuais e situações específicas. Em outras palavras: as deliberações resultarão na ideia de que as leis não são feitas, mas descobertas, e que a tarefa do juiz é única e exclusivamente aplicar determinada lei a fatos estabelecidos ou por estabelecer.

Supondo, então, uma demanda por parte das entidades em conflito para que juízes especializados, árbitros e pacificadores não façam leis, mas apliquem determinada lei, para quem as pessoas se voltarão para satisfazer tal demanda? Obviamente, não se voltarão para qualquer um, pois a maioria das pessoas não tem capacidade intelectual ou caráter necessário para ser um bom juiz, e as palavras

86 Deve-se notar que todos os pré-requisitos lógicos para uma paz permanente, para que todos os conflitos potenciais sejam evitados, podem ser atingidos exatamente mediante esta solução: se sempre ficar claro quem tem a propriedade provisória de quê, e o que deve ser feito se existirem reivindicações contraditórias a respeito de recursos escassos.

da maioria das pessoas, portanto, não têm autoridade e pouca ou nenhuma chance de serem ouvidas, respeitadas e aplicadas. Em vez disso, a fim de resolver seus conflitos e de fazerem com que o acordo seja reconhecido e respeitado por outros de forma duradoura, as pessoas se voltarão para as autoridades naturais, para os membros da aristocracia natural, para os nobres e os reis.

O que quero dizer aqui por aristocratas naturais, nobres e reis é simplesmente isto: em toda sociedade com um grau mínimo de complexidade, alguns poucos indivíduos adquirem o *status* de elite natural. Em razão de conquistas superiores de riqueza, de sabedoria, de bravura ou de alguma combinação disso tudo, alguns indivíduos vêm a ter mais autoridade que os demais, e suas opiniões e julgamentos adquirem um amplo respeito. Além disso, por causa do acasalamento seletivo e das leis de herança civil e genética, as posições de autoridade geralmente são passadas dentro de poucas famílias "nobres". É para os líderes de tais famílias com registros estabelecidos de realizações superiores, visão de longo prazo e conduta exemplar que os homens geralmente se voltam com seus conflitos e reclamações uns contra os outros. São os líderes das famílias nobres os que geralmente agem como juízes e pacificadores, comumente sem cobrar, por um senso de dever cívico. Na verdade, este fenômeno pode ser observado ainda hoje em todas as comunidades pequenas.

Agora, de volta à questão sobre o resultado provável de uma deliberação entre pessoas reais quanto a como resolver o problema inerradicável dos conflitos interpessoais. Podemos facilmente imaginar, por exemplo, que haja um acordo geral de que em todos os casos de conflito alguém se volte para um indivíduo específico, para o líder da mais nobre das famílias, para o rei. Mas, como já indicado, é inimaginável que se concorde que este rei *faça* as leis. O rei estará sujeito às mesmas leis de todos. O rei deve apenas aplicar a lei, não fazê-la. E, para garantir isso, o rei jamais deve ter o mo-

nopólio de sua posição de juiz. Pode ser que todos realmente se voltem para ele em busca de justiça, ou seja, que ele tenha o monopólio "natural" como juiz e pacificador supremo. Mas todos permanecem livres para escolher outro juiz, outro nobre, se não estiverem satisfeitos com o rei. Ou seja, o rei não tem monopólio legal de sua posição como juiz. Se ele decide fazer leis, em vez de apenas aplicá-las, ou se comete erros na aplicação da lei, ou seja, se a interpreta errado, se é tendencioso ou falsifica os fatos de determinado caso, seu julgamento pode ser desafiado por outro tribunal nobre de justiça e ele pode ser considerado responsável por seus erros. Em resumo, o rei pode aparecer como líder do estado, mas certamente não é o estado, e sim parte de uma ordem natural, vertical e hierarquicamente estruturada: uma aristocracia.

Como já indicado, algo assim, algo semelhante a uma ordem aristocrática natural, existiu durante, por exemplo, a baixa Idade Média europeia, durante a infame era feudal. Como não é meu objetivo aqui me envolver com a história padronizada, ou seja, a história escrita por historiadores, e sim oferecer uma reconstrução lógica e sociológica da história, com base em eventos históricos reais, e motivada mais por preocupações teóricas – filosóficas e econômicas –, não vou gastar tempo provando esta tese. Simplesmente faço referência breve a um livro sobre o assunto escrito por Fritz Kern (1884-1950) *Kingship and Law in the Middle Ages* [*Realeza e Direito na Idade Média*] (publicado originalmente na Alemanha em 1914), e a várias outras referências ao assunto contidas no meu livro *Democracy, the God that Failed*[87] *[Democracia, o deus que falhou]*. Somente um pouco sobre a suposta "era das trevas" do feudalismo e para apoiar minha afirmação de que a Idade Média pode

87 Em língua portuguesa o livro está disponível como: HOPPE, Hans-Hermann. *Democracia, o deus que falhou: A Economia e a Política da Monarquia, da Democracia e da Ordem Natural*. Trad. Marcelo Werlang de Assis. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014. (N. E.)

servir de exemplo histórico do que acabo de descrever como uma ordem natural.

Os senhores feudais e os reis só podiam “taxar” com o consentimento dos taxados e, em sua própria terra, todo homem livre era equivalente a um soberano, ou seja, o tomador máximo de decisões, assim como o senhor feudal era em suas terras. Sem consentimento, a cobrança de impostos era considerada sequestro, ou seja, expropriação ilegal. O rei estava abaixo da lei e era subordinado a ela. O rei podia ser nobre, até o mais nobre de todos, mas havia outros nobres e outros não tão nobres, e todos os nobres e todos os homens livres eram igualmente subordinados às mesmas leis e deviam proteger e sustentar a lei. Essa lei era considerada antiga e eterna. “Novas” leis eram constantemente rejeitadas. A única função do rei medieval era a aplicação e a proteção da “boa e velha lei”. A ideia do reinado por nascimento não existia no início da era medieval. Para se tornar rei, era preciso o consentimento dos que faziam a escolha, e todos os membros e todas as divisões da comunidade de eleitores eram livres para resistir ao rei se considerassem seus atos ilegais. Neste caso, as pessoas eram livres para abandonar o rei e procurar um novo soberano.

Esta breve descrição da ordem feudal, mais precisamente do feudalismo “alodial”, deveria ser suficiente para meu objetivo. Deixem-me apenas acrescentar isto: não afirmo aqui que esta ordem fosse perfeita, uma ordem verdadeiramente natural, como a qualifiquei antes. Na verdade, ela era marcada por muitas imperfeições, principalmente a existência, em muitos lugares, da instituição da servidão (ainda que o fardo imposto aos servos fosse leve em comparação ao dos modernos pagadores de impostos). Só afirmo que essa ordem se aproximava de uma ordem natural por meio (a) da supremacia de *uma única* lei e da subordinação de todos a ela, (b) da ausência do poder legislativo, e (c) da ausência do *monopólio* legal da judicialidade e da arbitragem de conflitos. E afirmaria que

este sistema poderia ter sido aperfeiçoado e mantido praticamente inalterado pela inclusão dos servos no sistema.

Mas não foi, o que aconteceu. Ao contrário, cometeu-se uma tolice econômica e moral. Criou-se um monopólio territorial da judicialização e, com isso, o poder da *legislatura* e separação da lei de sua subordinação à *legislação*. Os reis feudais foram substituídos primeiro por reis absolutistas e depois por reis constitucionais.

Conceitualmente, o passo do rei feudal sob a lei para o rei absoluto acima da lei é pequeno. O antigo rei feudal só insiste em que, daqui por diante, ninguém escolha outra pessoa que não ele mesmo como juiz final. Até então, o rei poderia ser a única pessoa à qual todos recorriam em busca de justiça, mas outras pessoas, principalmente outros nobres, podiam agir como juízes se quisessem e se houvesse demanda por tais serviços por parte de quem buscava justiça. Na verdade, todos eram livres para agir em autodefesa e em defesa de suas propriedades e para exercer o direito privado e a resolução de conflitos, e o próprio rei podia ser considerado responsável e julgado por outros tribunais, ou seja, por tribunais que ele não escolhesse. Proibir tudo isso e insistir que todos os conflitos fossem sujeitos à revisão final do rei, então, não é nada menos que um golpe, com consequências importantes. Como já indicado antes, com a monopolização da função do juiz final, o rei se tornou um estado e a propriedade privada foi essencialmente abolida e substituída por uma propriedade *transitória*, ou seja, propriedade cedida pelo rei aos súditos. O rei agora podia taxar a propriedade privada em vez de ter de pedir subsídios aos proprietários, e podia fazer leis em vez de estar sujeito a leis preexistentes inalteráveis. Por consequência lenta, mas constantemente, a aplicação da lei se tornou cada vez mais cara: em vez de ser gratuita ou oferecida em troca de um pagamento voluntário, a lei era financiada com a

ajuda de impostos obrigatórios. Ao mesmo tempo, a qualidade da lei se deteriorou: em vez de sustentar a lei preexistente e aplicar princípios universais e imutáveis de justiça, o rei, como juiz monopolista sem medo de perder clientes como resultado de ser menos imparcial nos julgamentos, alterava sucessivamente a lei existente em vantagem própria.

Além disso, um novo nível e uma nova qualidade de violência foram introduzidos na sociedade. Para deixar claro, a violência caracterizara a relação entre os homens desde o início dos tempos, Mas a violência, a agressão, custa caro e, até o desenvolvimento da instituição do estado, um agressor tinha de pagar o preço total associado à agressão. Agora, contudo, com o rei-estado agindo o custo da agressão podia ser transferido para terceiros (contribuintes e convocados para o exército), o que consequentemente aumentou a agressão, ou, mais especificamente, o imperialismo, ou seja, tentativas de agressivamente, por meio de guerra e conquista, aumentar o território ou a população súdita de alguém.

Mas como tal desenvolvimento foi possível, mesmo com consequências tão previsíveis? Apesar de não ser difícil entender por que o rei feudal quereria se tornar rei absoluto, ou seja, o chefe de estado – afinal quem, afora os anjos, não gostaria de estar numa posição em que pode decidir todos os conflitos, incluindo os conflitos que o envolvam? – É muito mais difícil entender como o rei, mesmo sendo o mais nobre dos nobres, pode sair imune de tal golpe. Obviamente, qualquer aspirante a rei-estado enfrentaria oposição imediata, provavelmente e mais violentamente de outros nobres, uma vez que eram estes que tipicamente possuíam mais e maiores propriedades e portanto, temeriam mais o poder do rei de cobrar impostos e legislar.

A resposta a esta pergunta é na verdade bem simples e bastante conhecida até hoje. O rei se alinhou com o "povo" ou o "homem comum". Apelou para o sentimento eterno e onipresente de

inveja entre os "desprovidos" contra seus "superiores", seus senhores. Ofereceu libertá-los de suas obrigações contratuais diante dos senhores, transformá-los em proprietários e não em inquilinos das terras alheias, por exemplo, ou "perdoar" suas dívidas com os credores, e assim pôde corromper o senso público de justiça o bastante para tornar inócua a resistência aristocrática a este golpe. E, para consolar a aristocracia pela perda de poder e, assim, reduzir sua resistência, o rei lhes ofereceu cargos em suas cortes reais maiores.

Além disso, para alcançar seu objetivo de poder absoluto, o rei também se alinhou com os intelectuais, A demanda de serviços intelectuais é geralmente baixa, e os intelectuais, quase congenitamente, sofrem de uma autoimagem inflada e, portanto, são sempre suscetíveis e tornam-se facilmente ávidos promotores de inveja. O rei lhes ofereceu uma posição segura como intelectuais cortesãos, e eles retribuíram o favor e produziram o suporte ideológico necessário para dar apoio à posição do rei como governante absoluto. Fizeram isso por meio da criação de um mito duplo: por um lado, retrataram a história antes da chegada do rei absoluto sob a pior luz possível, como uma luta interminável de todos contra todos, sendo um homem o lobo do outro homem – contrário à história verdadeira de uma ordem aristocrática natural anterior. E, por outro lado, retrataram o postulado do rei ao poder absoluto como resultado de uma espécie de acordo contratual dos súditos, supostamente alcançado racionalmente, com base no mito da ameaçadora volta à *bellum omnia contra omnes*.

Já demonstrei que tal contrato é inconcebível e que a ideia dele é puro mito. Ninguém lúcido assinaria tal contrato. Mas, sem que eu a precise enfatizar, essa ideia, ou seja, que o poder do estado como monopolista territorial da tomada de decisão final se baseia numa espécie de contrato, domina as mentes da população até hoje. Por mais absurdo que seja, os intelectuais da corte foram extremamente bem-sucedidos em seu trabalho.

Como resultado do trabalho ideológico dos intelectuais de promover o mito duplo – apresentar a ascensão dos monarcas absolutos como resultado de um *contrato* –, a monarquia absoluta se transformou em monarquia constitucional. Nos livros escolares e na historiografia oficial e ortodoxa, esta transição da monarquia absoluta para a constitucional geralmente é apresentada com um grande avanço na história da humanidade, como progresso. Na verdade, isso representou outra tolice e deu início a mais decadência. Porque, enquanto a posição do rei absoluto era na melhor das hipóteses tênue, com a lembrança da ascensão ao poder absoluto por meio de um ato de usurpação ainda viva, limitando efetivamente seu poder "absoluto", a introdução de uma constituição na verdade formalizou e codificou seu poder de cobrar imposto e de legislar. A constituição não era algo que protegia as pessoas do rei, e sim o rei das pessoas. Era a constituição do estado, que pressupunha o que ainda era considerado com muita suspeita, isto é, o direito de cobrar impostos sem o consentimento e de fazer leis. O rei constitucional, ao se sujeitar a algumas formalidades e rotinas procedurais obteve assim permissão para expandir seus poderes e enriquecer muito além do que lhe era possível como monarca absoluto.

Ironicamente, as mesmas forças que elevaram o rei feudal primeiro à posição de rei absoluto e depois à de rei constitucional – o apelo aos sentimentos igualitários e à inveja do homem comum contra os melhores e o aliciamento dos intelectuais – também ajudaram a provocar a decadência do rei e abriram caminho para outra tolice ainda maior: a transição da monarquia para a democracia.

Quando as promessas do rei de uma justiça melhor e mais barata se provaram vazias e os intelectuais se mostraram ainda insatisfeitos com sua posição social, como era previsível, os intelectuais voltaram contra o rei o mesmo sentimento igualitário que o rei havia utilizado em sua batalha contra a aristocracia. Afinal, o pró-

prio rei era membro da nobreza e, como resultado a exclusão de todos os outros nobres como juízes potenciais, sua posição se tornara mais elevada e elitista, e sua conduta ainda mais arrogante. Consequentemente, parecia lógico que o rei também devesse ser derrubado e que as políticas igualitárias que o rei iniciara fossem levadas a seu último estágio: o controle do judiciário pelo homem comum, que para os intelectuais eram eles mesmos, que se viam como "porta-vozes naturais do povo".

A crítica intelectual dirigida contra o rei não era uma crítica à instituição de um monopólio legal da tornada de decisões, o qual, como expliquei, constitui a tolice moral e econômica máxima e a raiz de todo o mal. Os críticos não queriam a volta da ordem aristocrática natural, na qual eles exerceriam um papel menor, ainda que importante. Mas, com sua crítica, fizeram um apelo superficial à velha ideia de igualdade de todos perante a lei ou de superioridade da lei sobre todos. Assim, argumentaram que a monarquia se baseava no privilégio pessoal e que tal privilégio era incompatível com a igualdade diante da lei. E sugeriram que, abrindo a participação e a entrada no governo do estado a todos igualmente – isto é, substituindo a monarquia pela democracia –, o princípio da igualdade de todos diante da lei foi realizado.

Por mais atraente que esse argumento possa parecer a princípio, ele é fundamentalmente errado. Porque a igualdade democrática diante da lei é totalmente diferente e incompatível com a velha ideia de uma lei universal, igualmente aplicável a todos, em todos os lugares e ocasiões. Na democracia, todos são iguais na medida em que a entrada no governo estatal é aberta em termos iguais. Todos podem ser reis, por assim dizer, não apenas um grupo privilegiado de pessoas, ou seja, o rei e quem quer que ele, em seu poder absoluto ou constitucional, designe como sucessor. Assim, numa democracia, não há privilégio pessoal ou pessoas privilegiadas. Mas privilégios funcionais e funções privilegiadas existem,

sim. Agentes do estado, ou seja, as chamadas autoridades públicas, desde que ajam oficialmente, são orientados e protegidos pela lei pública e, assim, ocupam uma posição de privilégio diante das pessoas que agem sob a mera autoridade da lei privada.

Primeiramente, as autoridades públicas têm, como qualquer rei absoluto ou constitucional, permissão para financiar ou subsidiar suas próprias atividades por meio dos impostos. Isto é, elas não ganham seu dinheiro por meio da produção e da venda de bens e serviços a consumidores voluntários, como todo cidadão sob a lei privada deve fazer. Como autoridades públicas, podem se envolver e viver do que, em negócios privados e entre os que estão sujeitos à lei privada, é considerado furto, roubo e saque. Assim, o privilégio e a discriminação legal – e a distinção entre governantes e súditos – não desaparecem na democracia. Ao contrário. Em vez de se restringir a príncipes e nobres, na democracia os privilégios alcançam todos. Todos podem participar e viver de saques e roubos, basta que se tornem autoridades públicas. Da mesma forma, parlamentos democraticamente eleitos não estão, como reis absolutos ou constitucionais, sujeitos a nenhuma lei natural e superior, ou seja, uma lei que não compuseram (como a chamada lei constitucional), mas podem legislar, isto é, podem fazer e mudar as leis. Enquanto um rei legisla em seu favor, na democracia todos são livres para promover e tentar aprovar legislações em seu favor, desde que encontrem um meio de entrar no parlamento ou no governo.

Previsivelmente, portanto, na democracia a tendência de todo monopólio da tomada de decisão a aumentar o preço da justiça e diminuir sua qualidade não declina, só aumenta.

Em teoria, a transição da monarquia para a democracia envolve não mais (nem menos) do que a substituição de um "proprietário" permanente e hereditário do monopólio – o rei – por "tratadores" temporários e intercambiáveis – presidentes, primeiros-ministros e membros do parlamento. Tanto os reis quanto os presi-

dentes produzirão “males”, ou seja, cobrarão impostos e legislarão. Mas um rei, por ser “proprietário” do monopólio e poder transmitir seu reino ao sucessor de sua escolha, seu herdeiro, tomará mais cuidado com as repercussões de suas ações sobre valores fundamentais.

Como proprietário do capital em “seu” território o rei será comparativamente mais voltado para o futuro. A fim de preservar ou aumentar o valor de sua propriedade, sua exploração comparativamente moderada e calculada. Por outro lado, lideres democráticos temporários e intercambiáveis não são donos do país, mas, desde que estejam ocupando a liderança, têm poder de usá-lo em benefício próprio. Eles detêm o uso atual, mas não capital. Isso não elimina a exploração. Ao contrário, faz com que a exploração seja de curto prazo, orientada para o presente, sem cálculos, ou seja, sem se importar com o valor do capital. Em resumo, promove o consumo do capital.

Tampouco é vantagem para a democracia que exista entrada livre a todas as posições estatais (enquanto na monarquia a entrada se restringe à vontade do rei). Ao contrário, somente a competição na produção de bens é boa. A competição na produção de males, como a cobrança de impostos e a legislação, não é boa. Na verdade, é pior que ruim. É o mal puro. Reis, tendo chegado à sua posição por virtude do nascimento, podem ser diletantes inofensivos ou homens decentes (e, se forem “loucos”, serão rapidamente impedidos ou, se necessário, mortos por parentes próximos preocupados com as posses da família real, a dinastia). Já a escolha de governantes por meio de eleições populares torna essencialmente impossível a ascensão de uma pessoa decente ou inofensiva ao poder. Os presidentes e os primeiros-ministros alcançaram seus postos não como aristocratas naturais, como antes os reis feudais fizeram, ou seja, com base no reconhecimento de sua independência econômica, de sua realização profissional, de sua vida pessoal moralmente impe-

cável, de sua sabedoria e de seu julgamento superiores, e sim como resultado de sua capacidade como demagogos moralmente desinibidos. Assim, a democracia praticamente assegura que somente homens perigosos cheguem ao posto mais alto do governo.

Além disso, na democracia, a diferença entre governantes e governados se torna turva. Existe até a ilusão de que esta distinção não existe mais: de que no governo democrático ninguém é governado por ninguém, e todos se governam. No mesmo sentido, a resistência pública contra o poder governamental é sistematicamente enfraquecida. Enquanto a exploração e a expropriação – taxação e legislação – antes poderiam parecer simplesmente opressivas e más ao público, agora parecem muito menos, sendo a humanidade o que é, uma vez que todos possam livremente entrar para o grupo daqueles que recebem, e consequentemente haverá mais disso.

Pior: na democracia, o caráter social e a estrutura da personalidade de toda a população mudarão sistematicamente. Toda a sociedade será totalmente politizada. Durante a era monárquica, a antiga ordem aristocrática se manteve mais ou menos intacta. Só o rei e, indiretamente, os membros de sua corte (exclusiva) podiam enriquecer a si próprios – por meio da cobrança de impostos e de legislação – à custa de outras pessoas e de suas propriedades. Todos os demais tinham de viver por conta própria, por assim dizer, e deviam sua posição social, sua riqueza e sua renda, a algum esforço de produção de valores. Na democracia, a estrutura de incentivos muda sistematicamente. Os sentimentos igualitários e a inveja reinam livremente. Todos, não apenas o rei, podem participar da exploração – por meio da legislação ou da taxação – de todos os demais. Todos são livres para expressar quaisquer demandas de confisco. Nada, nenhuma demanda, está além dos limites. Nas palavras de Frédéric Bastiat (1801-1850): "na democracia, o estado se torna a grande ficção de que todos buscam viver à custa de todos". Todas

as pessoas suas propriedades pessoais estão ao alcance de todos e podem ser confiscadas por todos.

No regime do "um homem um voto", portanto, a incansável máquina da redistribuição de renda e de riqueza entra em ação. É de esperar que a maioria de desprovidos tente constantemente enriquecer à custa da minoria provida de algo. Isso não quer dizer que haverá apenas uma classe de ricos e uma de pobres e que a redistribuição – por meio da taxação e da legislação – ocorrerá uniformemente dos ricos para os pobres. Ao contrário. Embora a redistribuição dos ricos para os pobres sempre exerça papel importante e seja um traço permanente da democracia, seria ingenuidade supor que será a única ou até mesmo a forma predominante de redistribuição. Afinal, ricos e pobres geralmente são ricos e pobres por algum motivo. Os ricos são geralmente brilhantes e inventivos, e os pobres geralmente tolos, preguiçosos ou ambos. Não é provável que os tolos, mesmo que componham a maioria, sistematicamente superem e enriqueçam à custa de uma minoria de pessoas brilhantes e cheias de energia. A maior parte da redistribuição acontecerá dentro do grupo de não pobres, frequentemente composto por pessoas que tiveram sucesso sendo subsidiadas pelos pobres (basta pensar na educação universitária "gratuita", por meio da qual a classe operária, cujos filhos raramente frequentam a universidade, pagam a educação dos filhos de classe-média!). Na verdade, muitos partidos rivais e coalizões tentarão ganhar à custa de outros. Além do mais, haverá muitos critérios instáveis para definir o que com que uma pessoa tenha (e mereça ser roubada) e outra não tenha (e mereça receber o produto do roubo) – e serão os intelectuais que exercerão um papel importante para definir e promover tais critérios (garantindo, é claro, que eles mesmos estejam sempre entre os desprovidos a merecer parte do saque). Os indivíduos também podem fazer parte de vários grupos de providos ou de desprovidos, perdendo aqui e ganhando ali em função de alguma característica, com al-

guns indivíduos terminando na ponta vencedora e outros na perdedora da rede de redistribuição.

De qualquer modo, como é invariavelmente algo valioso, algo "bom" que está sendo redistribuído – propriedade e renda – de que os ricos supostamente têm demais e os pobres de menos, qualquer redistribuição implica que o incentivo para gerar, ter ou produzir algo de valor – algo "bom" – é sistematicamente reduzido, e, *mutatis mutandis*, o incentivo de não gerar, não ter e não produzir algo de valor – de não ser nem ter algo "bom" – e de viver da renda e da riqueza redistribuídas é sistematicamente aumentado. Em resumo, a proporção de pessoas boas e de atividades boas e produtivas é reduzida, e a proporção de pessoas más ou não tão boas e de hábitos, traços de caráter e tipos de conduta não produtivos aumentará, com o resultado geral do empobrecimento da sociedade tornado a vida cada vez mais desagradável.

Apesar de ser impossível prever o resultado exato da permanente luta democrática de todos contra todos, exceto que a aceitação de tudo levará a impostos cada vez maiores, ao fluxo interminável de legislações e, com isso, ao um aumento aumento da incerteza jurídica, e consequentemente a um aumento na taxa da preferência temporal social, ou seja, um aumento na orientação de curto prazo (uma "infantilização" da sociedade), um resultado desta luta, um resultado da democracia pode ser previsto com segurança. A democracia produz e gera uma nova elite poderosa ou classe dominante. Os presidentes, os primeiros-ministros e os líderes do parlamento e de partidos políticos fazem parte dessa elite, e já falei deles como, essencialmente, demagogos amorais. Mas seria ingenuidade supor que eles são as pessoas mais influentes e poderosas. Em geral, são apenas agentes e delegados – os intermediários – de outras pessoas que permanecem à margem e fora da visibilidade pública. A verdadeira elite poderosa, que determina e controla quem será presidente, primeiro-ministro, líder do partido etc., são os plutocra-

tas. Os plutocratas, como definido pelo grande, mas esquecido sociólogo norte-americano William Graham Sumner (1840-1910), não são apenas os super-ricos – os grandes banqueiros e os donos dos grandes negócios e da grande indústria. Ao contrário, os plutocratas são apenas uma subclasse dos super-ricos. São aqueles banqueiros e empresários super-ricos que perceberam o enorme potencial do estado como instituição capaz de cobrar impostos e legislar para seu próprio enriquecimento futuro ainda maior e que, com base nesta ideia, decidiram se envolver com a política. Eles percebem que o estado pode torná-los ainda mais ricos, seja dando-lhes subsídios, dando-lhes contratos estatais ou aprovando leis que os protegem da competição, e eles decidem usar suas riquezas para capturar o estado e usar a política como meio para alcançar enriquecimento ainda maior (em vez de enriquecerem somente por meios econômicos, ou seja, servindo melhor aos consumidores voluntários de seus produtos). Eles não precisam se envolver diretamente com a política. Eles tem coisas mais lucrativas e importantes a fazer do que desperdiçar tempo com a política cotidiana. Mas têm o dinheiro e a posição para "comprar" os políticos profissionais geralmente menos influentes, seja pagando-lhes subornos diretos ou concordando em empregá-los posteriormente, depois do turno na política profissional, como gerentes, consultores ou lobistas bem pagos, e assim conseguem influenciar decisivamente o curso da política em seu favor. Eles, os plutocratas, se tornarão os vencedores finais da constante luta de redistribuição de renda e de riqueza que é a democracia. E entre eles (a verdadeira elite poderosa que fica de fora dos holofotes) e todos aqueles cuja renda (e riqueza) depende apenas ou em grande parte do estado e seu poder tributário (os funcionários do sempre crescente aparato estatal e todos os que recebem transferências de renda, os "clientes da assistência social") a classe média produtiva é cada vez mais sugada.

Não menos importante, a democracia também tem efeito profundo na condução das guerras. Já expliquei que os reis, por serem capazes de externalizar o custo da própria agressão sobre outros (por meio de impostos), tendem a ser mais que "normalmente" agressivos ou belicosos. Mas o motivo de um rei para a guerra é geralmente uma disputa em torno de propriedade ou de herança causada por uma rede complexa de casamentos interdinásticos e pela irregular, mas sempre recorrente, extinção de algumas dinastias. Como violentas disputas por heranças, as guerras monárquicas se caracterizam por seus objetivos territoriais limitados. Não são motivadas por ideologia, e sim por disputas por propriedades tangíveis. Mais do que isso, como disputas interdinásticas de propriedades, o público considera a guerra essencialmente assunto privado do rei a ser pago por ele mesmo e razão insuficiente para aumentos de impostos. Além o mais, como conflitos privados entre diferentes famílias de governantes, o público espera que o rei reconheça, e o rei se sente impelido a tal, uma clara distinção entre combatentes e não combatentes e que direcione seus esforços bélicos exclusivamente uns contra os outros e suas respectivas propriedades pessoais.

A democracia transforma radicalmente as guerras limitadas dos reis em guerras totais. Ao borrar a distinção entre governantes e governados, a democracia aumenta a identificação do povo com o estado. Uma vez que o estado é de propriedade de todos, como os democratas enganosamente propagam, então é justo que todos lutem pelo estado e que todos os recursos econômicos do país sejam mobilizados para o estado em suas guerras. E, como as autoridades públicas no comando dos estados democráticos não podem e não se dizem "donos" pessoais de um território estrangeiro (como um rei pode fazer), o motivo para a guerra se torna ideológico – glória nacional, democracia, liberdade, civilização, humanidade. Os objetivos são intangíveis e elusivos: a vitória das ideias, a rendição incondicional e a conversão ideológica dos perdedores (o que, como

ninguém jamais tem certeza desta conversão, pode exigir o assassinato em massa de civis). As distinções entre combatentes e não combatentes também se tornam confusas e por fim desaparecem na democracia, e o envolvimento bélico em massa – a convocação e populares desfiles de guerra – e "efeitos colaterais" se tornam parte da estratégia de guerra.

Estas tendências se fortalecerão ainda mais com a ascensão da nova elite dominante de plutocratas. Primeiro, os plutocratas perceberão rapidamente os enormes lucros que podem ter armando o estado, produzindo as armas e os equipamentos usado nas guerras, e ganhando contratos generosos e superfaturados financiados com impostos para tanto. Um complexo militar industrial será construído. Depois, ao contrário da maioria das pessoas que têm apenas interesses locais ou domésticos, os plutocratas super-ricos têm interesses financeiros também estrangeiros, potencialmente no mundo todo, e, a fim de promover, proteger e aplicar estes interesses estrangeiros, é natural que usem o poder militar do próprio estado para interferir, se intrometer ou intervir em assuntos externos em seu nome. Um acordo empresarial em países estrangeiros pode ter sido rompido ou uma concessão ou licença pode ser vencida lá – quase tudo pode ser usado para pressionar o próprio estado a sair em resgate e a intervir externamente. Na verdade, mesmo que a intervenção requeira que um país seja destruído, isso pode ser um beneficio para eles, desde que somente eles recebam o contrato para reconstruir o país que as suas armas antes destruíram.

Finalmente, a tendência já em voga com a guerra dos reis de levar à maior centralização política rumo à criação de um império continua e é acelerada por meio das guerras democráticas.

Todo estado deve começar territorialmente pequeno. Isso facilita que pessoas produtivas fujam para escapar da taxação e da legislação. Obviamente, um estado não gosta que as pessoas fujam e tenta capturá-las expandindo o território. Quanto mais pessoas pro-

dutivas o estado controla, melhor será ele. Neste desejo expansionista, ele entra em conflito com outros estados. Só pode haver um monopólio da tomada de decisão em determinado território. Isto é, a competição entre diferentes estados é excludente. Ou *A* vence e controla o território, ou *B*. Quem ganha? Ao menos a longo prazo, vai ganhar o estado – e conquistar o território alheio ou estabelecer hegemonia sobre ele e obrigá-lo a pagar impostos – que pode se aproveitar parasitariamente de economia comparativamente mais produtiva. Isto é, em condições normais, os estados mais “liberais”, ou seja, estados com impostos comparativamente menores e pouca regulação, vão vencer os estados menos “liberais”, ou seja, mais opressores, e expandir seu território ou a extensão de seu controle hegemônico.

Falta apenas um importante elemento nesta reconstrução da tendência ao imperialismo e à centralização política: o dinheiro.

Como monopolista territorial da legislação, todo estado, seja ele monárquico ou democrático, imediatamente reconheceu o potencial imenso para seu enriquecimento – para além de qualquer coisa propiciada pelos impostos – criado pelo controle monopolista do dinheiro. Ao se autodenominar único produtor de dinheiro, o estado poderia aumentar e inflar a oferta de dinheiro por meio da depreciação monetária: produzir dinheiro mais barato e consequentemente “sem valor”, como o papel-moeda, que pode ser produzido a custo praticamente nulo, permitindo assim ao estado “comprar” bens não monetários sem custo algum. Mas, num ambiente de estados múltiplos e competitivos, de papéis-moeda e de áreas fazendárias, surgiram limitações a esta política da “expropriação por meio da inflação”. Se um estado inflaciona mais que o outro, seu dinheiro tende a se depreciar no mercado monetário em relação a outras moedas, e as pessoas reagem a isso vendendo o papel mais inflacionado e comprando-o menos. O dinheiro “melhor” tenderia a vencer o dinheiro “pior”.

Pode-se evitar isso somente se as políticas inflacionárias de todos os estados forem coordenadas e se for criado um cartel inflacionário. Mas qualquer cartel assim seria instável. Pressões econômicas internas e externas tenderiam a destruí-lo. Para que o cartel seja estável, é preciso um executor dominante – o que nos leva de volta ao tema do imperialismo e da construção de impérios. Pois um estado militarmente dominante, que detenha a hegemonia, pode e vai usar sua posição para instituir e aplicar uma política de inflação coordenada e de *imperialismo monetário*. Ele ordenará que seus estados vassalos acompanhem sua própria inflação. Isso pressionará ainda mais os estados menores a aceitar seu dinheiro como moeda de reserva e, em última análise, a substituir todas as outras moedas concorrentes por um único papel-moeda, usado mundialmente e controlado por ele próprio, de modo a expandir seu poder explorador sobre outros territórios e, por fim, todo o mundo, até mesmo sem guerra ou conquista.

Mas – e com isso vou lentamente me aproximando do fim da minha história da tolice e decadência econômica e moral e já me aproximo de uma saída possível – o imperialismo e a construção de impérios também têm as sementes da sua própria destruição. Quanto mais perto um estado chega do seu objetivo de dominação mundial e de um governo global e papel-moeda únicos, menos motivos tem para manter o liberalismo interno e fazer o que todos os estados estão inclinados a fazer de qualquer modo, ou seja, reprimir e aumentar a exploração das pessoas produtoras que ainda restarem. Consequentemente, sem mais pagadores de impostos e com a produtividade doméstica estagnada ou em decadência, as políticas internas de pão e circo do império e suas políticas externas de guerra e dominação não podem mais ser mantidas. A crise econômica se estabelece, e um colapso econômico iminente estimulará tendências decentralizadoras e movimentos separatistas, o que levará ao fim do império.

Qual, então, é a moral da minha história? Tentei tornar o mundo atual inteligível, reconstruí-lo como resultado previsível de uma série de erros morais e econômicos sucessivos e cumulativos.

Todos sabemos os resultados. O preço da justiça aumentou astronomicamente. A carga tributária imposta a proprietários e produtores torna o fardo imposto aos escravos e servos moderado, em comparação. Da mesma forma, o débito dos governos também alcançou níveis assombrosos. Em todos os lugares, os estados democráticos estão prestes a falir. Ao mesmo tempo, a qualidade da lei se deteriora constantemente ao ponto em que a ideia da lei como corpo de princípios universais e imutáveis da justiça desapareceu da opinião e da consciência públicas, substituída pela ideia da lei como legislação. Todos os detalhes da vida privada, da propriedade, do comércio e do contrato são regulados cada vez mais por montanhas de documentos legais. Em nome da segurança nacional, pública ou social, os zeladores democráticos nos "protegem" do aquecimento e do resfriamento globais, da extinção de animais e de plantas e do esgotamento dos recursos naturais, dos maridos e das esposas, dos pais e dos patrões, da pobreza, da doença, do desastre, da ignorância, do preconceito, do racismo, do machismo, da homofobia e de incontáveis outros "inimigos" públicos e "perigos". Ainda assim, a única tarefa que o governo supostamente deveria assumir – proteger a vida e a propriedade –, ele não o realiza. Ao contrário, quanto mais o gasto do estado em segurança nacional e em programas sociais e públicos aumentou, mais os direitos à propriedade privada diminuíram, mais a propriedade foi expropriada, confiscada, destruída e depreciada, e mais as pessoas foram privadas da própria fundação de todas as proteções: a independência pessoal, a força econômica e a riqueza privada. Quanto mais leis novas foram produzidas, mais se criaram incerteza jurídica e ameaça moral, e a lei e a ordem foram substituídas pela ilegalidade. E, enquanto

nos tornamos cada vez mais dependentes, impotentes, pobres, ameaçados e inseguros, a elite governante de políticos e de plutocratas se tornou cada vez mais rica, mais corrupta, perigosamente armada e arrogante.

Da mesma forma, conhecemos o cenário internacional. Os Estados Unidos, antes comparativamente liberais, por meio de uma série aparentemente interminável de guerras – guerras supostamente para tornar o mundo seguro para a democracia, mas na verdade guerras para a dominação mundial dos Estados Unidos e seus plutocratas – alcançaram o posto de principal império mundial e força hegemônica global, intrometendo-se em assuntos domésticos e impondo seu domínio a vários outros países, a suas elites poderosas e populações. Além disso, como império mundial dominante, os Estados Unidos também estabeleceram sua moeda o dólar norte-americano, como a principal moeda das reservas internacionais. E, com o dólar usado como reserva por bancos centrais (governos) estrangeiros, os Estados Unidos podem impor um permanente "déficit sem lágrimas". Isto é, os Estados Unidos não têm que pagar seus excessos de importações em relação às exportações, como é normal entre parceiros "iguais" ou seja, gerar mais exportações (exportações compensando importações!). Em vez de usar seus ganhos com exportações para comprar bens norte-americanos para o consumo interno, os governos estrangeiros e seus bancos centrais, como sinal de seu *status* de vassalos em relação aos dominantes Estados Unidos, usam suas reservas em dólares para comprar títulos do tesouro norte-americano para ajudar os norte-americanos a consumir além de seus meios à custa das populações estrangeiras.

O que tentei mostrar aqui é por qual motivo nada disso é um acidente histórico, e sim algo que era previsível. Não com todos os detalhes, é claro, mas pelo menos no que diz respeito a um padrão geral de desenvolvimento. Tentei mostrar que o maior erro cometido, o que levou a estes resultados deploráveis, foi a criação de um

monopólio territorial de tomada de decisão, ou seja, um estado, e, assim, toda a história que nos ensinam e nos contam nas escolas e nos livros didáticos padrão, a qual apresenta a democracia como a maior realização da civilização humana, é justamente o contrário da verdade.

Portanto, a última pergunta é: "podemos corrigir este erro e voltar a ordem social aristocrática natural?" Escrevi e tenho falado a respeito da solução final: como uma ordem natural moderna – uma sociedade de leis privadas – poderia funcionar e funcionaria, mas só posso me referir aqui brevemente a essas obras[88]. Em vez disso, quero apenas mencionar sucintamente aqui, no final, alguns temas de estratégia política: como podemos alcançar a solução final que eu e outros, como meu grande professor Murray Rothbard, temos proposto – levando em conta a situação atual.

Como indicado, o sistema democrático está à beira do colapso econômico e da falência, principalmente desde os acontecimentos de 2007, com a grande e ainda corrente crise financeira e econômica. A União Europeia e o euro estão enfrentando problemas fundamentais, assim como os Estados Unidos e o dólar americano. Na verdade, há sinais nefastos de que o dólar está aos poucos perdendo seu *status* de moeda predominante das reservas internacionais. Nesta situação, não muito diferente da situação posterior ao colapso da União Soviética, incontáveis movimentos decentralizadores ou separatistas ganharam força, e eu diria que o máximo de apoio ideológico possível foi dado a tais movimentos.

Pois mesmo que, como resultado de tais tendências descentralizadoras, novos estados surjam, democráticos ou não, estados territorialmente menores e uma maior competição política tenderão

88 Fiz um discurso em um evento do Instituto Mises Brasil (IMB) no dia 9 de abril de 2011 chamado "The Problem of Social Order" ("O Problema da Ordem Social"). Foi publicado pelo Mises Institute em Auburn, Alabama, como "State or Private Law Society", e está disponível em: mises.org/daily/5270/State-or-PrivateLaw-Society

a encorajar a moderação quanto à exploração estatal das pessoas produtivas. Basta olhar para Liechtenstein, Mônaco, Singapura, Hong Kong e até a Suíça, com seus pequenos cantões ainda poderosos em comparação com o governo central. Idealmente, a descentralização deveria alcançar até o nível das comunidades individuais, das cidades livres e das aldeias que já existiram em toda a Europa. Apenas pense nas cidades da Liga Hanseática, por exemplo. De qualquer forma, mesmo que pequenos estados surjam ali, somente em pequenas regiões, distritos e comunidades, a estupidez, a arrogância e a corrupção de políticos e dos plutocratas locais tornar-se-ão quase que imediatamente visíveis ao público e poderão ser corrigidas e retificadas rapidamente. E somente em unidades políticas muito pequenas também seria possível que membros de uma elite natural, ou o que quer que reste de tal elite, recuperem o *status* de árbitros de conflitos e de juízes de paz reconhecidos voluntariamente.